



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A LYMFOTERAPIA OU A CURA PELO CUSPE:
OS SABERES “MÉDICOS” PRODUZIDOS PELO
CURANDEIRO/FARMACÊUTICO JOSÉ FÁBIO LYRA NA PARAÍBA
(1904-1945)**

ROSANA DO NASCIMENTO GOMES MELO

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

**A LYMFOTERAPIA OU A CURA PELO CUSPE:
OS SABERES “MÉDICOS” PRODUZIDOS PELO
CURANDEIRO/FARMACÊUTICO JOSÉ FÁBIO LYRA NA PARAÍBA
(1904-1945)**

ROSANA DO NASCIMENTO GOMES MELO

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande – PB, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História Cultural das Práticas Educativas

Orientador: Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

M5281 Melo, Rosana do Nascimento Gomes.

A lymfoterapia ou a cura pelo cuspe: os saberes “médicos” produzidos pelo curandeiro/farmacêutico José Fábio Lyra na Paraíba (1904-1945) / Rosana do Nascimento Gomes Melo. – Campina Grande, 2019.

145 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior".

Referências.

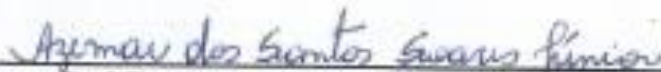
1. História Cultural. 2. Lymfoterapia. 3. Curandeiro – Farmacêutico José Fábio Lyra. 4. Vacinas de Cuspe. I. Soares Júnior, Azemar dos Santos. II. Título.

CDU 930.85(043)

**A LYMFOTERAPIA OU A CURA PELO CUSPE:
OS SABERES “MÉDICOS” PRODUZIDOS PELO
CURANDEIRO/FARMACÊUTICO JOSÉ FÁBIO LYRA NA PARAÍBA
(1904-1945)**

ROSANA DO NASCIMENTO GOMES MELO

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGEd/UFRN
Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/UFCG
Orientador



Prof. Dr. Cláudia Engler Cury
Universidade Federal da Paraíba – PPGH/UFPB
Examinadora Externa



Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/UFCG
Examinador Interno



Prof. Dr. Joedna Reis de Menezes
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/UFCG
Suplente Interna

Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro – UFPB
Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB
Suplente Externo

Agradecimentos

A Deus, por tudo.

A Capes e a Fapesq que proporcionaram o financiamento na busca e realização deste trabalho. Essa pesquisa só foi possível graças a essa ajuda financeira.

Aos professores *Dr. Iranilson Buriti* e *Dr^a. Cláudia Engler Cury*, pela atenção, disponibilidade e contribuições essenciais a esta pesquisa, sempre muito gentis e compreensíveis.

Ao meu orientador, *Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior*, por acreditar em mim, pela confiança depositada. Sempre bastante competente, oferecendo todo o suporte necessário à minha pesquisa. Agradeço pelo amor, apoio e dedicação que sempre me ofereceu nessa caminhada da graduação ao mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, por ter me oferecido a oportunidade de estudar e fazer parte do seu corpo docente. Agradeço em especial a todos os docentes que contribuíram com a minha formação profissional, bem como, aos funcionários *Adriana* e *Felipe*, por todo atendimento nos momentos de “angústia”.

A minha família: minha mãe *Rosa Nascimento* e minha avó *Helena Maria* (in memoriam), que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos, me incentivando a nunca desistir. Minha eterna gratidão. Ao meu amor *Ennio Melo*, pela paciência e apoio.

Aos meus irmãos, *Rosalva Gomes*, *Rosália Gomes*, *Rosineide Gomes*, *Pedro Gomes* e o meu cunhado *Augusto Vieira*, obrigada pela confiança e pela força!

À família Lira: *Durval Lira*, *Biu Leal*, *Dona Eurides Lira* que sempre foram muito simpáticos e atenciosos, cedendo o acesso à parte da documentação problematizada nessa dissertação.

As professoras *Dr^a. Vivian Galdino* pelo incentivo, e, *Dr^a. Joedna Meneses* pelo abraço acolhedor de sempre, bem como para com as indicações de leitura.

Aos pesquisadores *Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos* e *Tatiane Vieira da Silva*, pela documentação cedida, pelo sorriso com que me recebiam, pelas informações valiosas, minha gratidão.

Aos meus colegas de curso, que compartilharam comigo saberes sobre a *História Cultural das Práticas Educativas*: *Katiana Alencar* e *Maria Valdênia Félix*, que me acolheram quando precisei ficar por mais tempo na cidade de Campina Grande; *Hadassa Araújo*, *Aparecida Figueiredo* e *Stephanie Araújo*, pelo auxílio e companhia nos dias de visita aos arquivos de pesquisa.

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo analisar os saberes “médicos” produzidos pelo curandeiro/farmacêutico José Fábio Lyra na Paraíba, por meio da criação da *lymfoterapia*, no período que vai de 1920 a 1945. *Lymfoterapia* significa a cura pela saliva. José Fábio Lyra compôs um antídoto para a cura de várias moléstias como tuberculose, diabetes, entre outras, feito por meio da saliva, conhecido como as vacinas de cuspe. O recorte temporal selecionado contempla o período de institucionalização da profissão médica na Paraíba, ao mesmo tempo em que foi construída uma forte perseguição por parte de alguns médicos ao método desenvolvido pelo prático. Nesse período, também foram publicadas suas principais obras: “A lymphoterapia (razões, fatos e curas)” e “Da lymphotherapia do physio-psychismo”, configurando, assim, esse recorte como o momento de maior divulgação da *lymfoterapia*. Embora a geografia selecionada seja a Paraíba, daremos ênfase a duas cidades: Bananeiras, local de produção das vacinas, e Umbuzeiro, por sua atuação política. Na escrita deste texto, utilizamos a análise documental de fontes bibliográficas e jornalísticas em circulação à época, como os jornais *A União*, *A Noite*, *A Voz da Borborema* e *A Imprensa*, dos anais da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, de cartas pessoais do arquivo da família Lyra e das obras publicadas por José Fábio Lyra. Dentre os conceitos e autores discutidos, destacam-se Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos (2015), para discutir a institucionalização do saber médico; Michel Foucault (1979), para entender as *relações e as redes de poder* que envolviam José Fábio Lyra com pessoas próximas; bem como o conceito de *bio-política*, para discutir como a medicina científica se configurava enquanto uma estratégia de controle social; e, por fim, Oscar Oliveira de Castro (1945), para entender as artes de curar e os práticos populares na Paraíba. Desta forma, buscamos entender a atuação dos procedimentos de cura da *lymfoterapia* e suas contribuições para a medicina paraibana da época.

Palavras-chave: Lymfoterapia. Vacinas de cuspe. Curandeiro. José Fábio Lyra.

Abstract

This dissertation aims to analyze the "medical" knowledge produced by the healer/pharmacist José Fábio Lyra in Paraíba through the creation of lymphotherapy in the period from 1920 to 1945. José Fábio Lyra composed an antidote for the healing done through saliva, known as the sputum vaccines. The selected time frame contemplates the period of institutionalization of the medical profession in Paraíba, at the same time that a strong persecution was built by the doctors to the method developed by the practitioner. During this period, his main works were also published: "Lymphoterapia (reasons, facts and cures)" and "Lympho-therapy of physio-psychism", thus configuring this cut as the moment of greater dissemination of lympho-therapy. Although the selected geography is Paraíba, we will emphasize two cities: Bananeiras, place of production of the vaccines and Umbuzeiro, through its political action. In the writing of this text, we used the documentary analysis of bibliographical and journalistic sources in circulation at the time, such as the newspapers A União, A Noite, A Voz da Borborema and A Imprensa, from the annals of the Society of Medicine and Surgery of Paraíba; of personal letters from the Lyra family archive and from the works published by José Fábio Lyra. Among the concepts and authors discussed, we highlight Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos (2015) to discuss the institutionalization of medical knowledge; Michel Foucault (1979) to understand the relationships and networks of power that involved José Fábio Lyra with people close to him, as well as the concept of bio-politics, to discuss how scientific medicine was configured as a strategy of social control; and, finally, Oscar Oliveira de Castro (1945) to understand the arts of healing and the popular practices in Paraíba. In this way, we seek to understand the performance of the lymphotherapy cure procedures and their contributions to the Paraíba medicine of the time.

Key words: Lymphoterapy. Sputum vaccines. Healer. José Fábio Lyra.

Lista de imagens

Imagem I - O emprego de sanguessugas, por Willem van den Bossche.....	53
Imagem II - José Fábio Lyra e suas secretárias.....	128
Imagem III - A cura de Zé Miguel.....	131

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO.....	VII
ABSTRACT.....	VIII
LISTA DE IMAGENS.....	IX
SUMÁRIO.....	X

INTRODUÇÃO.....	11
Debate teórico.....	14
Organização da dissecação.....	22

CAPÍTULO I: SOBRE O “HOMEM DO CUSPO” E AS FORMAS DE CURAR NA PARAÍBA:	26
1.1 O “homem do cuspo”: notas de si.....	26
1.2 As artes de curar na Paraíba do século XX.....	44

CAPÍTULO II “UM PRODUTO DE SUA IMAGINAÇÃO DOENTIA E CHARLATANESCA”: O COMBATE A LYMFOTERAPIA.....	65
2.1 Cusparadas impressas: a guerra entre José Fábio Lyra e a <i>Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba</i>	65
2.2 Curandeiros dos passes “magnéticos”: os “loucos espíritas” na mira da Igreja Católica.....	81
2.3 Carta escrita ao José Fábio Lyra pelo padre da cidade de Bananeiras José Pereira Diniz e algumas considerações sobre o Espiritismo.....	91

CAPÍTULO III “INJEÇÕES DE SALIVA” TRAJEÓRIAS MÉDICO-POLÍTICO-AFETIVAS DE JOSÉ FÁBIO LYRA.....	103
3.1 “Haja bala”: as correspondências manchadas de sangue.....	103
3.2 Correspondências: José Fábio Lyra e Antônio Pessoa, a respeito do cangaceiro Antônio Silvino e algumas questões sobre Umbuzeiro.....	110
3.3 Missivas de família: receitas, enfermidades e curas.....	116
3.4 As vacinas de cuspe nas páginas da imprensa, em trovas e alguns relatos de cura.....	127

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	139

Introdução

O interesse pelo campo da *História da Saúde e das Doenças* surgiu entrementes na graduação em História. Entre as muitas possibilidades que o curso oferece, acabei me aproximando deste campo, sempre proporcionando um enorme fascínio pelos documentos que narram histórias de cura, discursos de combate a epidemias, relatórios médicos, práticas terapêuticas populares, entre outros. Minha trajetória enquanto pesquisadora dos males que assombravam os corpos de homens e mulheres teve início quando, ainda aluna da graduação, fui apresentada à história de um “curandeiro” que praticava a cura por meio da vacina com cuspe. Tomei gosto pelas leituras. Ficava fascinada pelas narrativas e achava possível problematizar aquela história. E foi. Construí um texto monográfico intitulado “*As assombrosas curas da lymfoterapia: José Fábio Lyra e as vacinas feitas com a ‘seiva da vida’*”. Foi o ponto de partida na Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba.

Os primeiros escritos enquanto historiadora foram surgindo. Textos timbrados com as tintas da emoção. Pincel guiado pelo aporte teórico-metodológico da História Cultural. Narrativa histórica na qual problematizei a atuação dos curandeiros e seus métodos de cura na Paraíba. Entre eles, o curandeiro/*farmacêutico* José Fábio Lyra. Prático afamado por seu método de cura: a *lymfoterapia*. Seu curioso procedimento de cura chamava a atenção: aplicava vacinas, que prometiam curar todos os tipos de mazelas. O que mais realçava nas notícias das curas promovidas pelo dito curandeiro, era o ingrediente base para a fabricação das vacinas: a saliva. Os relatos de cura ganharam pernas e transpuseram os limites da cidade de Bananeiras. Suas notícias presentes em alguns jornais, cartas e livros da época, soavam como práticas educativas responsáveis por orientar a população a um novo método de curar enfermidades, além de ser uma maneira de divulgar e vender seu antídoto a população. Relatos da época, como aquele publicado por Oscar Oliveira de Castro (1945), afirma que se confirmava uma numerosa quantidade de visitantes a fria cidade de Bananeiras em busca do uso da medicação.

De saída da graduação, submeti o projeto intitulado “*A cura por meio da voronofiterapia: a circulação dos saberes populares produzidos pelo*

farmacêutico/curandeiro José Fábio Lyra”. Sendo aprovada, iniciei os estudos sob a orientação do Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior, estando inserida na Linha de Pesquisa de História Cultural das Práticas Educativas do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG). A ideia foi desde o princípio aprofundar, por meio da pesquisa, os estudos sobre as práticas de cura do José Fábio Lyra. Para isso, passei a refletir sobre as práticas educativas de promoção à saúde divulgada pelo *farmacêutico* tanto através de sua fama, quanto por meio de seus escritos publicados em livros e divulgados na sociedade paraibana. É dar visibilidade, é tornar dizível aquilo que foi silenciado pelo tempo. É problematizar práticas educativas de cura postuladas por José Fábio Lyra com a *lymfoterapia*, contribuindo assim para o campo da História da Saúde e das Doenças.

Adentrar mais profundamente na pesquisa me fez refletir sobre como os estudos referentes às práticas de cura realizadas por curandeiros na Paraíba do início do século XX tem proporcionado o crescimento de estudos comprometidos com análise de fontes sobre corpos adoecidos na historiografia paraibana. Documentos antes esquecidos ganharam os olhos e a atenção dos historiadores. Se as práticas de cura estavam silenciadas até pouco tempo atrás, hoje elas ganham pernas, corpos e vozes. Se materializam em narrativas. Produzem subjetividades.

A proposta desde o início foi tentadora e desafiadora. Lembro-me das palavras de meu orientador: “busque informações sobre José Fábio Lyra, que morou em Bananeiras. Seu método de cura é bastante interessante”. Atônita pela informação, iniciei uma rápida pesquisa em páginas de internet, livros. O silêncio era a principal resposta. Em visita à cidade de Bananeiras, à procura de informações mais precisas, o silêncio também gritava. Como seria possível alguém propagar tão fortemente um método de cura considerado eficaz e ter caído no esquecimento? Essa pergunta me acompanhava.

Não foi tarefa fácil. As respostas sobre José Fábio Lyra eram negativas, vazias. Após algum tempo, deparei-me com as primeiras informações sobre o nosso objeto de interesse: confirmava-se a sua existência, a aplicação das vacinas, o atendimento em sua farmácia. Chegava às minhas mãos o livro publicado no ano de 1945, de Oscar Oliveira

de Castro, sobre as assombrosas curas promovidas pelo *farmacêutico*¹. A notícia da existência da farmácia levou-me a seus descendentes. Abria-se outras possibilidades de informações. Os discursos proferidos naquela conversa informal tratavam de exaltar a memória de seu antecessor e defender sua postura de *farmacêutico*, mesmo que sem diploma. Percebemos ainda no olhar de seus descendentes, ao fazerem referência a sua imagem, a defesa de um “homem digno de respeito e admiração”. Um discurso próprio a heroicização de personagens. Apesar da ressalva, as narrativas sobre José Fábio Lyra me encantavam. Seu método de cura considerado enigmático, estranho, anti-higiênico, para a *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, era capaz de encher os olhos de qualquer leitor/pesquisador de curiosidade. Tudo estava definido: tínhamos um tema, um recorte temporal e espacial, um problema a ser resolvido, fontes para problematizar e muito trabalho a fazer.

Portanto, o **objetivo** desta dissertação é problematizar como o método da *lymfoterapia* promoveu a cura de enfermidades fazendo circular os saberes postulados por José Fábio Lyra, num momento em que a profissão médica se institucionalizava na Paraíba. Busquei entender como uma prática de cura desenvolvida por um prático ganhou fama, num momento em que a *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*² combatia os charlatões e todas as práticas populares de cura. Como uma medicina dita científica reagiu à propagação da *lymfoterapia*, agradando inclusive alguns esculápios? A resposta parecia simples: os métodos considerados naturais e praticados pelos curandeiros, além de serem bastante procurados na época, ainda possuíam o realce da confiança depositada naquele saber, ao prático que sempre esteve presente, destoando do médico, que não fazia parte do cotidiano das pessoas no interior da Paraíba.

¹ O termo “farmacêutico” era utilizado em denominação a José Fábio Lyra, pelo mesmo ter sido o proprietário de uma farmácia. Era preferível pela família o termo *farmacêutico*, pois o termo “curandeiro” denotava ser pejorativo. Seus descendentes que afirmam até os dias de hoje ter sido ele, *farmacêutico*.

² A *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba* foi uma associação médica criada no ano de 1924 no estado da Paraíba. Seu corpo médico incluía alguns nomes de renome como o médico Flávio Maroja, o mesmo fazia parte também do Hospital da Santa Casa de Misericórdia localizado na capital. A Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba surgiu em meio à necessidade de incorporação de mais profissionais capacitados e para a legitimação da atuação médica, tida como primordial no momento de intensas epidemias e males, e quando o número de profissionais da área eram poucos. Assim a SMCPB, veio como proposta de cura, pois nesse momento a necessidade de novos profissionais, além também de promover uma ampliação do saber médico local. Assim segundo Santos (2015, p. 124) “a SMCPB é construída como uma Instituição científica de utilidade pública, que trará benefícios à coletividade por meio de estudos médicos sistemáticos, de uma medicina mais unificada, mais institucionalizada”.

Nas palavras de José Fábio Lyra, a *lymfoterapia* significa “tratamento da saliva”. Elemento crucial para a composição das vacinas. Responsável por promover um saber educativo e promoção da cura. Fábrica caseira de vacinas. Medicamento aplicado sobre e dentro dos corpos de homens, mulheres e crianças. Fama que se estendeu para além das fronteiras do estado rubro-negro. Escritos que divulgavam os relatos de cura. Esse fato fez produzir outras fontes escritas em outras terras: seus saberes circularam também em outros lugares, a exemplo do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e na Capital Federal.

Os dados levantados me levaram a fazer escolhas, muitas delas arbitrárias. O recorte temporal dessa pesquisa muito tem inquietado, pois até então não foi possível precisar datas com marcos capazes de assegurar a legitimidade das escolhas. Inicialmente, optamos pela data de 1904, ano provável do início de sua atuação política na cidade de Umbuzeiro – PB. Achamos relevante pontuar a passagem pela década de 1920, período de institucionalização da medicina na Paraíba, bem como das primeiras notícias encontradas sobre as práticas de cura pelas mãos dos curandeiros. Vale ressaltar que a publicação de notícias sobre esses curandeiros coincide exatamente com o período de perseguição a essas práticas pela medicina científica. Começava a fechar o cerco sobre os práticos populares. Apesar do constante combate, os anos que se seguiram foram de divulgação dos saberes “médicos” postulados por José Fábio Lyra, especialmente após a publicação de seus dois livros: *A Lymphoterapia (razões, factos e curas)*, e *Da Lymphoterapia ao Physio-Psychismo*. É o momento de maior divulgação dos seus saberes, da organização de romarias à cidade de Bananeiras em busca da tão sonhada cura para as enfermidades. O ponto de chegada dessa pesquisa é o ano de 1945, não por um fato relacionado diretamente à vida de José Fábio Lyra, mas por ter sido o ano da última publicação encontrada contendo notícias de sua atuação: era a publicação do livro “*Medicina na Paraíba*”, de Oscar Oliveira de Castro, que trouxe em um dos seus capítulos um relatório sobre a prática de *lymfoterapia*.

Debate Teórico

Escrever uma história silenciada tem sido meu maior desafio. Gosto da metáfora de Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2006) ao referir-se à produção historiográfica enquanto uma construção feita com o “sorriso nos lábios”. Essa metáfora empresta ao historiador ferramentas sensíveis, capacidade de apropriar-se dos sentidos próprios ao

ser humano como o riso, o escárnio, a saudade e o saudosismo, a alegria e a tristeza, o sentir. Escrever uma história com o sorriso nos lábios é sair das malhas asfixiantes defendidas pelos historiadores tradicionais que viam o mundo sob a ótica do político ou mesmo da ambivalência da relação entre vencedor e vencido e ficar atento aos detalhes, às subjetividades, aos sentimentos, aquilo que nem sempre é físico, mas que pode ser percebido, sentido. Tarefa permitida ao historiador que analisa fontes torna-as dizíveis, analisa seus pormenores, constrói narrativas.

Para tanto, precisei estabelecer diálogo com historiadores culturais, entre eles Durval Muniz de Albuquerque Junior (2014), pensando a construção da escrita dessa história proposta através do “sorriso nos lábios”; Sandra Pesavento (2003), para discutir a História Cultural como responsável por alargar as possibilidades de temas e fontes para a produção da História e, assim, pensar as práticas populares de cura na Paraíba através do método de José Fábio Lyra. Sandra Pesavento (2003, p. 15), apresenta uma nova forma de trabalhar a cultura, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. Temas que hoje são problematizados e discutidos com o advento da Nova História Cultural, que se tornou passível de interpretação de leitura e escrita.

Michel Foucault, com o conceito de *bio-política*, é fundamental para entender como a medicina científica promovia a saúde e a promoção da vida através de uma estratégia de controle, de uma forma de disciplina do corpo, saudável, limpo, hábil. “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo” (FOUCAULT, 1979, p. 80). Para tanto, foi necessário um estudo mais aprofundado sobre as formas de conceber a Medicina.

Em *Microfísica do Poder* (1979), Michel Foucault descreveu a existência de uma medicina moderna e uma medicina social. Entre o paciente e o médico existia certa convivência, a medicina estava preocupada com o outro, e que ambas possuíam aspectos em comum, pois “[...] a medicina é uma prática social, que somente em um de seus aspectos é individualista e valoriza as relações médico-doente” (FOUCAULT, 1979, p. 79). Portanto, a medicina tornou-se tema para os estudos escritos através da História Cultural. Trabalhos que na historiografia paraibana ainda precisam ser feitos.

A proposta de uma medicina voltada à saúde do corpo pode ser inserida na lógica do capitalismo em ascensão no século XIX. As doenças vendiam, geravam lucros, controlavam hábitos, disciplinavam corpos. Normas vão sendo ao longo do

tempo criadas como estratégia aos meios de produção, pois se antes apenas o corpo estava ligado à saúde e aos cuidados médicos, surgia, mais adiante, um meio também de levar para a sociedade uma forma de disciplina desse corpo, uma urgência, uma “socialização” para esses indivíduos.

Alguns trabalhos já produzidos sobre a história da medicina na Paraíba entre os séculos XIX e XX afirmam que as conhecidas práticas de cura vigentes na época pelos chamados “médicos populares” foram primordiais para entender como a dita “arte de curar”, que predominou no cenário médico paraibano, tinha forte influência no cotidiano das pessoas.

Na historiografia paraibana, já existem algumas produções sobre a *História da Saúde e das Doenças*. Escritos considerados importantes e que esboçaram discussões que embasam o diálogo estabelecido nesta dissertação. Entre eles, o livro de Oscar Oliveira de Castro “*Medicina na Paraíba*” (1945), que timbrou em suas páginas documentos e relatos sobre médicos, curandeiros, rezadeiras, parteiras, medicamentos farmacêuticos, charlatões, epidemias e endemias, formas de curar na Paraíba; e no qual reservou um capítulo intitulado “o exercício ilegal da medicina”, em que o autor narra fragmentos da história de José Fábio Lyra e da *lymfoterapia*. Nesse lugar de fala, Oscar Oliveira de Castro afirmou que o curandeiro, com o uso da sua técnica, possibilitou a “cura milagrosa” de seus pacientes, revelando-se um “ponto primordial” nos rumos da medicina. Falas exaltavam o curandeiro/farmacêutico: “o revolucionário método terapêutico utilizado pelo prático de Bananeiras” (CASTRO, 1945, p. 289). Os relatos são sempre assertivos: “após os tratamentos fornecidos aos seus pacientes, não demora muito para obterem a cura, seu método era infalível”.

O texto de Alarcon Agra do Ó, “*Relatos de Males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial*” (2005), problematiza de forma mais geral a grande quantidade de enfermidades que se abatia sobre a população paraibana. Conforme esse autor, a Paraíba foi o estado brasileiro que mais sofreu com as epidemias no século XIX. O elevado número de mortes, em que a população se viu fragilizada e não imune a tantos males, estava com mais vigor principalmente nos períodos colonial e imperial, propagando doenças, facilitando o contágio e até mesmo propiciando a morte de várias pessoas. No qual, “não seria diferente na Paraíba: a província sofreu, durante todo o século XIX, não apenas com um rol infinito de doenças, tornadas banais na sua paisagem, como também com vários surtos epidêmicos” (Ó, 2005, p. 12). É importante perceber, para entendermos esse contexto, o ambiente inóspito, o lugar ocupado pela

Paraíba enquanto um estado enfermo, doente, carente, um imenso hospital. A cura das enfermidades era o sonho de muitas pessoas nessa época.

O texto de Azemar dos Santos Soares Júnior, intitulado “*Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*” (2015), tratou de entender as condições de higiene do estado da Paraíba e as epidemias – Peste Bubônica e Gripe Espanhola – que dizimou dezenas de vidas. O autor visou entender como esses surtos epidêmicos provocaram uma grande mortandade; devastando vidas, essas doenças vinham matando milhares de pessoas nos estados brasileiros,

[...] o cólera, a febre amarela, a varíola, a gripe espanhola e a peste Bubônica estão no rol das doenças que poluem o imaginário social não apenas por seus efeitos danosos ao corpo e as cidades, mas também por serem doenças que eram calamidades públicas (SOARES JÚNIOR, 2015, p.57).

Através da análise dos discursos médicos, Soares Júnior (2015) almejou entender uma pretensa educação higiênica imposta a população paraibana. Tais discursos faziam circular na imprensa local a defesa da higiene das ruas e dos corpos, eugenia, educação física, prevenção a doenças, instituições de saúde, vacinação. Falas que ficavam presas às páginas dos jornais e que não chegavam aos olhos e ouvidos da maior parte da população. Um texto timbrado nas águas da História Cultural problematizando corpos, doenças, medo, beleza.

Na mesma direção está a dissertação de Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos, “*Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911-1929)*” (2015), que tratou de discutir a institucionalização da profissão médica na Paraíba e o papel que o médico desempenhava na sociedade de então. O autor problematizou os artifícios utilizados pelo governo local para combater a atuação dos curandeiros³; e a atuação médica - dos poucos profissionais -, que atuavam em dadas localidades na Paraíba. A ponto de levantar metáforas como: “[...] um médico teria a responsabilidade de cuidar da Paraíba toda” (SANTOS, 2015, p. 54).

Havia toda uma simbologia destinada ao médico, era depositada nele uma “fé inabalável”, a “esperança da salvação”. Essa figura emblemática como “salvador” foi divulgada pelo lugar político que ocupavam, mas principalmente através da imprensa – jornais e revistas -, em que se publicavam textos de assunto da ordem do dia. Em meio

³ E dos demais práticos: rezadeiras, benzedadeiras, parteiras, cirurgiões barbeiros...

aos diversos periódicos em que circulavam os discursos médicos, a *Revista Era Nova* se destacava. Entre os temas discutidos, estavam aqueles “[...] ligados à saúde: saneamento, higiene pública, higiene individual, educação sanitária, educação física, entre outros” (SANTOS, 2015, p. 48). Portanto, a análise proposta foi refletir como uma sociedade elitizada estava tentando propor caminhos que legitimassem uma medicina considerada detentora de todo o saber e responsável por combater o “mal” associado à terapêutica popular, que “deveria” ser extinta.

A tese de doutorado de Silvera Vieira de Araújo, “*Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e de higiene na Paraíba na Primeira República*” (2016), realizou um estudo das doenças e epidemias no período republicano na Paraíba. Fez uma análise sobre o contexto político da época e os conflitos sociais que surgiam com a proliferação das doenças, pois faltavam médicos, hospitais, remédios e alimentos, principalmente aos mais necessitados. A falta de assistência na saúde pública, os poucos hospitais, a falta de interesse do governo com o bem estar populacional, foram predominantes na Paraíba.

A ocorrência de tais epidemias demonstrou como eram frágeis as instituições estatais destinadas a proteger a população dos efeitos trágicos dos surtos, assim como eram ineficientes e precárias as ações do estado no campo da saúde pública, revelando uma ausência do poder público em questões de saúde e higiene (ARAÚJO, 2016, p. 54).

Ainda segundo Silvera Vieira de Araújo (2016), existiu um modelo assistencialista⁴ presente na *Santa Casa de Misericórdia*, destinado aos serviços de saúde, imposto pelo governo na Paraíba, revelando um assistencialismo nas práticas de cura, que relatava como se baseava as relações entre os poderes públicos e o estado por meios de doações feitas pelo governo estadual. Devidos a essa política de subvenções:

O modelo de assistência hospitalar da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba continua sendo predominante nas primeiras décadas do século XX, neste tipo de assistência, os hospitais da Santa Casa recebiam subvenções do governo estadual e contribuições de particulares para atender gratuitamente os enfermos indigentes, caracterizando um tipo de assistencialismo nas práticas de cura. Nesta conjuntura, o estado não atuava diretamente na promoção da saúde através da manutenção

⁴ “A discussão sobre o modelo assistencialista no campo da saúde, modelo este representado pelos hospitais da Santa Casa, faz-se necessária não somente porque os hospitais constituíam referência neste campo, mas, sobretudo, pela relação existente entre os serviços de saúde mantidos pela entidade e o campo da ciência médica, como também a relação com os poderes públicos constituídos e suas repercussões na sociedade” (ARAÚJO, 2016, p. 83).

de instituições hospitalares, mas transferia para a Santa Casa esta função mediante volumosas subvenções (ARAÚJO, 2016, p. 83).

A política de subvenções geravam “benefícios” para ambas as partes. Para o estado, “[...] as subvenções eram importantes porque o livrava da função de construir e manter unidades hospitalares, custear o pagamento de funcionários e a compra de medicamentos, instrumentos hospitalares, gêneros alimentícios etc.” (ARAÚJO, 2016, p. 107). Já para a instituição que recebia, como a *Santa Casa de Misericórdia*, as doações “[...] em dinheiro ou em material de construção feitas pelo governo seria uma fonte de lucro e um mecanismo que facilitaria manter seus compromissos sociais, principalmente o tratamento e a hospitalização dos doentes pobres” (ARAÚJO, 2016, p. 104). É algo que problematizaremos mais adiante.

Mais recentemente, deparei-me com a leitura do texto “*Educação pela higiene*” (2015), de Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano. Trata-se de um estudo sobre a higiene escolar na Paraíba. A autora propõe na discussão um modelo de higiene proposto defendido pelos médicos e que se consolidou na legislação da época. Assim, com o intuito de “regulamentar e disciplinar essa população, normatizações de natureza médico-higiênica foram utilizadas pelos poderes públicos, um instrumento para fundar uma sociedade ordeira, instruída, hígida, civilizada” (MARIANO, 2015, p. 149).

Parte da problematização consistiu na análise dos discursos higienistas. A autora corrobora com a descrição de ambientes anti-higiênicos, pauta do debate médico e lugar de combate à imundície e à propagação de uma educação hígida. Surgia, na Paraíba, um modelo de higiene, um padrão civilizatório. Tais discursos ganhavam fôlego especialmente em momentos de surtos epidêmicos que ceifavam vidas. A adoção de um modelo de civilidade proposto pelo governo alegava que o progresso só poderia existir em terra sã, habitada por pessoas saudáveis. Assim, o termo “saudável” era algo que praticamente estava muito longe de ser alcançado, se levarmos em consideração as questões higiênicas da Paraíba naquele momento.

Assim, acreditamos ser essa pesquisa mais uma lacuna preenchida e o surgimento de novos questionamentos que sugerem outras propostas de pesquisa. Reconstruir a história daqueles que de alguma forma foram esquecidos, deixados às margens da História, agora se tornou possível, admitindo, assim, dar voz àqueles que permaneceram, por muito tempo, silenciados. Acredito que a tarefa do historiador é metaforicamente fazer o “resgate” da história desses indivíduos. É comungar com o pensamento de Sandra Pesavento (2003, p. 15): “O olhar de Clio mudou e voltou-se

para outras questões e problemas, para outros campos e temas”. É acompanhar esse ritmo.

Esta dissertação apresenta uma discussão a partir da *Nova História Cultural* gestada na década de 1970. A *Nova História Cultural* possibilitou novas fontes de pesquisa, novos paradigmas, formas de o historiador estudar a cultura. Uma nova corrente historiográfica em que “[...] o historiador cultural abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar” (BURKE, 2008, p. 8).

A *Nova História Cultural* ofertou essas múltiplas possibilidades em “resgatar” memórias, tempos, pessoas que podemos considerar importantes e que contribuíram para a mudança de roteiros longe do palco político. Estudar a vida e o método de cura de um curandeiro/*farmacêutico* paraibano foi possível, pois “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 2008, p. 11).

Incumbi-me da missão de contar essa história, atividade atribuída ao historiador, que de acordo com Albuquerque Júnior (2007, p. 62), conta uma história, narra, apenas não inventando os dados de suas histórias. Esse profissional tem, em seu ofício, a atividade de consultar arquivos, compilar uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas que, no entanto, são revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos. Ao historiador, cabe a metáfora do tecelão: enovela os fios, cruza-os, envolve-os, decifra-os, esculpe um outro corpo em forma de texto, produz História. Esse trabalho árduo do historiador durante a escrita é escrever para além, criar novas formas de se tratar e relacionar a História, é escrever o novo, é “[...] sair do conforto do sabido, do dito e do já feito e reconhecido para dar o salto para o desconhecido, o ainda não pensado, o ainda não vivido, o ainda não escrito” (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 45). Ou seja, é dar vida à escrita, é traçar novos caminhos percorridos, é apropriar-se do sensível, tarefa fundamental a qualquer historiador.

Durante esta pesquisa, busquei fazer uma análise mais precisa acerca desses práticos populares que exerceram suas funções “ilegalmente” na Paraíba. Os curandeiros usavam em suas práticas diversos métodos naturais e suas habilidades na tentativa de encontrar o antídoto para a cura, que era a famosa terapêutica popular. A preferência de grande parcela da população era notória, uma vez que as pessoas confiavam no atendimento dos curandeiros, uma vez que a presença de médicos

profissionais era rara, possibilitando assim uma maior circulação dos práticos populares em atendimentos à população.

Assim, percebe-se a importância de procurar o serviço prestado pelos curandeiros. A falta de profissionais médicos, e até mesmo a falta de confiança da população interiorana para com os médicos, levava a população a buscar o atendimento com os práticos. É sabido ainda que a consulta com um curandeiro era facilitada pelo acesso direto a essas pessoas. Acreditavam por meio da fé que o trabalho desses homens e mulheres seria capaz de sanar a doença. Outros fatores corroboravam para a procura dos curandeiros: a linguagem utilizada, mais simples, de fácil entendimento; os custos mais baixos, em alguns casos realizados de forma gratuita, entre outros. Assim, reafirmo: a arte de curar em algumas regiões do estado da Paraíba, especialmente no interior, esteve praticamente nas mãos dos práticos populares.

Nesse contexto, inserimos a atuação do curandeiro/*farmacêutico* José Fábio Lyra e sua técnica: a *lymfoterapia*. Sua fama correu a Paraíba e cruzou os limites geográficos do estado. Tratava-se do homem que curava com saliva. Realizava milagres. Promovia peregrinações. Provavelmente, salvava da morte ou aniquilava a doença. Sua prática de cura foi considerada inusitada para a época, mas desempenhou um destaque importante na história da cura na Paraíba.

José Fábio Lyra chegou a ser considerado um “célebre farmacêutico e prático”, autor de “um processo a que se attribuem curas assombrosas” (*A Noite*, 11 ago. 1936). José Fábio Lyra era residente no município de Bananeiras, localizado no brejo paraibano, conhecido por seu clima frio. Segundo o jornal *A Noite*, o *farmacêutico* se transformou em uma “figura ilustre”, muito famoso e requisitado graças à fabricação e venda das vacinas de cuspe. Esse fato levou-o a ser acusado por alguns médicos da época como um “charlatão”, especialmente no momento em que se perseguiram os práticos curandeiros. O *farmacêutico*, por esses motivos, tornou-se alvo de perseguição, abandonando a sua cidade natal, refugiando-se em outras regiões. Num momento de institucionalização da profissão médica.

Sobre o uso da *lymfoterapia*, segundo o José Fábio Lyra:

[...] é um systema novo de curar as moléstias. Baseia-se na transmutação do princípio vital que afflora de certas glandulas de creanças e menores, desde que estejam sãs, para as pessoas doentes, isto é para aquelles, cuja energia orgânica esteja perturbada, diminuída ou esgotada (*A Noite*, 1936, p. 9).

Entretanto, o método postulado por José Fábio Lyra acabou sendo rejeitado pela *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, pelo fato de o mesmo não possuir um diploma em medicina e atuar de forma ilegal, sem permissão. Além de apresentar seus escritos para a *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, ele também se apresentou para alguns médicos no *Hospital Pedro I* na cidade de Campina Grande-PB, no ano de 1932, em que, ao contrário da última instituição, conforme o jornal *A Noite*, foi recebido com muita atenção.

[...] pouco depois de uma rápida visita que fiz ao hospital Pedro I, na prospera cidade de Campina Grande, tive o ensejo de ler as minhas observações em presença de oito médicos ilustres, sem sofrer nenhuma hostilidade da parte dos mesmos (*A Noite*, 1936, p. 9).

Estudar a circulação dos saberes considerados médicos populares a partir da arte de curar desenvolvida por José Fábio Lyra enquanto uma prática educativa tem sido bastante desafiador, além de contribuir decisivamente para a historiografia paraibana do campo da *História da Saúde e das Doenças*. Carecemos de pesquisas que contemplem aqueles que foram silenciados, que caíram no esquecimento e que, graças a História Cultural, tiveram a oportunidade de tornar-se objeto de interesse. Memórias que só passaram a fazer sentido a partir do momento em que se atribuiu um sentido.

Organização da dissertação

Adentrar os arquivos tem sido uma prática daqueles que se lançam à escrita da História. Assim, não havia outra forma de ter acesso às fontes senão visitando arquivos e compilando documentos. Dessa forma, apresento no quadro abaixo aquelas que são fundamentais para a confecção desse texto:

Quadro I: As fontes

ARQUIVO	FONTE
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional	<i>Jornal A Noite (1936)</i>
FUNESC	<i>Jornal A União</i>
Centro Cultural São Francisco	<i>Jornal a Imprensa</i>
Acervo privado da família Lyra	<i>Livros e cartas;</i>

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das fontes consultadas.

O primeiro relato sobre o método da *lymfoterapia* foi encontrado no livro *Medicina na Paraíba* (1945), de Oscar Oliveira de Castro. Ao falar sobre os curandeiros da Paraíba, o autor reservou duas páginas de seu texto para contar um pouco sobre as práticas de cura de José Fábio Lyra. Em visita aos arquivos municipais da cidade de Bananeiras, nada encontramos. Apenas no diálogo com alguns de seus descendentes ficamos sabendo da existência de livros escritos pelo dito *farmacêutico*.

Numa rápida consulta à *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*, encontramos a entrevista sobre o método da *lymfoterapia* e aspectos da vida do *farmacêutico*, que foi publicada na edição de 11 de agosto de 1936 do jornal carioca *A Noite*, intitulada “Voronoff brasileiro”. Duas de suas páginas foram reservadas à publicação na íntegra dessa entrevista. E durante a entrevista, o *farmacêutico* relata suas experiências com a *lymfoterapia* e seus pacientes, comenta um pouco da sua trajetória de vida, entre outras coisas. O jornal esboçou um diálogo muito interativo e didático com o José Fábio Lyra.

Além dessas fontes, existem outros documentos e arquivos através dos quais essa pesquisa veio a se concretizar. Primeiramente, citamos a riqueza do *Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba* (IHGP), que contém registros os mais variados sobre as produções médicas em circulação à época, em especial, parte da documentação – cartas, livros, discursos – produzidos pela *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, dentre outros. Nosso interesse principal, nesse arquivo, é a documentação produzida sobre o combate ao charlatanismo e ao curandeirismo. Vale ressaltar, ainda, que parte da documentação sobre esses práticos encontra-se no *Arquivo da Santa Casa de Misericórdia*, localizado na capital paraibana.

A coleta das fontes revela parte do trabalho do historiador. Após a coleta, chega o momento de realizar a crítica, questionar, problematizar as fontes para transformá-las em escrita. Michel de Certeau (2007, p. 92) defende que na tarefa do historiador está a necessidade de introduzir uma interrogação e, a partir dela, chegar a atos, pessoas, tramas, desconfiando sempre daquilo que aparentemente está exposto. Elas – as fontes – serão fundamentais para resgatar o “morto”, dar-lhe vida, atribuir-lhe sentido.

Afirmamos, ainda, que a análise dessas fontes foi possível graças ao advento da História Cultural, que, segundo Peter Burke (2007), é a mais eclética por abordar a cultura, foi realizada de forma atenta, capaz de fazê-las falar. Assim, tratamos de ouvir seus sussurros. Silêncios que gritavam em nossos ouvidos. Textos que produziram outros textos.

Metodologicamente, organizei a dissertação em três capítulos contendo a análise dos documentos ao longo deles: no **primeiro capítulo**, analisarei aspectos da biografia de José Fábio Lyra, à chegada a Bananeiras, a construção da farmácia e sua atuação “médica”. Contextualizo, assim, o perfil biográfico do *farmacêutico*, que ganhou fama na Paraíba graças ao método de curar desenvolvido por meio das vacinas de cuspe, que enfatizarei mais adiante. Entendendo, assim, o espaço ocupado por práticos populares de cura como parteiras, sangradores, rezadeiras, curandeiros, entre outros.

No **segundo capítulo**, tratarei de discutir os discursos dos médicos paraibanos em combate à prática considerada “curandeira” e “ilegal” da arte de curar desenvolvida por José Fábio Lyra, que não era vista com “bons olhos” pela *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*. São analisados notícias publicadas na imprensa paraibana responsáveis por colocar a arte de curar à margem da sociedade. Soma-se a isso a forte campanha contra a *lymfoterapia* por parte de alguns padres católicos. Acusações que giravam em torno do fato de José Fábio Lyra ser adepto ao Espiritismo. As vacinas de cuspe passam a sair um pouco do conteúdo que continha apenas a saliva para a questão religiosa, que estaria por trás de uma possível inspiração para a criação das vacinas. Em carta escrita por José Fábio Lyra, revelou-se a possível natureza das vacinas. Ao ser questionado pelo padre da cidade de Bananeiras, José Pereira Diniz, o *farmacêutico* informou se veio do Espiritismo a base para a criação da *lymfoterapia*. Problematizo ainda o Espiritismo, muito debatido pelo jornal *A Imprensa*, com duras críticas feitas pela Igreja Católica.

No **terceiro capítulo**, analisamos a atuação política do José Fábio Lyra, enquanto prefeito da cidade de Umbuzeiro, nos primeiros anos do século XX. Durante seu mandato, José Fábio Lyra sofreu um atentado que quase o matou. Discutiremos os fatos que levaram o desentendimento de José Fábio Lyra com o oficial de polícia na cidade de Umbuzeiro. Ainda nesse capítulo, veremos através de cartas de José Fábio Lyra para a sua filha, Iracema Lira, como o *farmacêutico* procura medicar por meio de receitas escritas nas cartas para os males que acometiam Iracema, além de cartas trocadas com seu compadre Antônio Pessoa, que relatam o seu governo em Umbuzeiro e as perseguições que o mesmo comandava juntamente com a polícia contra o cangaceiro Antônio Silvino, além da análise de fotografias de José Fábio Lyra e alguns relatos de cura pela ação das vacinas de cuspe.

Foi buscando analisar as práticas educativas da cura instituídas por José Fábio Lyra que chegamos à *lymfoterapia*, técnica que trouxe consigo ideias de imunização do

corpo, proporcionando maior envolvimento no cenário de atuação dos práticos populares na Paraíba. A *lymfoterapia* serviu ainda para entender como a dita arte de curar que predominou no cenário médico paraibano e mesmo com toda a censura conseguiu se firmar e se manter por um longo tempo enquanto poder de cura por José Fábio Lyra. Para entender um pouco da trajetória de José Fábio Lyra, antes é necessário ver suas origens, sua vida pessoal, família, como iniciou sua prática terapêutica. Para tanto, convido o leitor a adentrar no universo das práticas terapêuticas, das doenças, epidemias, dos relatos de cura das vacinas de cuspe, do auge da *lymfoterapia*, da repressão sofrida a prática curandeira de José Fábio Lyra, que foi considerada ilegal na Paraíba na primeira metade do vigésimo século.

Capítulo I

Sobre o “homem do cuspo” e as formas de curar na Paraíba

“Verificados e constatados nesta zona inumeros casos de pessoas curadas de moléstias gravíssimas, sem attribuir-se milagre ou outros agente desconhecidos [...] a opinião geral é de que a alludida vaccina é resultante de muitos anos de investigação scientificas”.
(A União, 26 out. 1936)

1.1 O “homem do cuspo”: notas de si

“Enquanto estou no mundo, eu sou a luz do mundo. Dizendo isso, *Jesus cuspiu no chão, fez barro com a saliva e com o barro ungiu os olhos do cego*. E disse: ‘Vá se lavar na piscina de Silóé’ (esta palavra que dizer o enviado). O cego foi, lavou-se, e voltou enxergando”.

(João, 9: 5-7)

Ele curava com cuspe. Foi assim que o evangelista João narrou um dos episódios de cura promovidos por Jesus Cristo. O texto bíblico conta a história de um homem cego que foi curado pelo “filho de Deus”. Cuspiu no chão e com os dedos misturou a saliva ao barro. A gosma molhada foi tomada pela mão e passada nos olhos do cego, concedendo-lhe a cura, o retorno da visão. A história conta sobre a utilização do líquido que saiu da boca para fins de cura. Era a primeira vez que um relato descrevia o uso do cuspe com intenção medicinal. A saliva tornava-se a seiva da vida, responsável por devolver o sentido perdido, por alimentar a fé, por fazer ver esse líquido com outros olhos. Não sabemos ao certo, até que ponto, a cura do cego por meio do cuspe fez José Fábio Lyra crer que a saliva poderia ser utilizada com a mesma finalidade. Mas sabemos que quase dois mil anos depois, no município de Bananeiras – PB, esse *farmacêutico* imitou Jesus Cristo alegando curar com saliva.

José Fábio Lyra era um prático de farmácia, conhecido por usar a saliva para a fabricação de um “poderoso remédio para cura de doenças”. Medicamento que fez sua fama correr longe. Assim, esse capítulo tem por objetivo analisar os aspectos biográficos da vida do *farmacêutico* e de seu método de cura: a *lymfoterapia*. Tratava-se de uma vacina feita à base de saliva de crianças consideradas sadias para a cura dos males do corpo e da alma. Essa vacina promoveu a circularidade e promoção da cura, moldando todo um discurso de saúde defendido pela *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, em que apenas a medicina científica era a única condutora da cura e não a medicina popular, praticada pelos práticos populares, como o José Fábio Lyra.

José Fábio Lyra nasceu⁵ na região do Mimoso, distrito de Umbuzeiro – PB. Era filho adotivo, sendo criado por uma senhora, que não revelou a identidade de seus pais biológicos. Quando criança, pastorava gados e praticamente ficava com pouco tempo para estudar. Em “noites de lua”⁶, onde morava, utilizava apenas uma cartilha do abecedário, passando a escrever nela suas primeiras palavras. Quando rapaz, mudou-se para Bananeiras e, lá, conheceu Flora, que se tornaria, futuramente, sua esposa. Flora Lyra e José Fábio Lyra tiveram muitos filhos. Segundo uma publicação de 21 de março de 1939, do jornal *A Imprensa*, o *farmacêutico* possuía uma numerosa família:

Era sua esposa sra. Flora da Costa Lira. Seus filhos: Mario Lira, agente fiscal; Alfeu Lira, sra. Iracema Lira, sra. Dulce Lira, sra. Diva Lira, senhoritas Violeta, Diana, Inês e os estudantes Galeno e Durval. Deixa também numerosos netos.

A “injeção de cuspe”, ou a *lymfoterapia*, era considerada por seu criador como responsável por curar males como tuberculose e diabetes, além de prevenir, também, a aparição de outras doenças diagnosticadas na época, segundo o *farmacêutico*. José Fábio Lyra, com a ajuda de um garoto, ordenava que o rapaz cuspsisse numa bacia. Com a saliva e os demais produtos a qual misturava, formava a injeção, realizando, assim, a recuperação de inúmeras pessoas. “[...] mandava uma criança que não tivesse cárie cuspir em um determinado vasilhame. No seu laboratório ambulante, a saliva seria transformada por ele em vacina que curava, quando aplicada nas pessoas” (CORTEZ, 2009, p. 29).

⁵ Não foi possível encontrar na documentação sobre José Fábio Lyra sua data de nascimento.

⁶ Expressão usada quando a claridade da lua à noite é mais forte.

As vacinas não eram aplicadas nos corpos das pessoas apenas para tratar enfermidades. Flora, esposa do José Fábio Lyra, teria tomado a injeção quando estava se recuperando do resguardo da gravidez. Pouco ainda se sabe sobre a vida de Flora. A notícia das vacinas de cuspe espalhou-se por toda a Paraíba e região. Então, depois da fama repentina, José Fábio Lyra acabou sofrendo uma forte repressão do órgão, denominado *Saúde Pública*. Alguns médicos da época, sob a alegação de que o dito “curandeiro” não tinha diploma de medicina, acabaram proibindo as vendas das vacinas à população. Na verdade, alguns esculápios viam na figura do José Fábio Lyra uma forte concorrência, uma disputa por espaço e o combate aos práticos populares. Portanto, como as vacinas estavam fazendo muito sucesso à época, sua “prática médica” causava mal estar num momento em que a profissão médica se institucionalizava na Paraíba.

As notícias afirmavam que o *farmacêutico* passou a ser requisitado. Pessoas dos mais diversos lugares passaram a se dirigir até a cidade de Bananeiras a fim de serem atendidas pelo *farmacêutico*. A *Voz da Borborema* (1939) publicou que a “[...] a fama das suas curas miraculosas já se tinham estendido por todos os quadrantes da Paraíba, transpondo as fronteiras dos Estados limítrofes com o nosso. Sabemos que a “[...] a notícia dessa vacina era conhecida em todo Nordeste”. De repente, a cidade inteira estava ali. Além das cidades vizinhas, pessoas chegavam de ônibus, carros particulares e de trem para tomar essa vacina” (CORTEZ, 2009, p. 29-30).

Instalado em Bananeiras, José Fábio Lyra ocupou outros espaços. Lecionou francês no *Instituto Bananeirense*⁷. Abriu sua farmácia instalada no centro da cidade, lugar em que produzia, vendia e aplicava suas vacinas. Uma publicação do jornal *Estado da Parahyba do Norte*, no ano de 1908, fazia o anúncio de seu estabelecimento: “Pharmacias e farmacêutico: José Fábio da Costa Lyra”. A propaganda nada mais afirmava, além da existência da farmácia e o nome de seu *farmacêutico*, responsável, segundo o jornal, por assegurar a eficácia dos medicamentos ali dispostos.

⁷ O *Instituto Bananeirense* criado no início do século XX por Dionísio Maia, Francisco Falcão, Álvaro de Carvalho e Sólon de Lucena, foi considerado um dos maiores institutos educacionais da cidade de Bananeiras: “[...] em pouco tempo passou a ser referência em toda região [...] com os mesmos objetivos educacionais, funcionando em regime de internato, semi-internato, e externato e além do mais atuava nas atividades práticas, profissionais e disciplinas religiosas”. Porém, passou por momentos de crise financeira e administrativa, deixando de ser colégio e passando a hoje a ser um ginásio de nome Ginásio Estadual Alcides Bezerra.

O major Zé Fábio como era conhecido, era um autodidata e estudioso da biologia e da aplicação da flora regional aos males do corpo. Inventou uma vacina produzida pela saliva humana e com ela promoveu a cura de várias moléstias, inclusive diabetes e tuberculose, antes do surgimento da penicilina. Seu “método consistia na esterilização a frio do líquido bucal das pessoas sãs e novas e transmudando ainda vivo para os doentes” (LEITE, 2016, s/p).

Retomando a fala de Ramalho Leite exposta acima, percebemos uma valorização do poder da vacina de cuspe, colocando seu efeito em pé de igualdade à ação da penicilina e curando doenças que até então não possui cura: a diabetes. Os relatos “milagrosos” foram aos poucos publicados em livros e em notícias de jornais da época. Assim nos deparamos com o relato de Deusdedit Leitão (2000), que alegou ter sido salvo da morte através da ação da vacina de cuspe. Sua experiência foi narrada em um de seus livros. Vamos lê-la:

[...] José Fábio da Costa Lira, [...] se desenvolveu profissionalmente em Bananeiras como farmacêutico. Homem fino, bem educado de boas leituras, serviu a mocidade dessa cidade como professor de francês do Instituto Bananeirense. [...] em Lavras, a sombra protetora dos Augustos [...] ocorreram numerosas pessoas acometidas de doenças de todas as espécies, esperançosas em obter cura com o milagroso processo da salioterapia. Era uma verdadeira aglomeração que se formava pela a porta da casa em que o José Fábio se hospedara. A presença daquele farmacêutico em Lavras provocou verdadeira romaria àquela cidade, e minha mãe, impressionada com o que ouvia, escreveu-se me recomendando que tomasse a milagrosa injeção. *Eu não dispunha de dinheiro para tanto mas o tenente Raimundinho intercedeu junto ao Dr. Luís Augusto, incorporado a equipe do José Fábio, e consegui que a injeção me fosse aplicada gratuitamente.* E assim entrei no rol dos presumíveis curados ou imunizados pela salioterapia porque se dizia que ela não só curava como protegia contra possíveis doenças, como uma vacina preventiva (LEITÃO, 2000, p. 99. Grifos nossos).

Percebemos aqui que as famosas vacinas não eram gratuitas. As pessoas que queriam ser curadas pela *lymfoterapia* deveriam pagar certa quantia em dinheiro. Não foi possível identificar o valor cobrado. Até o presente momento não foram encontrados dados que informem a quantidade exigida para o tratamento das vacinas; porém, o fato de utilizar a interseção do coronel para que a vacina fosse aplicada gratuitamente faz com que acreditemos que cobrava-se um valor alto para a população mais carente, bem como as relações de barganha que mantinha junto aos coronéis. Uma amizade pautada nas trocas de favores.

Deusdedit Leitão (2000) mencionou ainda que José Fábio Lyra firmou amizade por onde passou, especialmente de cunho político. Desde Umbuzeiro, quando ocupou o

cargo de prefeito da cidade (retomaremos sua atuação política no terceiro capítulo dessa dissertação), José Fábio Lyra fora apadrinhado pelos Pessoa. Fugido, recebeu a proteção dos “Augustos” ao se mudar para a cidade de Lavras, com medo da prisão. A família Augusto⁸, como era conhecida, fazia parte da vida política em Lavras da Mangabeira, no Ceará.

A autoridade a que lhe era atribuída parecia ter origem nos aspectos biográficos de sua história: as relações de poder em que esteve envolvido. Entre José Fábio Lyra e aqueles que o protegiam, como a família Pessoa, mostrava-se ser bastante fortes. Segundo Michel Foucault (1979), as relações de poder estão presentes em qualquer lugar ou em qualquer sociedade, com formas infinitas de dominação a partir das relações que as constitui.

[...] em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplos que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (FOUCAULT, 1979, p. 179-180).

Portanto, o poder gestado pelas “relações de poder” servia de apoio para José Fábio Lyra primeiro enquanto político, depois como *farmacêutico*. Sabemos que família Pessoa detinha grande relevância na política não apenas na cidade de Umbuzeiro, mas em todo o estado da Paraíba no começo do século XX. Assim, suas relações de poder, seus discursos de poder, acabaram por criar um tipo de estratégia política de dominação dentro daquela sociedade, fazendo com que José Fábio Lyra fosse conduzido ao cargo de prefeito da cidade num momento e noutro assegurando sua saída da cidade de Umbuzeiro ileso às ameaças que lhe chegavam.

Podemos entender ainda com Michel Foucault (1979) que o poder de fato não existe em uma determinada pessoa ou grupos de pessoas que o conduzam. Não é especificamente o poder, mas o que está em prática, em circulação, que são as relações de poder. “Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder” (FOUCAULT, 1979, p. XIV). A maneira como as

⁸ Liderada por João Carlos Augusto que era casado com Isabel Rita de São José que procedia a conhecida e “prestigiosa” família Augusto, de Lavras da Mangabeira, “sendo o ramo da estirpe do Logradouro que mais se projetou social, política e economicamente” (MACEDO, p. 15).

relações de poder se apresentam, se findam, traduz seus reais sentidos nas pessoas, nas sociedades, faz com que o poder se efetue. Assim o poder,

[...] funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (FOUCAULT, 1979, XIV).

As relações de poder presentes nos romances que enredavam José Fábio Lyra criaram uma tutela que o protegia politicamente. Não apenas a família Pessoa, mas alguns padres, médicos, jornalistas vão se posicionar a favor de José Fábio Lyra, como analisaremos mais na frente.

Aqui, mais uma vez, podemos perceber a rede de poder que protegia José Fábio Lyra. São redes de sociabilidades ou mesmo de poder responsáveis por assegurar apoio e proteção política e de segurança ao curandeiro. Ação que nos faz voltar a Michel Foucault (1979, p.183) ao falar sobre a circulação do poder:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado a uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede.

Assim, reafirmamos que José Fábio Lyra fazia parte de uma poderosa rede de poder político, antes mesmo de apresentar à dita sociedade paraibana suas vacinas de cura. Com o advento das promoções de cura, ganhou fama, status, aumentando, significativamente, junto a certos grupos políticos, o cuidado, o bem querer, a proteção que precisava nos momentos de perigo.

A salioterapia ou sialoterapia, como cita Deusdedit Leitão, é um tratamento que é feito com a saliva, ou melhor, “sialoterapia é a medida terapêutica curativa” no auxílio da cura de doenças como a cegueira, ferimentos, dores no corpo, entre outras. Foi Andrés Amado Zuno Arce, pesquisador e estudioso da medicina e homeopatia, que em seu *Manual sobre a Sialoterapia* descobriu na saliva um importante meio curatório de “[...] ferimentos, entorses, câibras, verrugas, psoríase, dores de cabeça, articulações e muito mais” (ARCE, 2014, s/p). A aplicação da saliva era diretamente colocada na ferida ou na parte do corpo dolorida, pelo simples ato de cuspir na mão e passar o líquido no local, sendo necessário repetir as aplicações para melhor resultado, pois nem todas as pessoas lidavam de forma igual ao tratamento. Umas, alegava o autor, recuperavam-se mais rápido que outras.

A regra geral é a de aplicar a saliva como e com o que pode ser no lugar onde este desconforto, dano, dor, e além disso devem ser colocados lá imediatamente e tantas vezes quantas as necessárias. As pessoas reagem de forma diferente, temos constituições, diferentes pontos fortes e também salivas de outras constituições (ARCE, 2014, s/p).

No emprego do recurso terapêutica da saliva, as orientações eram de que ao cuspir o líquido deveria ser colocado em “[...] instrumentos, tais como o algodão, papel, plástico, pano ou o que você tem na mão”, no local desejado. Segundo Andrés Arce (2014), a saliva é um potente remédio, chegando a ser eficaz na cura da conjuntivite, podendo ser usada também para massagens corporais, onde são necessárias maiores quantidades do líquido para evitar maus odores; nos olhos, para cura da cegueira ou catarata:

Aplica-se a saliva do acordar de manhã, dentro da lágrima no olho e na pálpebra superior e inferior. Você pode usar um conta-gotas. É sugerido que coloque a saliva também durante o dia, mas sobre as pálpebras, e não dentro do olho, pois isso pode causar uma infecção (ARCE, 2014, s/p).

Indicava-se, ainda, para rugas, manchas no rosto, verrugas, que, quando pela manhã, deveria aplicar saliva no rosto diariamente, prometendo assim o sumiço dessas. Também se indicava para o tratamento contra azia, acne, úlceras, alergias, ansiedade, artrite, calvície: “[...] aplica-se a saliva do acordar de manhã, sobre a totalidade do couro cabeludo [...] a saliva de bebê ou mulher grávida é melhor. Ter mais proteína propriedades regenerativas”. Em casos de asma, queimaduras na pele, na cura da asfixia, a orientação era a de injetar a “saliva em seu peito, a fim de normalizar o funcionamento dos pulmões que são processadas pelo cérebro, o que também é aplicado em toda a face e se pode ser nas palmas das mãos e nas solas dos pés” (ARCE, 2014, s/p). Entre outras coisas, a saliva era usada para curar quaisquer enfermidades. Além disso, era orientada na salioterapia como preventiva contra doenças: melava-se o cuspe nas chupetas das crianças e bebês para garantir a imunidade.

Ainda de acordo com Andrés Arce (2014), a quantidade ideal para as aplicações da saliva era de apenas uma aplicação. Medida já suficiente devido às reações que a mesma poderia acarretar por sua ação vigorosa. Alegou que “a reação que produz a saliva é muito forte apesar do fato de que é uma camada fina que cobre a área onde ela é aplicada”. Era indicado ainda o uso da saliva com sal para infecções. Para problemas na amamentação com o leite materno, sendo que na falta deste, com massagens adequadas com saliva, podiam voltar a produção novamente do leite no seio da mãe.

Vejamos o seguinte relato: “a falta de leite da mama na fase infantil [...] conforme relatado pela Sra. Teresa [...] disse que a sua avó Agatha Padilla foi a um curandeiro e parteira e que [...] lhes deu massagem com saliva e, assim, produziu leite” (ARCE, 2014, s/p). A saliva presente nas mulheres apresentaram um porcentual maior de cura do que a saliva presente nos homens devido ao fato de a saliva feminina conter um “acúmulo de elementos curativos” que foi adquirido ao longo dos anos:

[...] a saliva das mulheres é melhor porque há milhões de anos elas estavam encarregadas dos cuidados de saúde, especialmente de crianças desde o nascimento e, acima de tudo, para a sobrevivência, e durante a evolução de sua especialização e conseqüente acúmulo de elementos curativos como contém, analgésicos, coagulantes, microbicidas (ARCE, 2014, s/p).

Andrés Arce justificou comprovar de fato o poder curatório presente na saliva através de exemplos, relatos. Quando há feridas na região da boca, o processo de recuperação é bem maior do que em outra parte do corpo, pois “[...] a saliva contém proteínas que regeneram os tecidos da boca de forma notável explica por que tal possibilidade, a regeneração dos tecidos do trato respiratório, é uma possibilidade real” (ARCE, 2014, s/p). As esterilizações e vaporização da saliva, para que fiquem livres de micróbios, deveriam ser feitas com lâmpadas de raios ultravioletas.

Há uma necessidade de recipientes de vidro, que se encaixam na janela da lâmpada. Estes são os três elementos materiais essenciais para poder aplicar a saliva, sem o perigo de infecção interna das vias aéreas: lâmpada UV, vapor e garrafa de um recipiente de vidro (ARCE, 2014, s/p).

A “sialoterapia dá-nos novas maneiras de compreender melhor o fenômeno da dor e da cura”. Ela também era indicada na cura de tumores. Vejamos o relato de um paciente que alegou ter sido curado com as aplicações da saliva.

Caso: Paciente Cavazos Margarita Rivera. 62 anos de idade. Diagnóstico de tumor de pálpebra direita do tarso. Observou-se a aplicação de saliva na área afetada, duas vezes por dia, de manhã e à noite. Durante o primeiro mês foi o mais rápido, uma redução de 70 por cento do volume do tumor. Para o total de 4 meses de terapia para o exame físico não há nenhum vestígio da lesão. É elevada e é considerado caso curado (ARCE, 2014, p. s/p).

Casos como esses foram comumente recebidos e tratados por José Fábio Lyra. A utilização da saliva enquanto remédio era bem conhecido no universo de homens e mulheres que curavam com produtos naturais. Pessoas que se classificavam por possuírem o “dom da cura” desde séculos atrás como indicação para sarar doenças,

inclusive as que não possuíam cura, alegavam que a saliva era inspirada nos poderes do divino.

O uso da saliva como remédio foi prática corrente entre os saladores (curadores) espanhóis nos séculos XV e XVI, que ofereciam pão umedecido na saliva aos seus pacientes, e esteve associado a ações terapêuticas que tinham nos excretos de homens e animais meios para acabar com as doenças graças a força vital que possuíam, prática também presente no Brasil dos tempos coloniais ao século XX. Cuspir em uma ferida, de manhã e antes de dizer qualquer palavra, ainda é remédio poderoso em terras nordestinas [...] lembrava o ato do próprio Cristo - com a mistura de terra e cuspe untou os olhos do cego, que depois recuperou a visão - e remetia ao enredo de crenças e ritos que tanto marcou a Europa (BERTUCCI, 2003, p. 216).

Na edição de 11 de agosto de 1936, o jornal *A Noite* publicou uma chamada que provavelmente despertou a curiosidade do leitor: “*A NOITE descobre, no interior da Parahyba, o autor de um processo a que se atribuem curas assombrosas de tuberculose, lepra, câncer, diabete e numerosas outras moléstias abrangidas pelas experiências de José Fábio Lyra*”. Era a publicação de uma entrevista concedida por José Fábio Lyra ao jornal do Rio de Janeiro, informando sobre os benefícios da *lymfoterapia*. Notamos que a maioria das publicações escritas sobre jornalistas, ou mesmo intelectuais que não pertenciam ao campo médico, tratavam de exaltar a figura do *farmacêutico*, como foi o caso do jornal *A Noite*.

BANANAEIRAS, julho de 1936 (serviço especial d’A *NOITE*) – Reside nesta cidade o Sr. José Fabio Lyra, há trinta annos, precisamente, estabelecido com uma farmácia, onde exerce a sua actividade, *solicito e honesto, attendendo quantos lhe reclamam os serviços profissionais*. Já encanecido pelos annos, *goza, aqui e nas localidades vizinhas, de muita estima e popularidade* [...] Dir-se-ia mesmo *um homem superior ao meio em que vive* (*A NOITE*, 11 ago. 1936. Grifos nossos).

"Solícito e honesto", "atendendo quantos lhe reclamam", "goza aqui e nas localidades vizinhas de muita estima e popularidade", "um homem superior ao meio em que vive"; são adjetivações atribuídas a José Fábio Lyra, que segundo a citação acima, dedicou seus dias a "curar" pessoas. Uma tentativa de exaltar sua imagem construindo-a como ilibada, sem mácula alguma. O jornal *A Noite* tratou de apresentar ao país um cidadão residente na região do brejo paraibano, acusado constantemente de curandeirismo. De acordo com a entrevista, José Fábio Lyra tratou de informar a população que a farmácia estava em pleno funcionamento na fabricação e aplicação da vacina: “Informamos de que o tratamento dos clientes está sendo ministrado na própria

pharmacia do Sr. José Fábio", fato que fez com que o jornal o procurasse "a fim de colher esclarecimentos para o público" (A NOITE, 11 ago. 1936).

A entrevista tornava pública aspectos cotidianos de sua vida. Em seu discurso, José Fábio Lyra deixava claro que seu maior desejo era ter seu método compreendido pelos médicos da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, já que pelas pessoas que o procuravam já era um fato. Enquanto esse reconhecimento não chegava, coube ao periódico carioca afirmar que "no que toca ao pharmaceutico do interior parahybano, ficar-lhe-á, talvez, apenas a esperança de ter dado esperança" (A NOITE, 11 ago. 1936).

Ao ser questionado sobre a origem das vacinas de cuspe, as palavras de José Fábio Lyra contaram que

Baseia-se na transmutação do princípio vital que afflora de certas glandulas de creanças e menores, desde que estejam sãs, para pessoas doentes, isto é, para aquelles, cuja energia organica esteja perturbada, diminuida ou esgotada. Realmente, é, se posso dizer – a voronoftherapia simplificada, como terei de explicar (A NOITE, 11 ago. 1936. Grifos nossos).

Em nenhuma das falas é dito pelo *farmacêutico* quais os ingredientes que eram associados à saliva das crianças sadias, nem o que era feito com a saliva. O segredo foi preservado. A sua incisiva afirmativa era de que a saliva restaurava as glândulas doentes. O possível "poder salvador" do cuspe era um antídoto contra a úlcera, o câncer, as influenzas, as dores de coluna, a velhice. Sua primeira cobaia, ou melhor, seu primeiro paciente, que sofria da doença, teria sido um familiar próximo, que, após receber o tratamento, obteve a cura de imediato, chegando a ter sucesso na terapêutica fornecida ao paciente, fato que alegou não ser possível com o tratamento do próprio médico. "Era preciso agir e essa pessoa foi submettida ao meu tratamento com um resultado tão accentuado e satisfactorio que mais ainda me animara" (A NOITE, 11 ago. 1936).

José Fábio Lyra afirmou ainda ter curado outro paciente diagnosticado com "ulcus", úlcera no estomago, trazendo esse relato para um folhetim publicado no ano 1936, cujo título se nomeava *A Lymphoterapia*. O *farmacêutico* explicou ainda os sintomas e reações contidas em seu tratamento *lymfoterápico* quando aplicado nos portadores de tuberculose. Tudo na intenção de mostrar o suposto poder de cura das vacinas de cuspe que dentre tantas "benfeitorias", a máxima era de apresentar um rápido abrandamento da dor. A vacina, segundo o José Fábio Lyra, possuía um efeito

tranquilizante e eficaz na medida em que sanava o que havia de danoso no corpo. A divulgação maior era sobre a mágica da cura:

É melhor falar das reacções que sobrevém á applicação do remédio, e sómente nas pessoas doentes, pois os sãos nada sentem. *Tuberculosos experimentam dores, dias após, nas zonas do pulmão affectado. Certas enfermidades curadas ha 5 ou 6 annos volvem attenuadas, e assim, em cada orgão, em cada viscera, em cada parte do corpo onde houve uma lesão, ou que esteja a formar, ha uma sensação de allivio um princípio e fim de cura, que, ou vem acompanhada de febre, ou de dores, ou de prurido com formação nova de hematias, ou então por augmento de secreção glandular interna, de vivacidade, vigor e forças* (A NOITE, 11 ago. 1936. Grifos nossos).

A ação da vacina provocava reações. Antes da cura, o corpo revoltava-se de alguma forma. Em tempo de enfermidade, os órgãos afetados sentiam de imediato a suposta ação benevolente da vacina, porém, em alguns casos, os corpos sentiam algum tipo de reação que antecedia a "vivacidade, o vigor e a força". Essas reações nem sempre eram boas como aponta a citação acima: febres, dores, coceiras, hematomas e secreções. No entanto, apesar das reações contrárias, o *farmacêutico* tratou de assegurar em seu discurso a cura!

A *Voz da Borborema*, assim como o jornal *A Noite*, também publicou uma entrevista concedida por José Fábio Lyra. Os jornalistas aproveitaram uma de suas visitas à cidade de Campina Grande com a finalidade de visitar familiares para abordar o prático e tomar notas. Durante o diálogo com a *Voz da Borborema*, o “homem do cuspe”, segundo os jornalistas, não realçou nenhuma surpresa quando o assunto era a *lymfoterapia*, pois já acreditava na divulgação e popularização de que seu medicamento com influências na opoterapia⁹ era algo natural e que a medicina poderia se apoderar facilmente.

O dr. Fabio conversava e discorria com naturalidade, sem pose e sem ênfase, sobre o metodo das suas pesquisas, que, conforme ele próprio salientava, *nada continham em si de sensacional ou ainda não previsto pela investigação científica [...] num processo singelo de opoterapia* (VOZ DA BORBOREMA, 22 mar. 1939. Grifos nossos).

⁹ Segundo Chequer (apud GILBERT; CARNOT, 1911, p. 3) a *organoterapia* (ou *opoterapia*, segundo Landouzy, do grego *opós* = suco, e *terapeîn* = tratamento), a qual consiste no tratamento pela administração criteriosa aos pacientes de extratos de órgãos e glândulas homólogos provenientes de animais.

José Fábio Lyra tentou tratar com simplicidade seu método, ao que tudo indica, devido às pressões que recebeu por parte de alguns médicos. Afirmou ser um "processo singelo", sem nada de sensacional" e acima de tudo "previsto pela investigação científica". A naturalidade atribuída a *lymfoterapia* destoava do tom anterior que a colocava no lugar de ciência. Apesar disso, continuou afirmando ser a vacina de cuspe uma boa medicação:

A saliva humana bem poderia ser empregada, no seu estado de pureza e secreção infantil, como estímulo dos nossos emunctórios, hipo ou hipertensos pelas perturbações funcionais ou mesmo por causas que a patologia ainda não havia suficientemente estudado (*VOZ DA BORBOREMA*, 22 mar. 1939).

O jornal *A Noite* informou que, no ano de 1932, o *farmacêutico* elaborou um documento relatando os procedimentos da *lymfoterapia* para ser lido pelos médicos da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, mas seu empenho foi em vão. Sob a alegação de que não possuía uma patente em medicina, o *farmacêutico* logo foi refutado.

Estavamos em 1932, quando um dos seus membros me aconselhou a apresentar por seu intermedio um "memorial" áquella sociedade. Remettera, depois, com os meus livros republicanos, um relatório minucioso do que havia feito e continuava a fazer, e solicitara o auxílio de suas luzes, áquelles esclarecidos mestres do saber. Foi ainda uma tentativa fracassada, porque mezes após, em vez da promissora oportunidade que eu almejava, de ser chamado a defender os meus escriptos, recebia um laconico cartão, em que me dizia que a sociedade "deliberara por unanimidade não tomar conhecimento do "memorial" por não ser de autoria de pessoa diplomada" (*A NOITE*, 11 ago. 1936).

Mas então como fazer com que a *Saúde Pública* autorizasse e legitimasse a circulação das vacinas? José Fábio Lyra acreditava que para tal feito era preciso fazer com que os médicos da *Saúde Pública* presenciassem, testassem e aprovassem a produção das vacinas e sua provável eficácia. Para tanto, fazia-se necessário analisar os efeitos da mesma num paciente que seria acompanhando e monitorado pelos médicos, para que, assim, Jose Fábio Lyra adquirisse a legalização da *lymfoterapia*. Fato que não aconteceu.

Imaginei que com a criação de institutos locais, onde o remédio pudesse ser preparado sob as vistas de um director, depois que um medico tivesse controlado o doador da lymphá e o doente examinado, tudo fosse resolvido. Como vê, o mero exame da lymphá pelos laboratórios officiaes não preenche a formalidade (*A NOITE*, 11 ago. 1936).

Porém, a resistência por parte da *Saúde Pública* aumentou consideravelmente ao não autorizar a apresentação do método de José Fábio Lyra, que visava divulgar as vacinas e conquistar a liberação médica para sua aplicação nos corpos de homens e mulheres. O jornal *Voz da Borborema* apresentou evidências históricas sobre o incômodo por parte dos que geriam a *Saúde Pública* no estado da Paraíba. As notícias sobre o *farmacêutico* pareciam ser recebidas como forte rejeição por alguns médicos:

Quando seu nome apareceu no noticiário dos jornais, ocorreu um “frisson” pela espinha dorsal da nossa Saúde Pública. Vozes de protesto se ergueram, houve punhos crispados, erguidos num desafio às autoridades repressivas, como um sinal de protesto ao desenfreamento do charlatanismo (*VOZ DA BORBOREMA*, 22 mar. 1939).

Apesar da forte perseguição, não é possível afirmar que todos os médicos se posicionaram contra o *farmacêutico*. José Fábio Lyra, contava com o apoio de alguns importantes médicos que eram, inclusive, membros da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, a exemplo do Dr. Oscar Oliveira de Castro, que prefaciou um de seus livros. Mesmo contando com o apoio de uns, esses não eram suficientes para aprovar algum tipo de espaço a ser concedido ao *farmacêutico* na *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*. Os documentos nos mostram que a represália a *lymfoterapia* era intensa, chegando a consolidar essa prática enquanto um exercício ilegal da medicina. José Fábio Lyra almejava construir um instituto para atender pessoas doentes que queriam ser tratadas com as vacinas de cuspe, expandindo ainda mais seu dispositivo de cura. Ficou no campo do desejo, não pôde ser realizado: “[...] *Estou concluindo outras observações e pararei si não puder conseguir a oficialização ou licença para a fundação do primeiro instituto ou sanatório de curas, nas bases em que penso realizar*” (*A NOITE*, 11 ago. 1936. Grifo nosso).

Ora, a entrevista foi publicada no momento em que José Fábio Lyra aguardava um posicionamento da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*. Portanto, levantamos a hipótese de que em caso de não conseguir “a oficialização ou licença para fundação do primeiro instituto ou sanatório de curas”, ele pararia de fabricar as vacinas de cuspe. Isso poderia ser uma tática para provocar, na população crente na *lymfoterapia*, uma forma de pressão sobre os médicos para que ouvissem o José Fábio Lyra.

Os jornais *A Imprensa* e *A União* passaram a publicar constantemente severas críticas ao método *lymfoterápico*, do qual trataremos mais adiante. Passado o efeito de uma notícia contrária, o *farmacêutico* alegava não se abater ou não se deixa influenciar pela opinião dos médicos. José Fábio Lyra sabia dos riscos que assumia por não ser um profissional da saúde licenciado. Porém, alegou com veemência para os jornalistas da *Voz da Borborema* que o maior motivo em fabricar as vacinas de cuspe era pode curar vidas, ajudar as pessoas e ainda disse que não se incomodava em se submeter a experiências, ou mesmo em participar de sabatinas seja por quem fosse, afinal de contas era sempre convidado.

Intimaram-no a comparecer aqui e acolá, afim de que se submetesse a uma espécie de “tests” onde as perguntas mais afiadas lhe eram disparadas pelos letrados da imprensa e pelos diplomados do mundo medico. Fabio ouvia e respondia como Deus e sua língua de matuto o ajudavam. E, apesar de tudo, lá se ia fazendo as suas experiências, e restituindo a esperança aos incuráveis que haviam transitado por incontáveis consistorios medicos (*VOZ DA BORBOREMA*, 22 mar. 1939).

Apesar das críticas, parte dos médicos se espantava com o conhecimento de ciência que o prático de farmácia possuía. José Fábio Lyra comentou que todo o seu conhecimento foi adquirido através de leituras, de curiosidades, de experiências desenvolvidas ao longo dos anos e transformado por ele, possivelmente, em saber médico. O *farmacêutico* teria se apropriado do conhecimento da natureza, criando um procedimento de cura que ele mesmo tratou de afirmar ser uma “revolução” para época, para as terapêuticas populares na Paraíba.

- Sei que venho agindo fora de minha profissão, pois não sou médico, mas *compreendo também que a sciencia não pode ser patrimônio de uma classe e não seria, portanto, por falta de assistência que eu deveria recuar. Minhas experiencias não fazem “victimas”*, dizia Mesmer em sua defesa, e eu confesso que tenho continuado, comquanto me sinta ainda no abc de uma importante novidade therapeutica, sem o sacrificio de nenhuma vida. *Os poucos conhecimentos de biologia e sciencia de curar, já os esgotei e longe estou de chegar ao fim, só e desajudado.* Entretanto, *já me compensam as emoções de ler com meu methodo alliviado algumas dóres humanas* (*A NOITE*, 11 ago. 1936. Grifos nossos).

José Fábio Lyra deixou claro na citação acima que não era médico e mesmo assim continuava a exercer essa profissão. Gabava-se de nunca ter feito nenhuma vítima fatal (apesar de não existir até o presente momento fatos que comprovem a existência de vítimas fatais). Defendeu seu ofício como sendo provedor da vida. E atacava acusando

os médicos de quererem ser os únicos detentores do saber da saúde tratando-a como um “patrimônio de uma classe”. Ostentou ser detentor do conhecimento da biologia, porém, reconheceu que, para avançar nas pesquisas, não conseguiria solitariamente. Mas acima de tudo, erguia aquilo que considerou ser seu maior trunfo: ouvir/ler os relatos de pessoas que tinham suas dores sanadas e sua vida restaurada após o uso da vacina de cuspe. Mas não podemos alegar que o tratamento com as vacinas teria realmente salvado as vidas de todas as pessoas que receberam a medicação.

De acordo com a entrevista publicada n’*A Noite*, em 11 de agosto de 1936, José Fábio Lyra havia atendido, em 1934, trinta e três casos de enfermidades, no ano seguinte o número se elevou para cento e quatro, e, de janeiro a junho de 1936, já havia realizado cento e doze observações, todas “plenamente sancionadas pelo applauso das pessoas curadas dentro deste Estado, Pernambuco e do Rio Grande do Norte” (*A NOITE*, 11 ago. 1936). A maioria dos doentes era diagnosticada com tuberculose, seguido por problemas cardíacos, arteriosclerose e sífilíticos. Estes se somavam aos “velhos portadores de grande variedade de doenças que passaram tempos remotos e que voltavam a aparecer de modo attenuado, poucos dias depois de aplicada a vacinação lymphotherapica, para, em seguida, desaparecerem completamente” (*A NOITE*, 11 ago. 1936). A cura era chamada pelos “meus clientes de prodigiosa” (*A NOITE*, 11 ago. 1936).

Percebemos que, sempre que possível, José Fábio Lyra fazia questão de se autopromover, bem como alegar as dificuldades enfrentadas com a rejeição por parte de alguns médicos. Tratava-se de uma tática utilizada para sua permanência no ofício de curar. Sabemos que atuou como um prático popular através da terapêutica devido à parca quantidade de médicos nos primeiros anos do vigésimo século, especialmente no interior do estado da Paraíba, onde a atuação de curandeiros, parteiras, rezadeiras era bastante comum. Eram a esses práticos que a população recorria ao serem acometidos por quaisquer doenças. Homens e mulheres que se dedicaram às artes de curar tinham, de vez em quando, seu espaço ameaçado pela presença dos esculápios, seja por sua presença física, seja pela legislação que criminalizava os populares de cura. Dessa forma, entendemos

[...] os diversos e espetaculares “dons” que esses homens da cura, traziam e levavam para milhares de pessoas, acarretou na transformação visivelmente na atuação em sociedade, possibilitando não apenas uma elevada contingente de seguidores, como uma reviravolta no sistema médico vigente. Nem sempre existiu um mar de

rosas na vida desses práticos. Existia uma forte perseguição que tratou de vetar o uso de remédios, métodos e soluções, bem como ofuscar a atuação daqueles que fizeram “fórmulas mágicas” a exemplo de José Fábio, e seu método, que ajudou tantas pessoas nesse caminho para a cura (MELO, 2016, p. 45).

O *farmacêutico* de Bananeiras alegou na entrevista que seu método se fundamentava na “voronoftherapia simplificada”, que consistia na esterilização dos germes presentes na saliva, que depois dos procedimentos e transformações necessárias compunham as vacinas. José Fábio Lyra também explicou que não eram as mesmas dosagens aplicadas de uma vacina para outra, havia graus diferentes. Dependendo do caso, algumas pessoas podem receber mais aplicações do que outras. Porém, segundo o jornal *A Noite*, independentemente da quantidade das dosagens, ele afirmava que “todas são sempre satisfatórias”. A vacina de cuspe consistia:

[...] variam muito a dosagem e o espaço de uma a outra injeção. Em regra, basta uma única aplicação em molestia recente: o resultado é benéfico em todos. Nenhuma contraindicação, nem mesmo no termo das molestias fataes (*A NOITE*, 11 ago. 1936).

Uma curiosidade trazida pela entrevista dada ao jornal *A Noite*, foi a comparação que os jornalistas fizeram ao chamarem de “Voronoff brasileiro”, comparando-o com o médico e cirurgião Serge Voronoff¹⁰, conhecido pelas suas cirurgias muito inusitadas de transplante de enxerto das glândulas de humanos com animais. O jornal *A Noite*, estabeleceu as semelhanças entre o método usado por Serge Voronoff com o método de José Fábio Lyra, a *lymfoterapia*. Os dois métodos eram bastante curiosos e incomuns. Serge Voronoff usava os enxertos de glândulas de crianças para seus transplantes, não apenas de adultos. José Fábio Lyra também utilizava a saliva de crianças – glândulas endócrinas - para aplicar em adultos enfermos. O jornal *Voz da Borborema* firmou que o *farmacêutico* parecia se especializar em endocrinologia:

Para ninguém adiantava, o velho boticário de Bananeiras, constituía novidade a evolução atingida, nos métodos e processos de curar, segundo a arte moderna, em seguida ao surto da endocrinologia (*VOZ DA BORBOREMA*, 22 mar. 1939).

¹⁰ Serge Voronoff, foi um médico e cirurgião russo, famoso por realizar um método que consistia no enxerto de glândulas de primatas, que eram reimplantadas em seres humanos. Também conhecido como o “Homem do rejuvenescimento”, pelo fato de prometer o rejuvenescimento da pele, que era uma de suas principais características de seu método, pois, “[...] sob o peso irremovível da velhice, do perpassar dos anos, sejam restauradas, á custa de enxertia de pedaços glandulares de irrequietos macacos!” (*ERA NOVA*, 26 mar. 1922).

A edição de 1 de janeiro de 1939 d'A *Imprensa* publicou em sua capa a notícia: “O homem do rejuvenescimento – Voronoff anuncia cura do ‘cretinismo’”. O texto apresentava o método desenvolvido por esse cientista da saúde, no qual usava o enxerto das glândulas tireoides no tratamento do cretinismo. Os seus procedimentos cirúrgicos pareciam ser bastante requisitados. Assim,

Os enxertos foram feitos quer com parte da tireoide das genitoras dos pacientes, quer com parte das glândulas de macaco e as porções transplantadas, uma vez colocadas em sua posição normal desenvolveram-se e passaram a funcionar perfeitamente (A *IMPRESSA*, 1 jan. 1939).

Além das glândulas de crianças e de pessoas saudáveis, o cientista também extraía glândulas de primatas para fabricar seu enxerto.

Em todos os casos em que não pude encontrar um macaco que fornecesse a glândula, necessária para o enxerto, a própria mãe da criança se ofereceu involuntariamente em cedel-a, sendo que em caso algum verifiquei quaisquer efeitos prejudiciais nas mães que cederam parte de suas tireoides, estando eu convencido de que o mesmo se daria, si o doador fosse criança, e neste caso, com evidentes vantagens para o paciente que recebesse o enxerto (A *IMPRESSA*, 1 jan. 1939).

Mas por qual motivo o dr. Voronoff escolhia glândulas de símios para seus tratamentos? Segundo o próprio cirurgião, a durabilidade e a eficácia das glândulas dos macacos eram melhores do que as humanas, pois

[...] os primeiros enxertos, usando glandulas do macaco deram resultado imediato, que permaneceu durante toda a vida dos pacientes, enquanto que os enxertos feitos com glandulas humanas só mantiveram eficientes, apenas por 3 ou 4 anos, tendo, após isso se renovado” (A *IMPRESSA*, 1 jan. 1939).

E com relação, também, a preferência pelas glândulas dos macacos, por motivos pelos quais os mesmos tinham uma vida mais saudável, o médico acreditava “[...] ser devido a vida mais sadia levada dos símios, e, ainda, ao fato de que esses não são afetados pela série de moléstias que acometem a humanidade” (A *IMPRESSA*, 1 jan. 1939).

Como já afirmamos, José Fábio Lyra foi acusado de ser um charlatão. A oposição imposta por alguns esculápios fez José Fábio Lyra “estar à margem da lei e, por essa razão, chegou a se evadir para outros centros urbanos fugindo da perseguição

da Associação Médica da Paraíba” (LEITE, 2016). No auge da repressão à *lymfoterapia*, o *farmacêutico* foi obrigado a fugir da cidade de Bananeiras:

Premido pelas autoridades sanitárias da Paraíba foi obrigado a sair do Estado instalando-se em Serra Negra, Rio Grande do Norte, onde deu procedimento ao revolucionário processo de tratamento de doenças incuráveis. (LEITÃO, 2000, p. 99).

A hostilidade por parte de alguns médicos paraibanos passou a proibir a prática de cura de José Fábio Lyra, criminalizando-o:

O preconceito acadêmico, todavia não compreendia que um simples boticário aldeão se atrevesse a entrar em departamento cujas porta sagradas somente podiam transpôr os Pauster, os Koch, os Laveran e os Roux. Daí, cremos, a grita que se levantou contra Fabio de Bananeiras (*VOZ DA BORBOREMA*, 22 mar. 1939).

Assim, imaginamos que José Fábio Lyra sofreu muito com a rejeição por parte da *Saúde Pública* paraibana. Muitos médicos não admitiam que um prático de farmácia medicasse. Isso se consolidou principalmente no início do século XX, devido à institucionalização da medicina na Paraíba, proibindo não apenas as atividades de José Fábio Lyra de produzir as vacinas com cuspe, como também diversos outros práticos, curandeiros, benzedores, parteiras e afins.

A perseguição provocou seu silêncio. A partir do ano de 1936, o silêncio passou a ser a uma característica da vida de José Fábio Lyra. Silêncio rompido apenas pela notícia do jornal *Voz da Borborema*, do dia 22 de março de 1939, informando a morte de José Fábio Lyra, com o seguinte título: “*Morreu o Homem do Cuspo*”. O *farmacêutico* faleceu aos 65 anos de idade. A causa morte teria sido um infarto fulminante:

Sábado á tarde, na cidade de Bananeiras, o dr. Fabio foi acometido de um colapso cardíaco e naquela noite mesma deixou de existir na terra paraibana, onde começou sua experiência que tanto voga lhe deram (*VOZ DA BORBOREMA*, 22 mar. 1939).

Até hoje, ninguém da família Lyra soube notícias sobre a fórmula da vacina. José Fábio Lyra guardou em segredo, levou consigo para o túmulo. O silêncio a que foi acometido já se configura como sua primeira morte. Não apenas o silêncio imposto ao *farmacêutico*, mas, também, aos curandeiros, benzedoras, parteiras, que também sofreram perseguição por conta de suas práticas de cura. A medicina começava a lançar

uma ofensiva contra as terapêuticas populares. Essa parcela da população passa a ser estigmatizada, violada, como uma estratégia médica de controle de saúde. Cabia apenas ao médico o papel de medicar, não ao curandeiro. A medicina foi usada de estratégias, discursos, para cada vez mais diminuir e inferiorizar a atuação dos curandeiros e demais práticos populares, fosse no discurso político, fosse com a repressão estatal. Assunto que passaremos a discutir.

1.2 As artes de curar na Paraíba do século XX

O universo de práticas de cura presentes na Paraíba do século XX era composto por farmacêuticos, parteiras, enfermeiros, curandeiros, sangradores, que possuíam em suas mãos a arte de curar. A atuação das parteiras aqui na Paraíba findou um laço afetoso com aqueles que elas “ajudaram a nascer”, consideradas verdadeiras mães como um ato de agradecimento pela vida. Por aqui, nos anos de 1870 a 1905, apresentaram-se figuras como Maria Sanhassú, Velha Flôr ou comadre Dondon, e Firminiana. A maioria das parteiras usava como meio de deslocamento cavalos “[...] ou sabiam viajar de garupa, noites inteiras, a distancias de dezenas léguas” (CASTRO, 1945, p.315). Eram mulheres conhecidas por sua coragem e fibra. Detinham uma prática que foi responsável pelos partos de muitas mulheres durante décadas, num momento em que a medicina ainda era bastante incipiente, pois até mesmo a presença do médico só era solicitada em casos “especiais”. Então se confirma a presença das parteiras, mesmo com práticas ainda consideradas rústicas e insalubres. A parteira era a primeira pessoa a quem os pais recorriam para a realização do parto, sendo assim indispensáveis.

Elas tinham a sua e prática e sómente em casos especiais recorriam aos médicos [...] muitas parteiras não passaram de curiosas, carentes de noções de higiene, as mais rudimentares, mas ainda assim, prestam seu serviço, então, inestimável (CASTRO, 1945, p. 315).

Havia todo um preparo que antecipava o parto. O enxoval, as roupas, a comida que a mãe tinha que comer após o parto, o ambiente tinha que estar bastante perfumando com alfazema, óleo de amêndoas, todo um ritual era feito para “evitar maus olhares”. A parteira que os pais escolhiam não era qualquer parteira, havia todo um cuidado para tal responsabilidade. De acordo com Soares Júnior (2011, p. 77) a parteira, com longo histórico de nascimentos na família, chegava para realizar o parto com semanas de antecedências, tornando-se quase um membro da casa devido ao tempo de

convivência no período que antecedia o parto. Quando a mesma chegava à casa onde se encontrava a gestante, a parteira trazia consigo toda uma espécie de arsenal cirúrgico que se compunha de:

[...] uma cadeira de quatro pés, de altura comum, cujo assento diferia das demais pelo orifício em meia lua, talhado no assento [...] uma tesoura, fios de lã de ovelha para o caso de uma necessidade urgente e o resto era arranjado na própria casa” (CASTRO, 1945, p. 312).

A parteira, também chamada de “comadre”, segundo Azemar dos Santos Soares Júnior (2011, p. 78), referir-se a elas como comadres era bastante comum pelos familiares do recém-nascido, pois, “essa mulher, assim como todas as parteiras da época, guardava, em sua memória, o conhecimento do parto e, em seu repertório, uma boa quantidade de rezas no caso de anormalidade”. Na hora do parto, no quarto, era realizado de orações até simpatia para facilitar na parição. “[...] suas manobras obstétricas, rezando suas orações fortes ou amarrando sobre o ventre grávido uma larga faixa de algodãozinho [...]” (CASTRO, 1945, p. 312). As orações eram destinadas a Nossa Senhora do Bom Parto, caso a “parturiente” não apresentassem as contrações. Recorria-se a Nossa Senhora do Bom Parto que “era a protetora das parteiras e das parturientes. Era para ela que se apelava nos casos de complicações durante o parto” (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 78). Logo após o parto, a parteira arcava com responsabilidades, tais como: “a higienização dos corpos da criança e da mãe, limpando-os todo, trocando lençóis sujos de sangue e assegurando, por meio do asseio, o combate a qualquer tipo de infecção” (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 78).

Alguns nomes de parteiras diplomadas na Paraíba ganharam fama por sua boa atuação. Algumas foram recorrentemente citadas nos textos sobre história da medicina: na capital paraibana, ficou afamada *Dona Bulgundofora de Barros*, considerada “[...] inteligente e incansável, a primeira assistente examinada que se estabeleceu nesta capital, á rua de Areia [...] Bulgundofora teve grande nome e mereceu a estima de toda a nossa população” (CASTRO, 1945, p. 316); já *Dona Clarisse* possuía diploma em farmácia, formada na Faculdade da Bahia, exerceu sua profissão pela região paraibana durante vinte anos. Sempre bem arrumada, estava sempre disposta a ajudar o próximo.

[...] olhos azúes e tranquilos era edificante encontrá-la no exercício da sua nobre missão. Guiava seu automóvel dos confins de Jaguaribe ou Cruz das Armas aos palacêtes do centro da cidade. Distribuía roupinhas com as crianças pobres, quando, lhe ás vezes lhe faltava dinheiro para a gasolina. D. Clarisse não conhecia repouso. E por isso,

talvez, morreu cêdo e pobre, em janeiro de 1940 (CASTRO, 1945, p. 316-317).

Junto às parteiras, no grupo daqueles que se dedicaram à arte de curar, estavam os curadores ou curandeiros. Marcavam forte presença na Paraíba do início do vigésimo século, quando a magia e as superstições afloravam canto a canto à margem de um território povoado daqueles que diziam ter a cura para numerosas mazelas da humanidade. De acordo com Oscar Oliveira de Castro (1945, p. 279) “era natural que os curandeiros existissem em maior número, no tempo que a medicina dava seus primeiros passos”. Portanto, não era difícil obter a ajuda de um curandeiro, especialmente no interior do estado paraibano, ou mesmo “vêmo-lo por toda a parte”, pois era algo muito natural e de fácil comunicação, até porque “[...] as grandes capitais sempre contaram com figuras de falsos médicos” (CASTRO, 1945, p. 279). Para Nikelen Acosta Witter (2015, p. 313), em fins do século XIX, o curandeirismo não se restringiu apenas à arte de curar, mas obteve todo um conjunto de valores da sociedade, ganhando apreço da população mais humilde com os curandeiros.

[...] o curandeirismo possuía diversas formas de manifestação; que constituía de uma fase entendimento do mundo e da cura; que sobrevivia como parte do folclore nacional; e por fim, que existia uma profunda identificação entre os curandeiros e boa parte do seu público consumidor.

Não apenas curandeiros andaram medicando Paraíba afora, charlatões pareciam amontanhar espaços com suas promessas milagrosas. Charlatões com nomes de príncipes estiveram pelo lado do sertão, como foi o caso de *Príncipe Fernando*. Esse foi considerado um charlatão fora da lei. Era de origem asiática e passou a exercer suas atividades de cura aqui na Paraíba, porém, permaneceu por pouco tempo, pois “[...] o ambiente não lhe foi muito propício” (CASTRO, 1945, p. 280). Foi nas palavras de Oscar Oliveira de Castro que encontrei o relato de sua experiência com o Príncipe Fernando e os motivos do mesmo não ter permanecido por aqui: “teve a oportunidade de presenciar esse doutor exótico, a um tiroteio provocado por bandoleiros, lá para as bandas do sertão, o que lhe fez enjoar as nossas plagas” (CASTRO, 1945, p. 280). Os métodos usados por curandeiros variavam muito. Alguns tinham em seu manual terapêutico, seja de origem animal ou vegetal, as rezas, simpatias, até invocação de espíritos. Possuíam uma variedade de métodos para a cura.

Uns aplicavam raízes de plantas medicinais, como a japecanga, a caminana ou a jurubéba; produtos de origem animal, como raspas de casco de jumento, carapaças de crustáceos ou óleo de baleia, e outros invocavam espíritos protetores e ainda alguns aplicavam rezas fortes, ou descambavam para a feitiçaria (CASTRO, 1945, p. 282).

Alguns exemplos de rezas que eram usadas por curandeiros, a exemplo do curandeiro *Mestre Eurides*. Dentre seus dizeres na hora de iniciar o ritual de cura, pronunciava as palavras: “Creio em Deus Todo Poderoso. Salvo estou, salvo estarei. Salvo eu sempre anoiteço. E salvo amanhecerei. Salvo, assim como Jesus. Foi salvo e salvo eu serei” (CASTRO, 1945, p.283). Rezas que apelavam à força divina:

Ia Jesús e José por ladeira muito alta. Jesús andava e José atrasava. Disse Jesús a José – Anda José! – Senhor, não posso! - O que tens, José? - Dôr de dente encausada nos ossos. E Jesús respondeu: Assim como sai das puríssimas entranhas da Virgem Maria sem dôr, sem maguas e sem achaques, assim tú (pronuncia o nome do doente) ficarás livre da dôr de dente encausada no osso (CASTRO, 1945, p. 283).

Língua de Aço, ou *Doutor Língua de Aço*, foi um charlatão que se apresentou nos cenários de cura da Paraíba. Ficou bastante conhecido por suas idas e vindas à prisão, fato que não foi empecilho ao “doutor” que continuou exercendo a “profissão médica” para aqueles que não dispensavam o seu atendimento.

Ele tem dado o que fazer, a clientes, a médicos e até mesmo a Justiça, em cujas malhas já chegou a cair. Foi preso, certa vez, e permaneceu entre as grades de uma detenção, em alguma vila do interior, até que uma necessidade urgente, em pessoa de importância, lhe abriu as portas da prisão. E de lá saiu, não preso “Língua de Aço”, mas o “Doutor Língua de Aço”, homem revestido dos mais nobres atributos, cuja presença era reclamada ao leito de um enfermo. Praticado o trabalho voltou pacificamente à prisão (CASTRO, 1945, p. 284).

Vale ressaltar que a maioria dos casos de denúncia sobre esses ditos “profissionais da cura” se dava quando sua ação era ineficaz, alguém vinha a morrer após a aplicação de alguma porção ou medicamento ou mesmo quando acabavam por atender alguém de importância política. Alguns historiadores como Azemar dos Santos Soares Júnior (2015), Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano (2015), Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos (2015) concordam que especialmente no interior do estado paraibano a maior parte da população pobre se valia de parteiras, curandeiros, rezadeiras, farmacêuticos e charlatões nos casos de doenças. Faro que perdurou ao longo de toda a primeira metade do vigésimo século, apesar da institucionalização da profissão médica ocorrida nesse mesmo período.

Sobre os possíveis “milagres” do método terapêutico do José Fábio Lyra, Oscar Oliveira de Castro (1945) citou em seu livro intitulado “*Medicina na Paraíba*” que havia uma paciente que estava sofrendo de complicações no coração, fígados e rins e que, após passar pelo diagnóstico médico, preferiu ser submetida às vacinas da *lymfoterapia*, “[...] sabendo está doente o que tinha acontecido aos doentes, que haviam recorrido a lymphoterapia e não querendo fazer uso dos remédios, que lhe receitaram, quis experimentá-la” (CASTRO, 1945, p. 286). Outro fato que também ocorreu com as aplicações da vacina em que conservou a normalidade da “[...] metrorragia de uma tuberculose e a amenorréia de uma outra idosa, foram reguladas pela ação da lymphoterapia” (CASTRO, 1945, p. 288). A dita ação benéfica da vacina também chegou aos tuberculosos hemoptoicos: “[...] depois que tomaram as injeções e o remédio revolucionando a rede capilar uterina congestionada o fibroma que os médicos encontraram, ou na ação do remédio, influencia diretamente na matriz” (CASTRO, 1945, p. 287).

A tuberculose era uma das principais doenças que afetavam mais de uma centena de pessoas no século XX. As vacinas de cuspe do José Fábio Lyra tinham como um dos seus públicos alvos os tuberculosos. Não era tanto, quando constatou que a tuberculose pulmonar no ano de 1912 na Paraíba e no Rio de Janeiro tinha quantidade de mortes praticamente igual. No estado da Paraíba, foram o total de 364 o número de óbitos, enquanto que no estado do Rio de Janeiro foram de 372. O número de doentes na Paraíba foi quase igual ao do Rio de Janeiro. Contudo, o número de habitantes na Paraíba ou no Rio de Janeiro, no ano de 1912, eram dados que se baseavam no coeficiente de 100 mil habitantes. A população da *Parayba do Norte* no ano de 1912 girava em torno de 630.171 habitantes, segundo a Diretoria Geral de Estatística do século XX, enquanto que no Rio de Janeiro era de 1.325.929 pessoas. A quantidade de habitantes no Rio de Janeiro era muito mais numerosa do que a da Paraíba, mas mesmo assim o total de óbitos de ambas as cidades se aproximavam bastante. Isso levanta algumas hipóteses: a falta de uma educação higiênica, a ausência de médicos, a falta de informações sobre a doença, sobre a cura e sobre o tratamento.

Tomando-se em consideração as imperfeições da ciência sanitária, as habitações sem higiene, mal arejadas e escuras; as casas úmidas e sem fôro; as águas cheias de impurezas, carregadas às costas de burros e retiradas de cacimbas; a existência de poços nas imediações da cidade, as fossas espalhadas por toda a parte, além de noções rudimentares de contágio, era natural que muitos fôssem as doenças que se desenvolvesse (CASTRO, 1945, p.256).

Os tipos de doenças nessa época nos séculos XIX e XX eram inúmeras. Nomes como doenças do peito, febre maligna, hidropsia, varíola, coqueluche, barriga d`agua, moléstias do sistema nervoso, o nome da Bicha, impaludismo, entre outras, faziam parte do “rico” mostruário de doenças que mais diagnosticavam e em muitas vezes eram causadoras das mortes de diversas pessoas e crianças.

As doenças se diluíam na paisagem: morria-se com fartura na Paraíba. Feliz era quem morria de sucesso, inesperadamente; os demais, só por estarem vivos, eram potencialmente vítimas de febre amarela, de desinteiras violentas (ou câmaras, ou fleumas, ou corrença, ou ventre solto, que atacavam além dos naturais quase todos os estrangeiros), de sarampo, de cólera, de malária (ou febre intermitente, ou maleita, ou sezão, ou ainda febre de mau caráter), de varíola (ou doença dos males, que vinha sob sete tipos: hemorrágica, confluyente corimbiforme, coerente, gangrenosa, serosa, discreta e varioloide) [...] (AGRA, 2005, p. 20).

Os motivos para tantas mortes estavam na falta de saneamento básico, no mau hábito da população, na sujeira das ruas, e principalmente no precário atendimento dos médicos à população, que atendiam pelo “olhar” e já diagnosticava o tipo da doença que estava acometida o enfermo.

A medicina de então, firmemente baseada no olhar, valia-se, para atuar, apenas “da observação junto ao leito do enfermo, baseando-se nos sintomas e sinais visíveis ou suspeitados, os quais depois de comparados, concatenados e somados determinavam a natureza do mórbido”. Isto se dava, em linhas gerais, à prevalência da “casuística”, ou seja, do sistemático registro de casos, na determinação das moléstias (AGRA, 2005, p.29-30).

Assim, segundo Alarcon Agra do Ó (2005, p.34), “a terapêutica científica, como se imagina, era tão frágil quanto o estabelecimento dos diagnósticos”. Silvera Viera de Araújo (2016, p. 62) também comenta sobre as principais doenças que tanto contribuíram para a morte de centenas de pessoas na Paraíba do século XX:

Já no início do século XX, as doenças que mais contribuíram para aumentar o número de obituário na Paraíba foram à varíola, as disenterias, as câmaras de sangue e as febres palustres. Além destas, o impaludismo e a tuberculose foram as moléstias transmissíveis que fizeram maior número de vítimas no período.

As doenças pareciam servir não apenas para “ajudar a morrer”, como chegaram a provocar na sociedade conflitos sociais intensos dos mais diversos.

Na Paraíba, a presença constante de doenças revelou as nuances de uma sociedade marcada por relações de conflitos entre os diferentes níveis de poder, bem como a redefinição destes poderes diante dos males físicos que acometiam os indivíduos. Assim, a incidência de várias doenças interferiu na dinâmica social, na estrutura política e no universo mental das pessoas (ARAÚJO, 2016, p. 62).

Os serviços e o amparo prestados à população pela *Santa Casa de Misericórdia* não estavam surtindo o efeito esperado. A quantidade de doentes que procuravam atendimento nas Santas Casas era bem maior do que a demanda possibilitava, pois acontecia de extrapolar a quantidade de atendimentos aos pacientes, devido, também, à precariedade dos serviços de saúde, além de casos de relatos de desvio de dinheiro supostamente feito pelos diretores da instituição. Os hospitais¹¹ que ficavam a cargo da administração da Santa Casa, como o *Hospital Santa Isabel*, que estava passando por problemas financeiros em suas estruturas, bem como a existência de uma disputa de poder por verbas públicas, entre o governo e a Santa Casa.

Neste conflito em torno das verbas públicas, os diretores da Santa Casa procuravam extrair o máximo possível de recursos públicos, enquanto que os governantes tentavam limitar as subvenções destinadas a entidade. Assim, observamos uma disputa pelo poder econômico, ou seja, a disputa pelo controle e/ou acesso ao dinheiro público (ARAÚJO, 2016, p. 110).

Não tardou muito para que uma crise afetasse o modelo assistencialista da saúde.

A crise do assistencialismo na saúde da Paraíba ficou evidente quando a entidade assistencial, no caso, os hospitais da Santa Casa, mostraram-se insuficientes e incapazes de oferecer assistência médica-hospitalar aos enfermos que recorriam aos seus estabelecimentos hospitalares” (ARAÚJO, 2016, p. 118-119).

O hospital deveria ser o espaço destinado à cura dos enfermos, independente de sua condição social, coisa que muitas vezes não aconteceu nos hospitais da Santa Casa, conforme se demonstrou também com a presença do assistencialismo nas práticas de cura. Temos o hospital como um instrumento terapêutico e de mediação entre o doente e a doença desde o final do século XVIII, e também como uma forma de “observação sistemática e comparada”.

¹¹ No âmbito da assistência hospitalar, a instituição mantinha no ano de 1920 os seguintes estabelecimentos: Hospital Santa Isabel, Hospital Sant`Anna e o Azilo Sant`Anna (Cf.: ARAÚJO, 2016, p. 83).

O hospital como instrumento terapêutico é uma invenção relativamente nova, que data do final do século XVIII. A consciência de que o hospital pode e deve ser um instrumento destinado a curar aparece claramente em torno de 1780 e é assinalada por uma nova prática: a visita e a observação sistemática e comparada dos hospitais (FOUCAULT, 1979, p.99).

Apesar dos hospitais serem considerados espaços que tinham como propósito maior promover a assistência e a cura aos doentes, fazendo do hospital uma verdadeira “máquina de curar”, ao longo dos séculos foi perdendo essa sua verdadeira “essência”, caso que também aconteceu com os hospitais da Santa Casa, quando esta não foi capaz de prestar atendimento a todos os doentes que necessitavam de seus serviços.

Surge, portanto, um novo olhar sobre o hospital considerado como máquina de curar e que, se produz efeitos patológicos, deve ser corrigido. Poder-se-ia dizer: isto não é novidade, pois há milênios existem hospitais feitos para curar; pode-se unicamente afirmar que talvez se tenha descoberto, no século XVIII, que os hospitais não curavam tão bem quanto deviam. Nada mais que um refinamento nas exigências formuladas a respeito do instrumento hospitalar (FOUCAULT, 1979, p.101).

Ainda conforme Foucault (1979), o hospital, muito antes do século XVIII, era uma instituição que tinha como objetivo principal dar assistência aos pobres, além de promover a separação e a exclusão entre a doente e o pobre, pois “o pobre como pobre tem necessidade de assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso” (FOUCAULT, 1979, p.101). Criou-se uma distinção entre o pobre e o doente. O pobre como alguém que trás o “perigo” do contágio para as outras pessoas que o cercam, este deveria ser o principal alvo de combate, assim o hospital conseguia a “salvação” do doente.

O personagem ideal do hospital, até o século XVIII, não é o doente que é preciso curar, mas o pobre que está morrendo. E alguém que deve ser assistido material e espiritualmente, alguém a quem se deve dar os últimos cuidados e o último sacramento. Esta é a função essencial do hospital. Dizia-se correntemente, nesta época, que o hospital era um morredouro, um lugar onde morrer. E o pessoal hospitalar não era fundamentalmente destinado a realizar a cura do doente, mas a conseguir sua própria salvação (FOUCAULT, 1979, p.101-102).

Assim, as disputas pelo poder e controle financeiro nos hospitais da Santa Casa evidenciou bem essa relação que eles tinham para com o doente e o pobre, apesar dos doentes que vinham de outros estados não receberem o mesmo tratamento dado aos doentes pelos hospitais. Vimos que os hospitais da Santa Casa recebiam um auxílio concedido pelo governo para tratar os enfermos, mas existia um grande descaso da

Saúde Pública com os doentes, tanto pelo estado como pela Santa Casa, que muitas vezes demonstrou estar mais interessada com o lucro do que com o enfermo que procurava seu leito.

Na linguagem dos diretores da Santa Casa, os doentes que afluíam a capital em busca de tratamento nos estabelecimentos hospitalares eram sujeitos incuráveis, caquéticos e opilados, e sua presença constituía um pesadelo para os dirigentes da instituição, pois tinham que atendê-los gratuitamente, gerando despesas para a entidade ou, em outros casos, simplesmente fecha-lhes a porta, fazendo com que muitos tivessem como única opção a mendicância e a morte trágica nas ruas (ARAÚJO, 2016, p.121).

Não é de hoje que se tem notícia da atuação das mais inusitadas, seja de curandeiros, charlatões, muitos com “ares messiânicos” que tentaram pôr um fim a determinadas doenças com técnicas bastante atípicas, como foi o caso de José Fábio Lyra. Há relatos que informam que a presença marcante dessas figuras, que só se deram por causa da ínfima atuação, ou sucesso e insucessos de médicos por aqui presentes:

Diz-se que os charlatões contam-se os sucessos como dos médicos os insucessos. Por isso, não recuam, muitos, tomar, com Fé inabalável, águas, mezinhas e garrafadas. Por isso, acredita-se ainda hoje e acreditar-se-á, nas virtudes dos que benzem para a espinhela caída, para “quebrantos”, “ares e “maus olhados” (CASTRO, 1945, p. 290).

Prática bastante antiga, a sangria se tornou um potente método terapêutico, usada não apenas por práticos populares, como pelos médicos. O uso da sangria se dava através de “[...] depleções sanguíneas: sangrias, ventosas ou sanguessugas” (CASTRO, 1945, p. 331). Aqueles que também praticavam a sangria eram conhecidos como “barbeiros”. Essa prática era destinada para fins terapêuticos e de prevenção de doenças. Para a prática da sangria, o sangrador, ou o barbeiro, tinha em mãos um canivete pequeno, com o qual cortava uma veia do corpo do paciente para retirar o sangue adulterado, depois aparava esse líquido sanguíneo que saía numa espécie de elástico de borracha, onde era, depois, expelido. “Primeiro, o garrote de borracha, na parte superior da perna ou um simples fio de algodão forte. As veias se entumeciam e, facilmente o operador golpeava o vaso. O sangue jorrava de 100 a 150 gramas” (CASTRO, 1945, p. 332).

Pela Paraíba, exerceram o ofício de sangrador alguns nomes como *João Barbeiro*, que caracterizava-se por ser “[...] preto, bem educado, só atendia a sua clientela usando sobrecasaca e calça branca” (CASTRO, 1945, p. 333). *João Lacerda Lima*, depois conhecido também por *Joca Barbeiro*, passou de funcionário público a

sangrador. Usava sanguessugas para a prática da sangria. *José de Souza Rangel* preferia que o paciente trouxesse uma receita médica para assim dar início à sangria.

As sanguessugas hamburguesas eram trazidas do Rio de Janeiro em garrafas com água, havia todo um cuidado rígido, pois a água presente nas garrafas deveria ser trocada sempre para a preservação das sanguessugas. Os seguintes procedimentos eram feitos, como causar ferimentos, machucados na pele, para que as sanguessugas pudessem sugar o sangue do indivíduo durante o tratamento.

Para que pegassem, bastava um pouco de açúcar sobre a pele ou ligeira escarificação que permitisse pequena hemorragia. Facilmente eram tiradas e, para expelirem o sangue, jogavam-nas em vaso com água salgada. E elas vomitavam (CASTRO, 1945, p. 333).

As sanguessugas, podiam ser compradas ou alugadas: “uma dúzia chegou a custar 640 réis, mas, também alugavam-nas a razão de uma pataca” (CASTRO, 1945, p. 334). As sanguessugas também “[...] eram usadas para curar e prevenir quase todas as doenças humanas, como febres, varíola e outras tantas que faziam morada entre a morte e a vida” (SÁ, 2011, p. 148).

Imagem I:
“O emprego de sanguessugas, por Willem van den Bossche, 1638”.



Fonte: Modismo na história da medicina, s/d.

Os enfermeiros exerciam seu ofício, demonstrando muita prática e habilidade. Considerados também como práticos, estabeleceram-se na Paraíba medicando e “cirurgiando” os doentes. “Nossos antigos enfermeiros não passavam de práticos, que de tanto lidar com doentes adquiriram habilidade no trato das enfermidades” (CASTRO, 1945, p. 303). A cirurgia nessa época não era tão complexa e bem desenvolvida, as técnicas cirúrgicas ainda eram principiantes. O *Hospital de Santa Isabel*, localizado na capital paraibana, recebeu um grande número de enfermeiros. Além de *José do Egidio*, *Chico Gomes*, que também trabalhou por lá, e que, mesmo depois de dias de trabalho, ainda passeava por bairros de João Pessoa curando quem precisasse de seu atendimento.

Chico Gomes marcou uma época na Paraíba [...] Teve vida profissional muito intensa e foi querido de toda a população. Alto, esguio, carregava uma velha bolsa, onde tinha os apetrechos cirúrgicos e depois dos plantões do Hospital, saía pelo Rogger ou Jaguaribe, curando sua vasta clientela. A sua expressão tinha um quê de messiânico e sabia como ninguém arrancar o “carnegão” dos tumores e aplicar as pomadas idofornadas para limpar as feridas (CASTRO, 1945, p. 304).

Chico Gomes possuía os mais variados produtos para compor seus medicamentos, desde o *óleo de fígado de bacalhau* ao *elixir cabeça de negro*¹², usados pelo prático no combate à úlcera. O elixir foi bastante noticiado pela imprensa e aprovado pela inspetoria de higiene, como noticiou o jornal *Gazeta do Norte*, no dia 25 de abril de 1890:

ELIXIR CABEÇA DE NEGRO.

Approvado pelas inspetoria geral de hygiene. Preparado em Pernambuco por um distincto Chimico-pharmaceutico. CURA RADICALMENTE: Os rheumatismos, syphilis e outras molestias oriundas da impureza do sangue.
AGENTE DEPOSITARIO: A GONZAGA Rua Major Fecundo, 80, CEARÁ.

Outros práticos de enfermagem como *Germinio*, de estatura alta, corpo magro, não mediu esforços para ajudar os enfermos, como também a conhecida *Mãe Chiquinha*, que trabalhou até seus últimos dias de vida no *Hospital Santa Isabel*. Havia uma necessidade, uma demanda de ter profissionais habilitados. Assim, no ano de 1934, foi criado na Paraíba o primeiro curso técnico de enfermagem, oferecendo a

¹² “Este prodigioso Elixir-composto da batata vulgarmente conhecida em Pernambuco por Cabeça de Negro mereceu as pesquisas e estudos do finado pharmaceutico Hermes, que nella reconheceu as valiosas propriedades depurativas, e dahi formulou este importante medicamento, dando-lhe a denominação de batata” (*A Republica: Orgão do Club Republicano*, 1890, p. 4).

possibilidade de muitos práticos se formarem e possuírem um diploma. “Ele congregou aqueles que já traziam essa aptidão inata para fazer o bem, essa tendência de enobrecer-se na prática de diários sacrifícios e de viver para a medicina e da medicina” (CASTRO, 1945, p. 307). Era também uma necessidade de higiene, visto que esses práticos, por não terem formação, o conhecimento sobre higiene, fisiologia, anatomia era bastante limitado e precário.

As práticas terapêuticas usadas pelos práticos populares na Paraíba se assemelhavam à medicina natural. O uso de plantas medicinais na composição dos remédios, rezas, simpatias, desenvolvidas por curandeiros e demais práticos nos séculos XIX e XX que por aqui medicavam, chamou-se de medicina natural.

[...] os moradores da cidade da Parahyba, convivendo com tantas doenças e dispondo de tão poucos médicos, encontravam nas práticas terapêuticas tradicionais e nos praticantes de cura, nas orações e até nas chamadas simpatias, meios de prevenir e tratar seus males (SÁ, 2011, p. 144).

Essa importante vertente da medicina popular que foi a medicina natural, exercida por inúmeros práticos, sendo ela um considerável mecanismo de cura, existiu durante o início do século XX no Brasil, mais especificamente na Paraíba, que também era chamada de naturismo. “Na cidade da Parahyba, principalmente no período de 1913 a 1919, observa-se a presença de uma corrente terapêutica chamada de ‘*naturismo*’ ou ‘*medicina natural*’” (SÁ, 2011, p. 152). Esta vertente pregava que para ter uma boa saúde, a pessoa deveria ter uma boa alimentação, manter uma vida saudável através dos elementos da natureza, etc. Incentivavam-se as pessoas a entrarem num regime vegetariano, pois “a ‘*cura*’ era concebida pelo poder salubre *da água, do ar, do sol*, do vegetarianismo e frugivorismo” (SÁ, 2011, p. 152). Enquanto isso, alguns médicos, e os que eram a favor da ciência pasteuriana¹³, fizeram uma forte oposição, ocasionando vários debates entre a comunidade médica a ponto de mencionar teóricos para justificarem suas teorias e conclusões, pois eram contrários às práticas aconselhadas e seguidas pelos naturalistas.

[...] os seguidores da ciência pasteuriana combatiam as idéias “*naturistas*”. Registramos um embate entre os representantes da medicina natural e os reconhecidos naturistas. Na tentativa de influenciar mais pessoas a aderirem ao regime vegetariano, os

¹³ Louis Pasteur foi um cientista e fundador da ciência pasteuriana, bem como da microbiologia e da imunologia.

naturistas alertavam sobre o consumo da carne bovina e a ela atribuíam a causa das várias doenças. Em resposta, os médicos contrários ao naturismo divulgavam notas de repúdio e tentavam explicar, à luz de Hipócrates, a importância da carne e condenavam os naturistas aos quais chamavam de “charlatães” (SÁ, 2011, p.154).

Existiu esse movimento contra as práticas do naturalismo, mas, em contrapartida, também vinham surgindo adeptos ao naturalismo, que acreditavam que a saúde do corpo poderia, sim, estar relacionada aos poderes, aos elementos relacionados à natureza, a exemplo de publicações que circulavam à época com títulos que faziam referência ao poder curatório que o naturismo proporcionava. “A propaganda da cura através da água era, ao que parece, sobremaneira incisiva, pois depoimentos intitulados ‘*curas milagrosas*’, eram publicados nos jornais que circulavam na Parahyba” (SÁ, 2011, p. 155). E, ainda conforme Oscar Oliveira de Castro (1945), os praticos do naturalismo sempre tiveram carisma e apoio das massas, do povo, quando ele diz: “o povo sempre acatou êsses pagadores do vegetarianismo, do frugirismo e naturalismo: dos adeptos da vida à lei da natureza, inferindo as virtudes da luz, do ar e da água” (CASTRO, 1945, p. 298). A classe média era contra as práticas dos naturalistas por acharem que a carne deveria ser consumida e não uma dieta baseada apenas em alimentos da natureza. Assim, a prática do naturalismo:

[...] era rechaçada por alguns dos representantes da classe médica, cuja tensão era acentuada pelo fato de condenarem o hábito de comer carne - algo que culturalmente fazia parte da alimentação dos que habitavam a cidade - bem como por contrariar a importância de medicamentos pondo em seus lugares os elementos da natureza (SÁ, 2011, p. 156).

A medicina natural era composta também por práticas como “hidroterapia e a *hydrosudotherapia*” (SÁ, 2011, p. 154). Oscar Oliveira de Castro (1945, p. 298) revelou um hidroterapeuta que exerceu seu ofício na Paraíba. Tratava-se do senhor *João Pessoa Oliveira*, considerado “simples e de trato fidalgo”. *João Pessoa* estudou na *Escola de Medicina* no ano de 1902, porém, não teve como concluir seus estudos, mas isso não foi um empecilho para que criasse um laboratório de saúde em sua própria casa, que estava “[...] sempre aberta á multidão de desgraçados, que ocorria como fiéis a um lugar santo” (CASTRO, 1945, p. 298). O mesmo era discípulo de *Sebastião Kneipp*, criador da hidroterapia. Praticamente, *João Pessoa Oliveira* vivia para divulgar, atender, curar as pessoas com a hidroterapia. Foi reconhecido quando, em 1895, a hidroterapia passou a se popularizar no nordeste paraibano. Recebeu premiações junto aos presidentes republicanos, pelo seu trabalho com a população como “[...] medalhas humanitárias que

lhes foram adjudicadas por Hermes da Fonseca e Afonso Pena” (CASTRO, 1945, p. 293).

Terapêutica de relevante precisão era a homeopatia que, para Oscar Oliveira de Castro, foi: “[...] a terapêutica mais corrente muito mais divulgada e de grande fama em todas as camadas populares” (CASTRO, 1945, p.293). Alguns conflitos surgiram entre médicos alopatas e homeopatas durante o século XX. Os médicos alopatas eram contra as atividades dos homeopatas aqui no Brasil. Muitas foram as tentativas dos médicos alopatas em destituir as atividades dos homeopatas, desde a criação de hospitais homeopáticos, a criação *Faculdade de Medicina Homeopática* em 1912, e o *Instituto Hahnemanniano*¹⁴, fundando desde 1859. “[...] os médicos alopatas em suas instituições científicas, acadêmicas e associativas combinaram duas estratégias políticas para impedir a legitimação da homeopatia” (PEREIRA NETO, 2001, p. 98). Isso com o intuito de inibir as práticas homeopáticas, vistas por muitos membros da *Sociedade de Medicina* como praticantes do charlatanismo, pois estes não aceitavam a homeopatia enquanto uma ciência médica. Com isso, a homeopatia passou por muita resistência e obstáculos no esforço de conseguir reconhecimento profissional, médico e, também, como ciência.

[...] procuraram bloquear as tentativas de oficialização do ensino homeopático, seja impedindo o reconhecimento do Instituto Hahnemanniano, seja negando a inclusão de disciplinas de homeopatia no ensino superior alopático oficial [...] empreenderam todos os esforços para inibir o exercício da prática homeopática, por intermédio da criação e aplicação de leis e de medidas coercitivas concernentes. Com isso, pretendiam garantir o monopólio da prática de cura aos diplomados das Faculdades de Medicina (PEREIRA NETO, 2001, p. 98).

A terapêutica alopática, como citou Oscar Oliveira de Castro, vinha perdendo espaço para a homeopatia ainda no século XIX, “[...] não contava com grande quantidade de produtos [...] assim deficiente a terapêutica alopática, que só gradativamente, no correr dos séculos se veio avolumando” (CASTRO, 1945, p. 293-294). Os periódicos médicos surgidos no século XIX no Brasil serviram como modelo usado pela *Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro* e a *Academia Imperial de Medicina* e para propagar a “ciência, as artes e a indústria”, além de colocar a

¹⁴ Segundo André de Farias Pereira Neto (2001) o *Instituto Hahnemanniano* foi fundado no Brasil em 1859. Foi em setembro de 1918, com o decreto-lei 3.540, que o Instituto passou a ser reconhecido como associação de utilidade pública.

medicina como saída para as doenças que haviam se proliferado, expondo suas teorias a respeito dessas e de outras situações vividas no período. Assim, os periódicos médicos tentaram legitimar um lugar que somente a medicina científica concernia, buscando instituir para uma sociedade aquilo que ela deveria ter como conceito de saúde, de ciência. Com isso, os periódicos “[...] adquiriam relativa importância como instrumento utilizado pelas sociedades de medicina na tentativa de forjar uma opinião pública a respeito dos problemas de saúde no país” (FERREIRA, 2003, p. 103).

A grande maioria da população não tinha conhecimento sobre determinados assuntos da medicina. Era bastante desinformada, ou seja, não tinha como criticar ou criar uma posição sobre aquilo que a medicina ou a ciência enunciava.

A impopularidade da medicina acadêmica não se manifestou apenas na dificuldade dos médicos em lidar com as práticas ou valores populares relativos à saúde. Podia ser percebida também no conteúdo pedagógico de uma série de artigos publicados, a partir de 1839, na *Revista Médica Fluminense* e, depois na *Revista Médica Brasileira* que tratavam da aceitação da medicina erudita [...] tais artigos tinham objetivo explícito convencer o leitor leigo do papel positivo da medicina científica (FERREIRA, 2003, p. 115).

Toda essa discussão surgiu num contexto em que a medicina vinha tentando se reconhecer enquanto ciência, com base no discurso científico. Até porque contestar a ciência, o saber dos médicos, não era permitido: “duvidar da ciência? Nunca. Duvidar e discordar do diagnóstico médico? [...] o paciente não deveria, nem poderia, desconfiar das prescrições do médico”, afirmou André de Farias Pereira Neto (2001, p. 90). A medicina científica chegou ao seu ápice na medida em que vinha se sobrepondo e se firmando para uma sociedade através de seus silogismos de civilidade, civilização, cientificismo e higienismo. Como na capital do país, na Paraíba não foi diferente:

Na Paraíba do começo do século XX, a medicina começa a dialogar mais intimamente com o saber científico. Trata-se de uma época em que a ciência é chamada a conduzir os destinos da sociedade. Científica, a medicina vai se tornando cada vez mais poderosa, gradualmente menos contestável (BURITI; SANTOS, 2015, p. 132).

José Fábio Lyra, ao criar a *lymfoterapia*, se propôs a fazer ciência, propondo uma nova readaptação, ou uma espécie de revolução ao defender que a saliva enquanto vacina poderia ser usada como cura. Para tanto, faz-se necessário entrar numa discussão sobre o que foi a ciência e quando a noção de ciência emergia de uma ideia de progresso e crescimento. Os discursos sobre a ciência, o saber científico, estava crescendo fortemente no Brasil. Eram discursos que datavam do fim do século XIX e determinava

a ciência como “[...] capaz de produzir verdades absolutas, que tudo era explicável através de seus rigorosos métodos de investigação e que a vida seria melhor se pautada em preceitos científicos” AGRA (2006, p. 42 apud SANTOS, 2015, p. 87). Assim, proporcionando à ciência a exclusividade da verdade absoluta, fortificada em:

[...] uma imagem da ciência como saber inquestionável, neutro, objetivo, imune a todos os poderes e pressões da sociedade, capaz de explicar tudo a todos, autorizado a intervir na vida das pessoas como bem entendessem os seus agentes-cientistas (SANTOS, 2015, p. 87).

O médico procurou conversar, dialogar com a ciência, especializando-se em tais conhecimentos científicos, foi o que ficou conhecido como “cientificização da medicina”, “[...] o aumento do poder médico dialoga com o que poderíamos chamar de “cientificização” da medicina, ou seja, uma maior aproximação da medicina com as práticas dos saberes considerados científicos” (SANTOS, 2015, p. 86). Exemplos dessa cientificização eram:

A busca pela precisão no diagnóstico, a presença crescente da tecnologia no consultório, a progressiva especialização no campo médico, são sintomas de uma “cientificização” da medicina que já é possível perceber, mesmo incipiente, na Paraíba dos anos 1920 (SANTOS, 2015, p. 96).

A cientificização da medicina ocorreu na Paraíba na primeira metade do vigésimo século, findando uma imagem incorporada aos médicos como superiores e os únicos condutores de cura, em que só por eles o indivíduo tinha o bom restabelecimento da sua saúde. Vale reafirmar que nem todas as pessoas tinham acesso aos médicos, porém, passaram a ser orientadas e seguir o discurso que a medicina vinha divulgando. Assim, “tornada ‘ciência’ quando o saber científico foi ‘endeusado’ e convocado para conduzir as sociedades, a medicina se beneficia dessa imagem e das relações de poder construídas em torno dela” (SANTOS, 2015, p. 96). Essas relações de poder usufruídas pelos médicos na Paraíba têm a ver com toda essa manifestação da medicina enquanto ciência, enquanto produtora do conhecimento da verdade, emanando um certo ar de prosperidade e supremacia. Esse foi o gancho inicial para uma medicina que buscava ascensão.

Desse modo, os médicos que assumiram a tarefa de curar a sociedade paraibana nas primeiras décadas do século XX, mesmo que ainda não fossem tão “cientistas” como seus colegas dos anos 50, passaram a se beneficiar de uma relação de poder que os autorizava a intervir em diversos aspectos da existência, visto que seu saber era duplamente

“poderoso”: porque médico, porque científico (SANTOS, 2015, p. 96).

A medicina científica passou a constituir um discurso de poder sobre a verdade. Uma verdade que tentou legitimar seu campo científico ao afirmar que a medicina era a única detentora da cura. Esse sendo um discurso que centraliza a medicina como produtora da verdade.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns dos outros, as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdade (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Construção de “verdades” e poder parecem andar sempre unidas. Ainda de acordo com Michel Foucault (1979, p. 12) “o importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder, a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. A verdade passou a ser disputada, incorporada à medicina científica, como uma forma de combate à medicina popular e como forma de dominação e ascensão do campo da medicina científica, assim exercendo o poder sobre a sociedade e sobre o que poderia ser considerado verdadeiro e falso, como, por exemplo, a “verdadeira medicina” condutora da cura.

Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou fazer aceitar”, mas o conjunto das regras segundo as quais distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 1979, p.13).

Os discursos não foram outros senão o extermínio da doença que passava a ocupar os lugares de fala dos médicos. Utilizando o discurso científico, os médicos usavam os seus saberes para convencer as pessoas que o saber médico seria essencial para chegar à tão almejada civilidade. Aí, temos mais uma vez a questão de impor a verdade da medicina científica sobre os discursos médicos, pois “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e os efeitos de poder que ela induz e que reproduzem.” (FOUCAULT, 1979, p.14).

Ainda de acordo com Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos (2015, p. 97), o saber médico forja um caminho para a “civilização”, construído com os “tijolos” da saúde e o “cimento” da higiene. Segundo esse discurso, o caminho para alcançar a

“civilização” seria invariável, sendo válido para todos os povos independentemente de suas especificidades históricas: o aperfeiçoamento moral e material da sociedade, a ser concretizado pela ação dos governantes orientada pelo saber médico-científico. Os discursos médicos eram calcados nas ideias de civilização e progresso, de saúde e higiene:

[...] os paraibanos do começo do século XX experimentam de variadas maneiras as implicações de uma ação política pautada no discurso da higiene, que tinha como marca maior um forte cunho de intervenção na vida privada e social dos cidadãos (BURITI; SANTOS, 2015, p. 138).

Esses discursos ocupavam o corpo limpo, não apenas o corpo como a vida, o modo de pensar, os hábitos, os costumes de homens e mulheres que foram adulterados, manipulados até mesmo como objetos a seguirem os preceitos postulada por tal medicina, e exercida pelos médicos.

O discurso médico do começo do século XX pensava a salubridade como um tipo de “fundamento” da saúde pública. Na perspectiva do saber médico, a higiene pública garantiria a salubridade e a saúde das populações ao ser instrumentalizada como uma “técnica de controle e modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde”. A higiene pública, portanto, foi fabricada pelos esculápios como uma tecnologia de controle político e científico das condições espaciais, que visava garantir a salubridade do meio para assegurar a saúde das populações (BURITI; SANTOS, 2015, p. 136).

Percebemos, assim, a existência de práticas de poder exercidas pela medicina científica. Podemos assemelhar essas práticas com o que Michel Foucault denominou de *micro-poder* ou *sub-poder*, que tem por intuito:

[...] distinguir as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças de regime político ao nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjuntos e mecânica de poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando o corpo em técnicas de dominação. Pode este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder (FOUCAULT, 1979, p. XI e XII).

O controle que passou a exercer a medicina sobre o corpo, os discursos que emanavam certa superioridade sobre a população, e que findava num poder que “[...] realizavam um controle detalhado, minucioso do corpo - gestos, atitudes, comportamentos hábitos, discursos” (FOUCAULT, 1979, p. XII).

Vale ressaltar que nem todos acreditavam no discurso médico, ou seja, no discurso dito científico. Praticamente não havia distinções sobre quem ou qual seguimento de classe social, muitas vezes, abdicava de consultas com os médicos por consultas com leigos. Por mais que a medicina tentasse se colocar à frente das terapêuticas populares, isso não abalou facilmente a atuação da arte de curar por parte dos curandeiros: “[...] pouco importa; ambos os seguimentos sociais recorriam aos curandeiros” (PEREIRA NETO, 2001, p. 89). E ainda: “[...] o sucesso do curandeirismo nas diferentes classes sociais se justifica pelo fato destas desconfiarem da ciência” (PEREIRA NETO, 2001, p. 90).

As práticas populares de cura sempre tiveram um importante papel frente aos males sociais, proporcionando uma forte atuação na arte de curar. Os práticos populares e os médicos conviveram minimamente por certo tempo. Mas foi a partir do início da década de 1920, na Paraíba, que as coisas mudaram. No primeiro ano da segunda década do século XX, foi publicado o *Artigo 155* do Regulamento que proibiu a atuação dos curandeiros e demais práticos populares, pois

[...] determinava que o exercício da arte de curar só seria permitido aos que se mostrarem habilitados por título conferido pelas faculdades de medicina ou equiparadas na forma de lei. Aos demais ele estava proibido (PEREIRA NETO, 2001, p. 90).

Mas foi através da Fisicatura¹⁵ que práticos populares exerciam seu ofício apenas apresentando uma licença – por meio de carta -, existindo, assim, um espaço de tempo em que médicos e práticos conviveram entre si, exercendo sua profissão. Isso só foi possível também graças a um conjunto de permissões que foram concedidas ao curador. Apesar das licenças dadas aos práticos da terapêutica popular, tornou-se notória a existência de relações de poder que eram praticadas pelos médicos contra essa categoria. Percebe-se, aqui, como era contraditória a vida desses práticos, pois sempre existiu um ar de superioridade. De acordo com Tânia Salgado Pimenta (2003, p. 308),

¹⁵ Foi órgão que existiu entre 1808 a 1828, e que por meio de licenças como cartas, concedia aos práticos populares, o direito de medicarem e agirem livremente. As regras para adquirir a referida carta eram as seguintes, o prático (a) deveria embolsar certa quantia em dinheiro para assim pagar pelo documento outorgado. Para ter o direito de medicar fornecido aos curandeiros, parteiros, sangradores, e demais práticos, os mesmos deveriam comprar um “documento” como uma carta, a qual lhes autorizava a exercer seu ofício.

havia, de fato, uma hierarquia entre as categorias médicas e sangradores, tiradores de dentes, curandeiros, parteiras, curadores de moléstias específicas, que eram considerados, segundo a Fisicatura, ofícios inferiores aos de médico, cirurgião e boticário.

Sobre a existência de receios e intrigas por parte dos médicos em relação aos práticos populares, percebe-se que o convívio entre ambos, em vários casos, acabava se baseando em fortes tensões e em relações de conflitos, até extremos que perduram por séculos, e que, com a institucionalização da profissão médica em 1920, na Paraíba, perpetuou-se. Então, podemos concluir que entre médicos, boticários, curandeiros, parteiras e benzedores não se desenvolveram laços afetuosos? As circunstâncias indicam que não! As relações entre eles não foram tão amistosas:

[...] presença de tensões entre médicos e aqueles que executavam antigas formas de prevenir/curar. Existiam nesse espaço, médicos, dentistas práticos, farmacêuticos, cuidadores chamados de “enfermeiros”, parteiras, exortadores (pessoas que ajudavam o doente a aceitar a morte), naturistas, homeopatas, charlatães, rezadores, curandeiros. A historiografia paraibana cita vários desses indivíduos, bem como alguns casos ocorridos, em que se evidenciam confrontos (SÁ, 2011, p.144).

Acontece, então, nesse período, uma vigilância das práticas populares de cura por aqueles que exerciam suas atividades sem capacitação. A intensão dos médicos era ter o controle do exercício da medicina, que estava cada vez mais se legitimando através das instituições médicas que vinha ocupando mais espaço. Porém, toda essa manifestação médica em reprimir o exercício da arte de curar não foi suficiente para pôr um fim às atividades dos práticos. Prova disso é que continuavam atuando. As querelas por espaço tornou-se forte a ponto dos donos das ciências médicas passarem a acusar aqueles que realizavam práticas populares de charlatões. Sobretudo os curandeiros, no intuito de menosprezar ainda mais essa categoria e sua atividade com a população. Podemos entender a partir dessas informações que o uso da palavra charlatão foi usada pela categoria médica com intuito de difamar e menosprezar aqueles que usavam as práticas populares de cura.

As discussões sobre a *lymfoterapia* sofreram forte repressão médica, com discussões publicadas pela imprensa paraibana, que repreendia vigorosamente os saberes populares de José Fábio Lyra. A *lymfoterapia* começou a ser cotidianamente atacada, revelando a reprovação desse método de cura tanto pela *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, quanto pela *Igreja Católica*. Agora, não somente a prática de

cura de José Fábio Lyra começava a ser questionada, como também a sua religião espírita. Provavelmente isso aconteceu porque a prática do Espiritismo não era aprovada pela Igreja Católica. José Fábio Lyra realizava sessões espíritas em sua farmácia. Duas vertentes aparecem com José Fábio Lyra dentro desse contexto, ele enquanto curandeiro e enquanto praticante da religião espírita. É o que veremos mais adiante.

Capítulo II

“Um produto de sua imaginação doentia e charlatanesca”: o combate a *lymfoterapia*

“Para suas injeções é colhida sem nenhum requisito de hygiene e asepsia, nem tampouco os fornecedores são examinados convenientemente a fim de serem afastados os possíveis de moléstias infecto-contagiosa”
(A União, 23 out. 1936)

2.1 Cusparadas impressas: as tensões entre José Fábio Lyra e a *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*

A *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba* foi criada com o intuito de produzir na Paraíba, no início do século XX, um espaço que propiciasse o domínio do “saber médico”¹⁶ local. O médico passou a aparecer como uma figura central nas demandas de Saúde Pública paraibana. A *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba* vinha sendo nomeada “[...] enquanto uma associação profissional que busca se construir publicamente como uma Instituição ‘científica’ e de ‘utilidade social’” (SANTOS, 2015, p.123). Isso ocorreu principalmente mediante a sua institucionalização oficializada nos anos 1920. Passou a existir um ideário de saúde e progresso. Erguia-se um discurso pautado em prol da saúde e do bem estar popular, mas que, também, buscava no campo político, econômico social e cultural, um possível “reconhecimento”.

¹⁶ O discurso médico conquistava cada vez mais legitimidade na Paraíba, na medida em que determinados setores das elites políticas e econômicas concordavam que a prosperidade do estado passava pela “cura” de parcelas consideráveis de sua população, diagnosticadas como “enfermas” pelo saber médico. Aos olhos destas elites, parecia que o tão almejado “progresso” dependia, entre outros fatores, da saúde das populações (Cf.: SANTOS, 2015, p. 14).

O principal foco de interesse nas primeiras décadas século XX foi a erradicação dos problemas de saúde que vinham afetando a população, principalmente a mais pobre e humilde. Criou-se na Paraíba todo um conjunto de propagandas, projetos, discursos em defesa da saúde, mascarados pela soberba dos médicos e da elite, como forma de oficialização de uma medicina que usava de tais discursos sobre a doença, epidemias, que acabaria afetando os mais necessitados. A *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba* pregava um discurso que envolvia a medicina como sanadora de todos os males populacionais, com toda uma propaganda levada para a imprensa responsável por centralizar na figura do médico a imagem da pessoa mais adequada para tal feito, obtendo assim mais popularidade e conquistando novos lugares que não cabia mais apenas ao consultório.

De acordo com Foucault (1979, p.80), “a medicina é uma estratégia biopolítica”. A passagem do capitalismo no século XVIII e fins do século XIX possibilitou que a medicina projetasse o corpo enquanto uma forma de controle, pois o capitalismo “socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho.” É um controle que não está ligado necessariamente ao trabalho ou aos meios de produção, mas, sim, controle do corpo pela medicina, pelo médico, por corpos saudáveis e disciplinados.

E verdade que o corpo foi investido política e socialmente como força de trabalho [...] não foi o corpo que trabalha, o corpo do proletário que primeiramente foi assumido pela medicina. Foi somente em último lugar, na 2^a metade do século XIX, que se colocou o problema do corpo, da saúde e do nível da força produtiva dos indivíduos (FOUCAULT, 1979, p. 80).

Existiu um mecanismo da medicina caracterizado como “exclusão”. A medicina de exclusão é baseada em uma medicina que veio do século XVII, de ordem sanitária e do esquema político-médico de quarentena, neste último, “Houve fundamentalmente dois grandes modelos de organização médica na história ocidental: o modelo suscitado pela lepra e o modelo suscitado pela peste” (FOUCAULT, 1979, p.88). Contudo, o mecanismo de exclusão era caracterizado como

[...] o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano. Medicalizar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros. A medicina era uma medicina de exclusão. O próprio internamento dos loucos, malfeitores, etc., em meados do século XVII, obedece ainda a esse esquema. Em compensação, existe um outro grande esquema político-médico que foi estabelecido, não mais contra a lepra, mas contra a peste (FOUCAULT, 1979, p.88).

Era um modelo de exclusão das doenças, principalmente da peste e da lepra, que estava calcado na limpeza das ruas, das cidades, do espaço urbano. Podemos entender a forma de disciplina e controle da medicina como uma vigilância do corpo dos indivíduos e dos espaços por eles ocupados, que aconteceu como uma forma de domínio que a medicina tentava impor na sociedade também no século XX, com seus discursos de salvação das doenças e dos males, mas que, por trás disso, existia toda uma estratégia de domínio do corpo e controle dos doentes que afetava os mais pobres.

O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrinhado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos (FOUCAULT, 1979, p. 89).

A medicina paraibana não poderia deixar que outros nomes surgissem no campo da saúde. Qualquer “intruso” era considerado uma ameaça. Foi o que aconteceu com José Fábio Lyra, que passou a ser questionado e debatido nas páginas dos jornais de maior circulação da época. Contudo, é importante entender o lugar de fala, como o dos jornalistas, que não é neutro, pois temos de um lado aqueles que defendem o José Fábio Lyra, como os jornalistas da *Voz da Borborema* e *A Noite*, e, do outro lado, aqueles que o reprimiram, como foi o caso dos jornais *A União* e *A Imprensa*. Isso depende bastante da parcialidade da instituição que publicou tal matéria, como no caso os jornais.

Na publicação de 23 de outubro de 1936, o jornal *A União* publicou uma manchete da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba* referenciando uma reunião ocorrida na “última quarta-feira”, com os seus associados, sobre o *farmacêutico* de Bananeiras, o Sr. José Fábio Lyra. Membros da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba* e os doutores H. Costa Brito e Onildo Leal escreveram um memorial para ser entregue e analisado pela *Saúde Pública*, a respeito do método do *farmacêutico*. Na entidade médica, estava à frente como presidente o Dr. Wandregesilo, tendo Oscar Oliveira de Castro e H. Costa Brito como secretários desta Sociedade. O memorial, de caráter contrário ao pedido do *farmacêutico*, chegou a ser aprovado por unanimidade dos votos dos médicos presentes:

Por proposta do dr. Avila Lins, ficou resolvido que se enviasse ao representante da classe da Assembleia Legislativa uma cópia do citado documento pedindo o seu interesse na defesa das leis que regem o exercício da profissão médica. Ainda por proposta de dr AvilaLins

ficou resolvido que se desse ampla divulgação ao memorial a fim de que todo o Estado soubesse que a Sociedade de Medicina protestava e se rebellava contra acontecimentos de tal jaez (A UNIÃO, 23 out. 1936).

A pauta do referido memorial fazia alusão a José Fábio Lyra e a *lymfoterapia*, que estava sendo empregada sem o consentimento da *Sociedade de Medicina*. Alguns médicos da referida entidade teceram severas críticas ao *farmacêutico*, alegando que o mesmo não estava em plenas condições mentais para “inventar” uma técnica que realmente curasse. O método criado, segundo o jornal, não teria fundamento científico e, por isso, José Fábio Lyra não estava respeitando a lei nem a corporação médica, sendo um insulto para a medicina tais afrontas, alegaram alguns esculápios. Ainda segundo a associação médica, o prático de farmácia possuía uma “imaginação doentia” ao usar a saliva como remédio e se aproveitar das pessoas em estado vulnerável para usufruir de dinheiro com a venda das vacinas, assim reverberando uma atividade médica que não lhe era permitida.

Na cidade de Bananeiras, neste Estado, reside, ha muitos annos, o sr. José Fabio, pratico de pharmacia e alli estabelecido com este ramo de negocio. Obsecado por uma ideia que attinge as raias do desequilibrio mental, entendeu aquelle senhor de crear um methodo de tratamento á todas as doencas constitucionaes e microbianas, curáveis e incuráveis. (A UNIÃO, 23 out. 1936).

José Fábio Lyra foi acusado por alguns médicos de enganar a população fraca e doentia com suas vacinas de cuspe, sem um pingo de pudor. Segundo a publicação do jornal, o *farmacêutico* vendia sua medicação no mesmo prédio que estavam instalados as autoridades sanitárias. Esse fato foi considerado uma audácia, um “tremendo desrespeito à classe médica paraibana”, pela *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*.

Iniciou suas actividades clínicas. Estas *actividades ultrapassam hoje os limites da mais dilatada tolerancia*, uma vez que *aquelle cidadão, laqueando a bôa fé e a credice de nossa gente, menospresando as leis que regem o exercicio da profissao medica, desconsiderando, portanto, não só os profissionaes legalmente aptos ao exercicio da medicina, como também as autoridades sanitarias*, tem um *consultorio aberto no mesmo predio onde vende drogas, clinica sem constrangimento algum, injetando, a troco de generosas recompensas monetárias, em organismos portadores das mais variadas entidades mórbidas, um producto de sua imaginação doentia e charlatanesca, cujo elemento principal, como já dissemos, é a saliva* (A União, 23 out. 1936. Grifos meus).

Três acusações soam de forma incisiva no documento acima: o abuso na realização da atividade dita médica, a afronta por clinicar no mesmo espaço em que

funcionava a vigilância sanitária e a venda de vacinas a preços bem elevados à população. As acusações feitas a José Fábio Lyra são acompanhadas de adjetivações que o colocam como infrator: “dilatada intolerância”; “laqueando a boa fé”; “menospreando as leis”; “desconsiderando os profissionais legalmente aptos”; aproveitador por estar “injetando, a troco de generosas recompensas monetárias, um produto de sua imaginação doentia”; louco, por possuir tal imaginação; criminoso, por ser considerado “charlatanesco”.

José Fábio Lyra era acusado por inúmeros infortúnios pelas páginas d'*A União*. A intenção parecia baldar qualquer possibilidade de ascensão, fato que contrariava seus desejos. A *lymfoterapia* foi julgada por alguns médicos como ineficiente, sem comprovação científica, classificada com péssimas condições de salubridade em sua elaboração. A vacina, segundo o jornal, não possuía requisitos necessários para ser usada como remédio. Apesar de José Fábio Lyra ter afirmado na publicação do mesmo jornal que as vacinas eram esterilizadas, estando, portanto, livres de bactérias, sua defesa não foi suficiente para convencer os membros da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*. Mesmo assim, sempre que pôde, afirmou que as suas injeções de saliva passavam por procedimentos rigorosos antes de ser aplicada no corpo. No entanto, suas palavras eram fortemente execradas:

Este produto carece de qualquer fundamento científico porque não é submettido a nenhum controle que afirme a sua para-especialidade ou mesmo a sua acção inoqua. E o próprio creador do systema (como infantilmente elle chama o seu processo) quem affirma perante o dr Inspector do Exercício da Medicina *que sua injeção é “esterilizada a fio em velas Chamberlain”*. A saliva de que lança a mão o sr. Fabio para as suas injeções é colhida sem nenhum requisito de hygiene e asepsia, nem tampouco os fornecedores são examinados convenientemente a fim de serem afastados os possíveis portadores de molestias infecto-contagiosas (*A UNIÃO*, 23 out. 1936).

O método era considerado inseguro, pois alguns médicos alegavam que a coleta da saliva ocorria “sem nenhum requisito de hygiene e asepsia”, pois os fornecedores não eram examinados por profissionais médicos, capazes de atestar se possuíam algum tipo de doença contagiosa. Apesar de ser uma fala a partir de um lugar de poder, daqueles que se diziam donos do saber médico, é possível perceber a tentativa de aniquilar quaisquer possibilidades de aceitação à atividade do *farmacêutico*.

Ainda na publicação do jornal *A União*, foi mencionado que José Fábio Lyra utilizava, também, essa técnica de Chamberland¹⁷, para esterilização das bactérias presentes na saliva, através da técnica de filtração dos tubos. O mesmo teria se espelhado nas ideias de Charles Edouard Chamberland, praticando semelhantes experimentos com a *lymfoterapia*. José Fábio Lyra, como consta no livro de Oscar Oliveira de Castro¹⁸, fez uso de filtros de vela Chamberlain em seus tratamentos. Isto fica mais claro quando o próprio *farmacêutico* citou que na fabricação do remédio era usado “[...] uma bomba aspirante Gay Lussac, um filtro de vela Chamberlain, seringa, etc.” (CASTRO, 1945, p. 289). E os seus procedimentos seguiam o mesmo modelo como eram esterilizadas as velas: “[...] agora o líquido perhormonico é esterilizado em velas muito fechadas, de sorte que a segurança é perfeita” (CASTRO, 1945, p. 286-287).

A popularidade do *farmacêutico* deixava claro que não era unânime a todos. Havia aqueles que o defendiam, a exemplo de seus pacientes e familiares, chegando ao ponto de ser associado ao “divino”, como, também, havia uma difamação sem medidas pela *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, exigindo que a *Saúde Pública* mostrasse mais severidade com o caso.

Em torno do caso do José Fabio correm mundo os mais variados comentários, ora cercando duma aureola de divindade o nome e o processo daquele charlatão, ora crivando de censuras a classe medica do Estado que vê de braços cruzados, tão deprimente espectáculo, ora, mesmo, criticando a Directoria de Saúde Publica pela defficiência de medidas tomadas até agora (*A UNIÃO*, 23 out.1936).

Na documentação consultada publicada fora da Paraíba, ou mesmo por médicos que o apoiaram, como foi o caso do bananeirense Oscar Oliveira de Castro, encontramos relatos de pessoas que exaltavam a figura do *farmacêutico* enquanto aquele que curava através das vacinas de cuspe. Dessa forma, quando o jornal *A União* afirmou que “correm mundo os mais variados comentários”, parecia ser verdadeiro.

¹⁷ A expressão “Chamberlain” faz referência ao famoso Filtro de Pasteur-Chamberland, criado por Charles Edouard Chamberland. O filtro de Chamberland foi criado para higiene e esterilização de bactérias e vírus. “[...] uma das conquistas mais importantes feitas por Chamberland, foi o fabrico em 1884 de um filtro poroso de porcelana que eliminou as bactérias que produzem a febre tifóide, doença infecciosa aguda causada por o bacilo *Salmonella typhi*. Este filtro é nomeado após Filtro Chamberland ou filtro Pasteur-Chamberland” (EPONINOS CIENTISTAS, 2010, s/p).

¹⁸ CASTRO, Oscar Oliveira de. *Medicina na Paraíba: Flagrantes da sua evolução*. Editora: A União, 1945.

Apesar disso, a notícia faz questão de cercar o discurso sobre José Fábio Lyra numa “aureola de divindade”, associando-o ao campo do assombroso, do que não é científico, do mistério. Dessa forma, os casos desse tipo deveriam ser sanados pelos órgãos responsáveis por manter a segurança na *Saúde Pública*.

As discussões presentes no memorial escrito pela *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba* enfatizaram que as vacinas eram comercializadas a preços bastantes elevados, sendo assim vantajoso para José Fábio Lyra, pois segundo a publicação do jornal *A União*, seria essa uma das vantagens do prático de farmácia na produção das vacinas: o altíssimo lucro da *lymfoterapia*. Assim, uma parcela dos médicos da *Sociedade de Medicina* acusavam José Fábio Lyra de criminoso, por ludibriar seus “devotos” a um antídoto dissimulado, sem comprovação científica.

Sem nos deter no aspecto medico-prophylatico do caso, qual seja o da contaminação do material colhido e do contágio do indivíduo que se submete á injeção duvidosa, quanto a integralidade do doador; sem queremos estudar o aspecto financeiro do caso, pois é publico e notorio que o sr. Fabio recebe pagamentos vultuosos pelos “serviços clínicos”; queremos focalizar o aspecto criminal no caso (*A UNIÃO*, 23 out.1936).

O jornal também comentou que constantes eram as idas e vindas dos enfermos a Bananeiras, seu principal local de venda na época, por chamar atenção o “elixir do cuspe”.

[...] como seja o da suggestionabilidade de nosso povo, que já marchar em lévas para Bananeiras á caça do cuspo, que o sr. José Fabio transformou em elixir de ‘longa vida’, em therapeutica infallivel á todas as “doenças constitucinaes e microbianas! (*A UNIÃO*, 23 out. 1936).

Entre as principais acusações a José Fábio Lyra, estavam aquelas que diziam que o mesmo não passava de um criminoso, agindo de má fé. Bradava o jornal: “o sr. José Fabio é um criminoso. É criminoso porque exerce uma função para qual carece da idoneidade exigida pela Lei” (*A UNIÃO*, 23 out. 1936). Usando como referência ao apontar o *farmacêutico* como um transgressor, o periódico oficial do estado da Paraíba publicou o código penal no artigo 158, constando que:

[...] ministrar, ou simplesmente prescrever como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo o exercendo, assim, o officio de curandeiro. Penas: - prisão cellular de um a seis meses e multa de 100\$000 a 500\$000 (*A UNIÃO*, 23 out. 1936).

Portando, denota multa e prisão daqueles que usam da medicina de forma ilegal, isso inclui curandeiros, práticos de farmácia, parteiras e demais pessoas que, no exercício da função, não estavam autorizados a exercer tais funções.

O Código Penal, no seu capítulo III, art. 156 reza, textualmente: - “exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentária, ou a farmácia, praticar a homeopatia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado, segundo as Leis e Regulamentos” (A *UNIÃO*, 23 out. 1936).

A *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba* denunciava José Fábio Lyra por abuso da Lei, por desenvolver atividades que eram condenadas pela legislação da *Saúde Pública*. A *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba* fez um apelo à *Saúde Pública* pedindo que a mesma tomasse as devidas exigências e que “[...] faça parar tais abusos e castigar, como merece, o sr. José Fábio, cujo crime está perfeitamente evidenciado na letra da Lei” (A *UNIÃO*, 23 out. 1936). A associação de medicina exigia que a lei fosse executada não apenas para o prático de Bananeiras, como, também, para os indivíduos que, como ele, obstruíam as vias legais da medicina

[...] a Sociedade e Cirurgia hypotheca a mais absoluta e irrestricta solidariedade á vossa acção de combate ao charlatanismo, não só o sr. José Fábio, como também de tantos e tantos outros Fabios que vivem pelo Estado afóra, lesando bôa fé dos incautos, desrespeitando as leis reguladoras do exercício da Medicina, affrontando as autoridades sanitarias e os profissionaes, legalmente habilitados, num attestado acabrunhador e lamentavel que fere de morte os nossos foros de povo culto, moderno e civilizado (A *UNIÃO*, 23 out. 1936).

É possível perceber que tratava-se de uma disputa por espaço de poder. Os médicos passavam a reivindicar um espaço que antes estava entregue a esses práticos. Reivindicavam um lugar que agora acreditavam ter. Assim, uma forma de tirar os práticos populares desse espaço era criminalizar os seus métodos de cura. Para tanto, alguns médicos trataram de publicar, na imprensa estadual, dossiês científico-jurídicos apresentando os respaldos para colocar os práticos na ilegalidade. O poder praticado pela medicina, através do discurso científico, estampado nas páginas da imprensa, permeava-se, mais uma vez, em torno da verdade. O discurso do poder e da verdade pela medicina estava circulando nos meios de comunicação, nos jornais, e que, segundo Michel Foucault (1979, p. 13),

[...] a “verdade” é centrada na forma de discurso científico e nas instituições que o produzem; [...] é objeto, de várias formas de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão do corpo social é relativamente grande, não obstante algumas imitações rigorosas): é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”).

Michel Foucault (1979) comenta que, desde o século XVIII, o poder do médico já estava em exercício através de mecanismos de poder onde os médicos agiam como os agentes desse controle.

A medicina como técnica geral de saúde, mais do que como serviço das doenças e a arte das curas, assume um lugar cada vez mais importante nas estruturas administrativas e nesta maquinaria de poder, que durante o século XVIII, não cessa de se estender e se afirmar [...] O excesso de poder de que se beneficia o médico comprova, desde o século XVIII, esta interpretação do que é político e médico na higiene: presença cada vez mais numerosa nas academias e nas sociedades científicas [...] (FOUCAULT, 1979, p. 202).

A *Diretoria Geral de Saúde Pública* lançou mão de palestrar aulas de enfermagem ministradas por médicos convocados pela enfermeira chefe Nadyr Coutinho¹⁹, com o intuito de prevenir sobre os remédios de uso constante da medicina popular. Foram as palavras do Dr. Lourival Moura, chefe do dispensário de tuberculose, que chamou a atenção para falsos condutores de cura. O mesmo se referiu a José Fábio Lyra como sendo um desses falsos condutores fanáticos. Para Lourival Moura, a medicina estava sendo manchada pelas terapêuticas populares e seus praticantes, pois

As páginas honestas da medicina da ‘ars honesta’, da bondade, da dignidade, e do sentimento foram ‘poluídas no seu crédito e feridas no seu brio’. Eu quero me referir ao charlatanismo de Bananeiras que já vai tendo o impulso da credence e do fanatismo (*A UNIÃO*, 27 out. 1936).

Para o Dr. Lourival Moura, a terapêutica se tornou “uma filha ingrata. Ingrata e cruel”, por ser usada por charlatões enquanto cura de diversas “moléstias e

¹⁹ Nadir Coutinho, enfermeira paraibana que trabalhava no Distrito Federal, pela Divisão de Organização Sanitária. Ela havia sido designada para estruturar o Serviço de Enfermagem de Saúde Pública na cidade de João Pessoa, e atuava na educação sanitária a pedido do Departamento de Saúde Pública do Estado (MONTEIRO, Et al, 2000, p. 462).

enfermidades como a lepra, a tuberculose, por charlatões como o prático de Bananeiras” (A *UNIÃO*, 27 out. 1936). O médico fazia referência a José Fábio Lyra e ainda disse que

Essas molestias todas, cuja therapeutica tem escapado á perspicacia e intelligencia do mundo na evolução dos seus séculos, estão agora, *summariamente* sendo curadas por um conhecidíssimo producto de secreção externa – a saliva (A *UNIÃO*, 27 out.1936).

Lourival Moura, contudo, confessou que a quantidade de médicos não era suficiente para um quadro maior de doentes, por isso a oportunidade para a exercício das terapêuticas populares era iminente. Mesmo assim, alegou que apenas o médico pode ser considerado o “verdadeiro salvador” das doenças humanas:

O médico não alimenta odios e não tem egoísmo, numa hora em que elle vem reduzindo porque não pode curar, o grande quadro nosologico com uma nova sciencia – a prophylaxia – para chegar a um ponto em que elle, médico, heroico e sublime deva desaparecer. A medicina sempre alcançou e vem abraçando a verdade therapeutica porque a verdade é branca como a consciência dos homens (A *UNIÃO*, 27 out. 1936).

O uso da saliva para a cura, concebida e repercutida por José Fábio Lyra, de fato, não agradou muito uma boa parte da classe médica, que sempre estava à procura de meios possíveis e formas de denegrir a imagem do prático de farmácia para a Paraíba toda. “Ninguém contesta que muitos dos doentes que se deixaram illudir com a saliva do milagroso de Bananeiras, com as aguas do Santo de Tambaú, do Bento Milagroso, do Ojeda e de tantos outros, experimentassem melhoras...” (A *UNIÃO*, 27 out. 1936).

Estava ocorrendo uma forte divulgação da tuberculose pelo estado, principalmente dos cuidados que deveriam ter as pessoas, sempre alertando a sociedade sobre a doença. Era um período que se organizava a *Liga Parahybana contra a Tuberculose*. Nos jornais, as discussões em torno da doença como as orientações de cuidados, prevenção e vacinação, sempre estavam sendo noticiadas: “é preciso que todos se convençam de que, hoje nos grandes centros brasileiros, é a tuberculose que está matando mais” (A *União*, 1 jan, 1935). Reuniões, conferências acerca da tuberculose, vinham sendo ministradas nas conferências da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*. Os riscos da tuberculose infantil foi assunto da publicação de 4 de janeiro de 1933. Convidado, o médico e professor de medicina, Genival Londres, para palestrar sobre os males em torno da tuberculose e suas características quando era contraída na infância, na juventude ou na velhice, foi resumido em: “[...] sobre a

evolução histórica da tuberculose, o seu conceito geral, a variante evolutiva, os aspectos prognósticos, a hereditariedade o tratamento e noções de contágio” (A *UNIÃO*, 4 jan, 1933).

Campanhas foram promovidas pelo governo estadual na gestão do então governador do estado, o Sr. Argemiro de Figueiredo, para criação de pavilhões, locais destinados aos doentes com tuberculose. Foi criado o *Dispensário de Tuberculose*, que foi um “[...] estabelecimento sanitário destinado ao tratamento da peste branca” (A *UNIÃO*, 29 maio 1936). Do mesmo modo que a imprensa vinha divulgando a tuberculose, remédios também eram, pelas mesmas páginas, comercializadas. Remédios e tônicos como a *Emulsão de Scott de Óleo de fígado de Bacalhau* estampavam as propagandas dos jornais, que continham as seguintes frases: “se se sente fraco, não espere nem mais um dia: entre em uso imediato da Emulsão de Scott” (A *UNIÃO*, 20 set. 1936). Ou o tônico *Vanadiol*, indicado como uma prevenção para o aparecimento da tuberculose. “VANADIOL é excelente para as pessoas assim enfraquecidas, porque é um poderoso tonico do pulmão fraco” (A *UNIÃO*, 3 jan. 1937). E assim prosseguiram as propagandas pela imprensa, avulsas de prevenção e cura da tuberculose, que tanto assolava e matava a população da época. Esses momentos de partilha de informações sobre as enfermidades por parte dos médicos também eram utilizados para atacar aqueles que ameaçavam o espaço da medicina.

O médico Lourival Moura chegou a tirar suas próprias conclusões a respeito do método de José Fábio Lyra: é ilegítimo! Pois suas ideias não se baseiam no que já foi comprovado pela ciência e os 'sábios' dela. Chegando a alegar que o *farmacêutico* expunha apenas a sua própria opinião, sem dados científicos, tendo somente sua opinião como verdade e conhecimento sobre o assunto.

Depara-se, para logo, que o trabalho do sr. Fabio é forjado de duas doutrinas diversas: a primeira elle similou ou viu falar a segunda é criação patente do auctor. Na primeira elle toca em noções de physiologia e pathologia, fazendo grande confusão, transmudando a opinião unanime dos sabios, atribuindo-lhes cousas que elles nunca escreveram e nem poderia escrever (A *UNIÃO*, 11 nov. 1936).

As injeções de saliva agiam no organismo conforme o médico Lourival Moura informava, “como um colloidoclassico²⁰ perfeito”, não havendo nada de novo, ou que curasse com essa fórmula.

O sr. José Fabio é que ignora a grande bibliografia que há escripta sobre o assumpto. O auto sangue injectado no musculo provoca um choque colloidoclasico perfeito, semelhante a qualquer albumina estrangeira (A *UNIÃO*, 11 nov. 1936).

São fatos completamente diferentes se fossem associar essas experiências à saliva que é injetada no indivíduo. O Dr. Lourival fez questão de repetir diversas vezes para os perigos das injeções das salivas alegando sempre a mesma frase: “[...] o emprego das injeções da saliva tratada pela vela de Chamberlad nº 5 como proclama o próprio sr. Fabio é perigosíssimo” (A *UNIÃO*, 11 nov. 1936). Ao passarem pelos filtros, as bactérias foram denominadas de “vírus filtráveis”. Algumas doenças que são transmitidas com a invasão desse vírus, encontravam-se “– a raiva, a encefalite lethargica, a paralyisia infantil, o sarampo a varíola, etc.” (A *UNIÃO*, 11 nov.1936). E seguiu afirmando que o vírus da tuberculose podia também penetrar a vela de Chamberlad, pois “[...] outros vírus a atravessaram, como a forma filtrante do B. Tuberculoso (Fontes e Calmette) etc.”. Portanto, para Lourival Moura, não seria adequando o uso da filtração pela vela Chamberlad nº 5, pois os vírus e as bactérias poderiam surgir após esses procedimentos, tornando a filtração muito perigosa.

A repercussão da *lymfoterapia* continuava a ganhar as páginas do jornal *A União* no ano de 1936. Durante uma reunião na *Assembleia Legislativa do Estado*, por meio de um telegrama enviado da cidade de Canguaretama-RN para a *Comissão de Saúde Pública*, o padre Bianor Aranha, vigário na capital paraibana, saiu em defesa de José Fábio Lyra, relatando as suas experiências com a *lymfoterapia*,

Diante da attitude da Saúde Pública contra a applicação das vacinas do pharmacêutico José Fabio, nos, abaixo assignados, pedimos respeitosa e v. excia permittir continuem as observações e experiências controladas pelo dr. Ulysses Nunes, a fim de não privar aos que soffrem de remédio tão salutar (A *UNIÃO*, 28 out.1936).

O padre Bianor faz um relato de apelo à *Comissão de Saúde Pública* contando que teria sido curado pelas vacinas do cuspe. Não apenas ele, como, também, alguns

²⁰ “Colloidoclasia synthetisa o estado de desequilibrio brusco levado aos colloidos do plasma sanguineo após uma injeção ele substancia extranha ou não ao organismo humano” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSE DE MEDICINA, Anno IV, p. 118).

membros de sua família, rogando à *Saúde Pública* para vetar a proibição do método do *farmacêutico* de Bananeiras, como prova de sua eficiência.

Verificados e constados nesta zona innumeros casos de pessoas curadas de moléstia gravíssimas, sem attribuir-se milagre ou outros agentes desconhecidos. A opinião geral é que a alludida vaccina é resultante de muitos annos e investigações scientificas [...] por si e mais outras pessoas curadas: Manuel Luiz Gomes, Joaquim Sobrinho, Anna Gomes, Josephina Medeiros, Pedro Felismino, Manuel Freire Peixoto, Miguel Silvestre Peixoto, Francisco Calazans, Guilherme Gouveia, Francisco Caraciale Bezerril e Debora Bezerril (*A UNIÃO*, 28 out.1936).

Diante das tentativas do padre Biannor Aranha em apelar para a *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba* o apoio às experiências que vinham sendo feitas pelo médico Ulysses Nunes, que estaria acompanhando junto com José Fábio Lyra, na cidade de Bananeiras, os resultados das aplicações das injeções em pessoas com tuberculose, onde o médico Ulysses Nunes realizava suas análises após observações com os pacientes do *farmacêutico*, esses estudos eram encaminhados, pelo que parece, por iniciativas próprias do médico, para discussões em reuniões da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*. É em uma carta escrita por Ulysses Nunes à associação médica, tendo o mesmo faltado a uma das reuniões com os membros para mais esclarecimentos sobre a *lymfoterapia*, que se explicou a sua aproximação com o método do prático de Bananeiras. Alegou que estava apenas interessado nos resultados das observações após o tratamento.

Tenho ido a Bananeiras, regularmente tão somente observar, um methodo de cura utilizado pelo pharmaceutico pratico sr. José Fabio da Costa Lyra não me movendo nesse proposito nenhum interesse de ordem material. Devo accrescentar que nunca injectei e nem pretendo injectar a substancia empregada, uma vez que ignoro a sua composição, não obstante já ter sio proclamada pelo próprio sr. José Fabio tratar-se de saliva humana. Ignoro o processo de tratamento prévio por que passa a saliva, antes de ser injectada, não me interessando essa parte do methodo, procurando somente conhecer dos resultados que disso possam advir no tratamento de certas manifestações mórbidas (*A UNIÃO*, 1 nov. 1936).

José Fábio Lyra parece ter ganhado um aliado médico na sua vaga tentativa de aprovação da *lymfoterapia*? O Dr. Ulisses Nunes deixou evidente em seu parecer que os efeitos das aplicações das injeções nos pacientes com tuberculose apresentaram melhoras ao reagirem à medicação.

Na tuberculose, por exemplo, casos de doentes cientificamente diagnosticados, com exames de escarro e raios X, nos quaes o sr. José Fabio vem applicando as suas injeções, apenas tenho observado um certo estado de euforia e melhora apparente (A *UNIÃO*, 1 nov. 1936).

Parece que a intenção das observações acompanhadas pelo médico Ulisses Nunes, como o mesmo relata, estava em poder escrever um documento relatando as seções que comprovariam ou não os resultados benéficos da terapêutica, ou negação de tais resultados. Para tanto, tratou de afirmar que “estimaria continuar com as observações que venho realizando uma vez que da sua conclusão poderia resultar algo útil ou a sua formal condenação” (A *UNIÃO*, 1 nov. 1936). O referido documento deveria ser escrito de punho pelo médico, sendo solicitado e aprovado pela *Sociedade de Medicina* a sua publicação. Porém, advertiu:

A Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba, órgão official da classe medica, desse modo, divulga, ao meio medico-cientifico do país, não ter cruzado os braços nem fechado os olhos, neste caso de charlatanesco, ao qual se acha ligado o nome de um médico (A *UNIÃO*, 1 nov. 1936).

Temos, então, um padre e um médico à exceção. O padre Biannor Aranha defendia a prática da *lymfoterapia*, chegando a rogar à *Saúde Pública* que não reprimisse José Fábio Lyra. E temos também o médico Ulisses Nunes, que ao invés de reprovar as vacinas, como muitos médicos fizeram, procurou entender e estudar, junto a José Fábio Lyra, os procedimentos e resultados de cura das vacinas de cuspe.

Sob o título *Da necessidade da ordem dos Médicos*, exibiu a indignação da classe médica sobre a atuação de José Fábio Lyra ao fazer da saliva um mecanismo de cura, o que foi considerado uma afronta à corporação médica por não passar de um prático de farmácia sem formação alguma para medicalizar, e, que mesmo carecendo desses atributos, criou uma forma de terapêutica sem apresentar nenhum esforço para tal criação. “O recente e numeroso caso do tratamento pelas injeções de saliva, que tanto furor despertou no seio de todas as classes leigas em medicina e mesmo de alguns médicos, que vivemos da profissão [...]” (A *UNIÃO*, 5 nov. 1936).

Os médicos passaram a querer obter a autonomia e a validação dos direitos da classe médica. A criação de um discurso médico pautado na defesa de direitos foi por muitos considerado que o médico tinha mais deveres e obrigações com a sociedade e com o estado em geral, mas faltava o principal: a valorização e a gratificação ao médico

por isso, sendo bem mais pago pelos seus serviços do que pelos seus esforços e reconhecimento, pois estudaram em faculdades, se prepararam, se especializaram.

E os direitos? E as compensações a todos esses deveres? Estas vêm quando a bôa-vontade do cliente quer, quando a intelligencia do doente mostra e esclarece que o medico é um profissional como outro qualquer, um ente humano sujeito as mesmas solicitações organicas e sociaes dos outros, carecendo, portanto, de conforto material bastante para que possa identificar-se exclusivamente com a sua profissão, tão exigente de carinho, dedicação e de esforço (A *UNIÃO*, 5 nov. 1936).

A publicação ainda fez uma extrema apelação para a urgência e necessidade de uma *Ordem dos Médicos* para prevalecer os direitos dos médicos frente à prática ilícita da medicina, que tanto os preocupavam por causa da súbita elevação de praticantes da terapêutica popular, como os chamaram de “ídolos de barro”, “gananciosos de posição e de dinheiro”.

Esta acção caberá a Ordem dos Médicos. Crêi-se a instituição. Mas sem a preocupação de augmentar as aureolas dos ídolos de barro, dos abnegados de fancaria, dos gananciosos de posição e de dinheiro, que, para chegarem aos seus fins envolvem-se no manto formoso de abnegação, da solictude e do desprendimento (A *UNIÃO*, 5 nov. 1936).

O objetivo da criação da *Ordem dos Médicos* era acabar com a grande leva de praticantes da terapêutica popular, que tanto incomodava as atividades do profissional habilitado. Não apenas José Fábio Lyra estava na mira de alguns médicos paraibanos, mas qualquer um que usasse das mesmas artimanhas. Nessa visão, o médico deveria ser o único capaz de tais progressos médicos e científicos, o único portador da cura, pois se encontravam num tempo no qual “[...] todo mundo é médico, todo mundo receita, todo mundo formula e dá injeções, todo mundo aufere os lucros materiais desta actividade criminosa” (A *UNIÃO*, 5 nov. 1936). Percebe-se, aqui, o desespero da classe médica paraibana para autenticar-se perante a sociedade como “verdadeiros médicos”, bem como a sua fúria para com os práticos populares por estes quererem, supostamente, usurpar um lugar que era, por direito, da classe médica, já que apenas os médicos eram instruídos para essa função. Aludiu-se a José Fábio Lyra como o “Lingua de Aço”:

Que se organize a Ordem dos Médicos e que seu único lemma seja defender o “direito de viver pessoalmente”, a fim de que não se vejam os cultores da divina sciencia explorados miseravelmente, a fim de que se ponha um paradeiro a vulgarização altamente prejudicial e criminosa da medicina, a fim de que os José Fabio, os Lingua de Aço

e tantos outros não cresçam e enriqueçam burlando a bôafé alheia e prejudicando os que, muitas vezes á custa de ingentes sacrifícios, conseguiram habilitar-se ao exercício da mais bonita, da mais elevada, da mais nobre de todas as profissões (A *UNIÃO*, 5 nov. 1936).

Portanto, estava decretada a repressão a José Fábio Lyra, sendo evidente o discurso presente no jornal, deixando claro que os médicos, não todos, de forma alguma iriam aceitar a *lymfoterapia* como cura, que, segundo alguns, não passava de um mecanismo dissimulado, enganoso, criado por um charlatão que estava mais interessado em ganhos financeiros que o método lhe rendia. Tornou-se cotidiano nos impressos, a defesa da profissão médica e a caça aos experimentos de cura que tentavam driblar o saber médico na tentativa de ocupar o seu lugar. Afinal de contas, era preciso observar que “[...] o médico tem em cada indivíduo um concorrente desleal, em cada pessoa um pseudo-profissional que, as mais vezes, attingem as culminancias de um José Fabio, o creador da limpsolterapia” (A *UNIÃO*, 5 nov. 1936). Era uma afronta para a medicina, um prático de farmácia que, conforme o jornal, vinha encontrando o controle das “curas milagrosas” pelas glândulas de secreção interna.

A descoberta do papel preponderante das glandulas de secreção interna revolucionara, como se sabe, o domínio medico. E o estímulo de tais glândulas, o restabelecimento de seu potencial fisiológico, do seu ritmo enfim biológico se deve finalmente ao emprego dos chamados “sôros”, “hormônios” e tantas substancias fisiológicas. [...] por esse domínio envereda o farmacêutico bananeirense as suas pesquisas e observações (VOZ DA BORBOREMA, 22 mar. 1936).

A prova que consta na imprensa é a de que José Fábio Lyra estava proibido de comercializar as vacinas. A proibição veio do *Departamento de Saúde Pública* que, na época, estava sob a direção do Dr. Octávio de Oliveira. Porém, em resposta a um telegrama da *Inspetoria de Fiscalização do Exercício Profissional*, escrito por João de Barros Barrêto, diretor geral de Saúde e Assistência, ao questionarem o caso das vacinas de José Fábio Lyra, que, segundo informações que haviam circulado na imprensa, descobriram estar autorizadas a comercialização das vacinas de cuspe no território paraibano. Tais informações constavam que o *farmacêutico* havia recebido autorização, uma licença mais especificamente concedida pela *Fiscalização do Exercício Profissional*, que, ao responder o telegrama da *Saúde Pública*, negou veementemente qualquer notícia desta natureza.

Rio, 17- Dr. Octavio de Oliveira [...] Em reposta ao vosso telegramma, informo que a Inspectoria de Fiscalização do Exercicio Profissional absolutamente não concedeu licença para as injenções do curandeiro

José Fábio, somente tendo conhecimento do caso através do noticiário da imprensa. Fica essa directoria autorizada a providenciar de accôrdo com a legislação vigente no sentido de impedir a venda do producto citado (A *UNIÃO*, 20 dez.1936).

Até 1936, as vacinas eram comercializadas normalmente pelo *farmacêutico*. Só após as denúncias por parte dos médicos à *Inspetoria de Fiscalização* foi que as vacinas passaram a ser proibidas. Percebe-se aqui, que a circulação das vacinas de cuspe se antecede ao mês de outubro de 1936, o que sinaliza que as vendas duraram por bastante tempo, anos, até que fossem legalmente proibidas na Paraíba.

2.2 Curandeiros dos “passes magnéticos”: os “loucos espíritas” na mira da Igreja Católica

Segundo André de Farias Pereira Neto (2001, p. 93), o Espiritismo²¹ se caracterizou por ser uma “doutrina de origem francesa, autodefinida científica, filosófica e religiosa”. O objetivo deste capítulo é analisar as relações entre a Igreja Católica e o Espiritismo, que se revelou uma forte opositora das ideias espíritas, com discursos de padres contra o Espiritismo presentes nas publicações do jornal *A Imprensa*, nas primeiras décadas do vigésimo século. Esse debate fez-se necessário pelo fato de José Fábio Lyra ter sido cobrado a dar explicações por ser espírita e utilizar esse discurso em defesa da promoção das vacinas de cuspe. Para tanto, cartas foram trocadas entre José Fábio Lyra e o então padre de Bananeiras, o Sr. José Pereira Diniz, questionando se os motivos que levaram o *farmacêutico* a criar seu método da *lymfoterapia* provinham ou não do Espiritismo. Foram discursos que emergiram dentro de um contexto de cura, num momento em que a Igreja Católica combatia fortemente o Espiritismo. Essa forma de fé passou a ser julgada e discriminada pela Igreja, como, também, os discursos dos médicos paraibanos em combate à prática espírita.

²¹ O Espiritismo surgiu oficialmente na França, em 1857, com a publicação do “Livro dos Espíritos” por Allan Kardec. Chegou ao Brasil ainda na segunda metade do século XIX. Os primeiros centros espíritas foram aqui fundados em Salvador e no Rio de Janeiro, respectivamente o “Grupo Familiar do Espiritismo”, em 1865, sob a direção de Luís Olímpio Telles de Menezes e o “Grupo Confúcio”, em 1873 (Cf. FERNANDES, 1993 apud ALMEIDA, 2007, p. 17).

A doutrina espírita foi desenvolvida por Allan Kardec²². Muitos de seus princípios geraram discórdia entre vários grupos sociais, o que acabou configurando a doutrina em fortes tensões, pois, “sua organização foi caracterizada por acirradas disputas internas, relacionadas com a interpretação dos fundamentos, sobretudo por Allan Kardec” (PEREIRA NETO, 2001, p. 93). Esses conflitos em torno do Espiritismo aconteceram, principalmente, por forte oposição que faziam os membros da Igreja Católica diante da prática espírita, já que não aceitavam a maneira como os espíritas realizavam o seu culto e pregavam as suas crenças.

A partir dos ensinamentos de Kardec, foram surgindo, no Brasil, movimentos espíritas, como ficaram conhecidos os puros, os místicos e os científicos, que não escaparam dos embaraços sofridos, em grande parte, pela Igreja, mas, também, pela *Saúde Pública* e pela polícia.

Esses debates promoveram a organização de vários grupos no movimento espírita brasileiro, dentre os quais se destacaram os ‘puros’, os ‘científicos’ e os ‘místicos’. Enfraquecido por disputas internas, o movimento espírita sofria fortes resistências da Igreja Católica e das autoridades policiais e sanitárias (PEREIRA NETO, 2001, p. 93).

No ano de 1884, sucedeu a criação da *Federação Espírita Brasileira*. Existiam serviços que eram prestados à população através de organizações, como o *Serviço de Assistência aos Necessitados da Federação Espírita Brasileira*, destinado a todos, de forma geral, mas procurado, em maior frequência, pelos mais necessitados.

Esse serviço de Assistência aos Necessitados obteve êxito não só entre as elites, mas, sobretudo entre as camadas sociais mais necessitadas [...] Eram os pobres, desassistidos, em grande parte não espíritas, eu procuravam estes serviços na falta de assistência pública e gratuita a saúde (PEREIRA NETO, 2001, p. 93).

Entretanto, apesar dos movimentos espíritas e das associações que promoviam a assistência à cura, algumas localizadas no Rio de Janeiro do século XX, como os *Cooperadores da Caridade, Beneficência Santo Antônio de Lisboa e Redentor*, que “[...] dedicavam-se exclusivamente à prestação desses serviços” (PEREIRA NETO, 2001, p. 95) e, entre outras coisas, agiam em benevolência das práticas espíritas e

²² Hippolyte-Léon Denizard Rivail, mais conhecido como Allan Kardec, era francês, autor de livros como o Livro dos Espíritos(1857); o Livro dos Médiuns(1861); entre outros, foi o fundador da Doutrina Espírita.

serviços de assistências à população, constatou-se que foram várias as intrigas e perseguições sofridas a esses centros. Segundo Damázio (1994, p.14-15 Apud PEREIRA NETO, 2001, p. 95):

A Federação Espírita Brasileira se sentia resguardada por contar com alguns médicos trabalhando em seus quadros. De fato, a autora mostra que não foram muitos os processos movidos contra os médiuns vinculados à Federação. Entretanto ela insiste em ressaltar que eram frequentes as “perseguições contra pequenos centros, que proliferavam por toda a cidade e seus arredores”.

Ainda segundo esse autor, havia o receio por parte da *Saúde Pública* para com o atendimento que era dado pelos médicos e médiuns espíritas à população nesses centros, e o receio de perder o monopólio dos serviços de saúde, principalmente após análises feitas no *Centro Espirita Redentor*. Foi constatado cerca de dois mil atendimentos em serviços médicos espíritas, isso depois de uma tentativa de acabar com a atuação médica nesses espaços.

Isso significa que após um ano de sua fundação, esta sociedade, localizada no bairro nobre de vila Isabel, volta-se exclusivamente para os atendimentos de cura espírita. A ameaça sobre o domínio do mercado de serviços de saúde parece bastante evidente (PEREIRA NETO, 2001, p. 96).

Devido a isso, exigiu-se que o trabalho médico fosse mais “valorizado” em retaliação às atividades que vinham sendo desenvolvidas nos centros espíritas, no intuito de pôr fim a tais práticas. “[...] a valorização e a qualificação do trabalho médico correram de forma simultânea e combinada ao processo de depreciação e desvalorização tanto de curandeiros e espíritas quanto dos usuários destes serviços.” (PEREIRA NETO, 2001, p. 97). Temos, então, uma proibição das artes de cura de espíritas por uma intervenção maior que é a intervenção do estado.

No entanto, o incremento das funções concorrentes à médica dificultavam que esta última tivesse condições de dominar livremente o mercado de serviços de saúde. A intervenção estatal era exigida para que o monopólio do exercício da arte de curar fosse garantido exclusivamente ao médico. Assim, ele poderia exercer livremente sua atividade. (PEREIRA NETO, 2001, p.97).

Para Angélica Almeida (2007), o Espiritismo e a Psiquiatria, entre os anos de 1900 a 1950 no Brasil, estavam em constante atrito, disputando um lugar na sociedade. Sobretudo, estavam “[...] em busca de legitimação, de seu espaço cultural, científico e institucional dentro da sociedade brasileira” (ALMEIDA, 2007, p. 3). O impasse entre o

Espiritismo e a Psiquiatria fez com que a Psiquiatria desenvolvesse formas de invalidar o conhecimento e a atuação dos espíritas na sociedade através de ações combinadas com o estado, para que proibisse a ação dos centros que vinham crescendo e se formando rapidamente. No embate entre médicos e espíritas, o confronto acontecia também por meio de publicações tanto em jornais, quanto em livros por parte dos médicos, aludindo, por meios de teses, a defesa de que o Espiritismo beirava e incentivava a loucura, bem como as razões das possíveis doenças mentais, surgindo, assim, um discurso de “loucura espírita”, que tinha como principal objetivo legitimar um lugar central da Psiquiatria no campo da saúde mental.

Publicaram teses, artigos e livros no âmbito acadêmico sobre a "loucura espírita" e a necessidade de combatê-la através do controle governamental sobre os centros espíritas, proibição da divulgação do Espiritismo, combate ao charlatanismo supostamente praticado por médiuns, tratamento e internação dos médiuns, considerados graves doentes mentais (ALMEIDA, 2007, p. 3).

Segundo Almeida (2007), os espíritas foram diagnosticados por parte de alguns médicos como “doentes mentais”. A Psiquiatria não aceitava que a loucura humana, ou as doenças mentais, fossem tratadas por meios espirituais, como estava sendo feito pelos médiuns nos hospitais espíritas.

Os espíritas, além de negarem ser a mediunidade uma forma ou causa de loucura, defendiam o Espiritismo e criticavam a Psiquiatria por sua limitada eficácia e por não considerar as possíveis causas espirituais no tratamento da loucura (ALMEIDA, 2007, p. 3).

O Espiritismo, além de tentar se estabelecer no campo científico num momento em que a medicina se institucionalizava e tentava se legitimar no domínio das doenças, criaram centros de atendimentos, hospitais, também na tentativa de legitimar a sua prática tanto no campo científico quanto no campo religioso, este sendo o qual a Igreja Católica tinha pleno domínio na época. A Igreja Católica chegou a acusar que os espíritas provinham de origem “demoníaca”, pois a Igreja não aceitava as teorias espíritas por acreditar que não se enquadravam nas palavras dos evangelhos.

Desde sua chegada ao Brasil, o Espiritismo buscou se estabelecer no campo religioso brasileiro, dominado pela Igreja Católica. Nesta disputa pelo imaginário religioso nacional, os primeiros embates começaram a ocorrer. O clero católico rapidamente classificou a doutrina espírita como herética. O principal argumento era que ela adotava princípios divergentes daqueles contidos nas bases doutrinárias do Catolicismo, além de ser considerada fruto de uma ação demoníaca (ALMEIDA, 2007, p. 19).

Além das controvérsias entre a Psiquiatria e o Espiritismo, no início do século XX no Brasil, os dois tinham algumas semelhanças: faziam parte da classe média intelectual e buscavam o “*status científico*”, por exemplo. “Ambos eram representados basicamente por integrantes das classes médias e intelectualizadas [...] almejavam um *status científico* e possuíam visões concorrentes sobre a mente e as doenças mentais.” (ALMEIDA, 2007, p. 42).

A ideia de “loucura espírita” no Brasil esteve relacionada àqueles que praticavam o Espiritismo e sobre quem eram essas pessoas, formado pelos “negros e as classes incultas”, sem comentar que as mulheres também ganharam destaque e forte participação nos movimentos espíritas, trazendo, com elas, elevados números de praticantes da doutrina. “Dentro do movimento espírita, elas obtinham *status* social, respeitabilidade, podiam falar em público e expor idéias revolucionárias que, às vezes, atribuíam aos espíritos” (ALMEIDA, 2007, p. 74). Outros grupos sociais também se enquadravam na teoria da loucura espírita, como os profissionais liberais e os predispostos. Este último fora considerado “anormais (aqueles que seriam desajustados, possuindo certos traços de conduta que revelavam uma propensão para um desequilíbrio efetivo)”.

O conceito de “alma” para os espíritas é muito importante para o entendimento de sua doutrina. Segundo os espíritas, é necessário entender a alma em seus três princípios²³. “Portanto, poder-se-ia dizer, e talvez fosse o melhor, a *alma vital* para o princípio da vida material, a *alma intelectual* para o princípio inteligente, e a *alma espírita* para o princípio de nossa individualidade após a morte” (KARDEC, 2008, p. 21). Os espíritas acreditam na vida da alma após a morte. O indivíduo falece, mas a alma continua viva, pois ela não chega ao fim quando o corpo morre; a alma é independente do corpo, sendo real, não material, e, sim, imaterial para o Espiritismo.

O Espiritismo marcou sua presença na Paraíba no início do século XX. O jornal *A Imprensa* passou a questionar e difamar a imagem do Espiritismo. A intensão por trás dos jornalistas era denegrir a imagem dos espíritas e curandeiros. Por ser um jornal pertencente à Igreja Católica, revelava a sua real natureza contra as práticas espíritas.

Foi com a chamada “CURANDEIROS ESPÍRITAS”, numa publicação do ano de 1925, que o jornal *A Imprensa* fazia alusão às atividades que estavam sendo

²³ José Fábio Lyra, para justificar sua postura enquanto espírita vai propor o princípio inteligente pautado numa proposta que liga corpo, alma, inteligência e sensibilidade. Trataremos no tópico seguinte.

desenvolvidas na Paraíba, na cidade de João Pessoa, por curandeiros espíritas. Alcinando a prática curandeirística de “ridícula”, a publicação do jornal informava que os curandeiros só procuravam as pessoas menos instruídas para a realização de suas atividades de cura. “Observamos que alguns indivíduos, às vezes, percorrem os bairros pobres, procurando inculcar nos cerebros ignorantes a pratica, mais ridicula, dos passes magneticos” (A *IMPrensa*, 28 out. 1925). Os espíritas pareciam ter conquistado não apenas os mais pobres, como, também, os mais abastados e eruditos da capital paraibana. Assim, “os seus actos as suas attitudes e passes mysteriosos arrastaram centenas de crentes, e entre estes mesmo pessoas instruidas” (A *IMPrensa*, 28 out.1925).

Os curandeiros apresentavam-se para as pessoas como espíritas. Segundo notícia d’A *Imprensa*, usavam da religião como um instrumento de valorização e validação de suas práticas curatórias. Os curandeiros, ainda segundo o jornal, não eram a favor da atuação médica; por serem contrárias às suas práticas de cura, teriam os médicos como seus inimigos por não aceitarem que atuassem e fizessem diagnósticos sem que estivessem habilitados para isso. “Dizem-se espíritas, e como taes procuram rodear-se do prestigio que a religião com ele [...] e são dos medicos os peiores inimigos, pois que desvirtuam os nobres fins destes” (A *IMPrensa*, 28 out. 1925). Ainda segundo a publicação, a culpa por essa disseminação das práticas curandeiras seriam, boa parte dela, dos pais que aceitavam que os seus filhos fossem consultados por curandeiros espíritas, onde não havia garantia de que os seus métodos “misteriosos” funcionassem ou que fossem os mais indicados, pois não seria o mesmo tratamento seguro e eficaz que o tratamento de um médico:

Nimiamente culpados são os paes que dão ouvidos a práticas tão idiotas [...] Ninguém pode calcular a extensão do mal que ás crianças causam as taes rezas espiritas, as sympathias... Interrompeu-se o tratamento do médico, e prescrevem-se os medicamentos “misteriosos” [...] Os curandeiros, rezadores-espiritas, os homens dos passes magnéticos, não toleram nada que lembre a sciencia medica. Fazem um mal difficil de se avaliar (A *IMPrensa*, 28 out. 1925).

Pelas palavras de apelação escritas no jornal, estava trazendo a medicina para o centro das atenções como uma forma de legitimar e propagar a medicina científica, fazendo menção a uma autêntica e única possuidora da cura e, por isso, deveria ser mais valorizada pela população, já que muitas pessoas ainda procuravam o diagnóstico dos curandeiros, tentando discriminar tais práticas terapêuticas que estavam presentes na medicina popular.

É necessário que o povo se torne mais resistente á maléfica influencia dos exploradores da boa fé popular, para repellir tudo quanto prejudique a saúde, a conservação as creanças, pondo mais confiança em seus medicos conscienciosos, guardas legitimos da saúde pública. (A *IMPrensa*, 28 out. 1925).

Considerado uma “seita de abusões annexas”, o Espiritismo, de fato, não agradou muita gente. As repressões aos praticantes do Espiritismo pareciam estar por todos os cantos da Paraíba, principalmente em forma de lei. Era no Código Penal da Primeira República, no artigo 157, que decreta pena e multa para aqueles que praticassem o Espiritismo, com alguns requisitos.

Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias, para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar curas de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica: Penas – de prisão cellular por um a seis meses e multas de 100\$000 a 600\$000 (A *IMPrensa*, 8 ago. 1917).

As sessões espíritas também não eram permitidas: “procede corretamente e desempenha uma de suas obrigações, a polícia que proíbe sessões espíritas, que são punidas pelo Codigo Penal (A *IMPrensa*, 8 ago. 1917). Porém, Francisco Nery dos Santos parecia não estar tão informado assim com o Código Penal, encontra-se, aqui, um dos exemplos que mostram como a lei podia ser bem rígida. O mesmo dizia ser farmacêutico, quando em uma de suas visitas ao município de Santa Maria Madalena, no Rio de Janeiro, iniciou sessões com os seus correligionários espíritas, onde terminaram sendo repreendidos pela polícia. O caso foi parar no tribunal, resultando na proibição de tais condutas prescritas no Código Penal.

Isto posto, considerando que muito correctamente decidiu o juiz “a quo”, pois os actos que praticava o paciente são prohibidos e com toda a razão, pelos arts. 156 e 157 do Codigo Penal, pelo que já o delegado de polícia, anterior ao actual, cumprindo uma de suas obrigações, havia proibido taes sessões e praticas (A *IMPrensa*, 8 ago. 1917).

O Espiritismo, diante de todas essas críticas, acabou sendo associado à loucura, com os espíritas passando a serem vistos como doentes mentais, tanto pela sociedade quanto pela medicina. O médico Marcel Violet, autor do livro “*O Espiritismo e suas relações com a loucura*”, esclarece, no livro, suas opiniões em relação à doutrina espírita: “ [...] O Espiritismo constitue um optimo caldo de cultura para todos os erros, para toda a espécie de desequilíbrio e para toda a especie de loucura.” (A *IMPrensa*, 22 jan. 1927). Também conceituando o Espiritismo como a “praga da humanidade”, as

palavras do médico serviram como guia para toda uma campanha pregada contra o Espiritismo e os seus praticantes, numa sociedade construída, em seu imaginário, por um ideário de saúde, cura, selado pela medicina, logo as palavras do médico, figura central desse ideário, não poderiam ser contrariadas.

[...] (se as práticas de cura exercidas pelos espíritas seriam prejudiciais para a saúde pública), todas as respostas fornecidas pelos médicos foram unânimes em afirmar a periculosidade de tais práticas para a população (ALMEIDA, 2007, p.146).

Ora, se havia pelo médico toda uma definição levada à loucura, e para o Espiritismo sendo louvadas e defendidas por alguns padres, não pela Igreja Católica, era necessário expor na imprensa para “alertar” uma população do que a Igreja não aceitava e tentava impor isso de todas as formas possíveis.

Quem tão bem como este médico, pode falar sobre os prejuízos intelectuais do espiritismo? [...] certamente tantos casos de loucura causada pelo espiritismo tem elle visto, que, para sustar o mal publicou um livro de combate a esta praga da humanidade (*A IMPRENSA*, 22 jan, 1927).

Não houve generalização em torno dos médicos e dos espíritas, pois nem todos os médicos mostraram oposição a tais práticas, pois houve até aqueles que “[...] se diziam simpatizantes da causa espírita, outros, apenas interessados na intensa polêmica e no seu debate” (ALMEIDA, 2007, p. 148). Os debates sempre eram expostos pela imprensa, esse espaço por onde muitos médicos expressavam as suas opiniões contrárias ou não a tal religião.

Os argumentos eram variados, predominando as idéias de que o Espiritismo não causaria doenças mentais, apenas plasmaria o conteúdo dos delírios. Para eles, as estatísticas expostas pelos médicos favoráveis à tese da “*loucura espírita*” seriam falhas (ALMEIDA, 2007, p. 148).

Segundo a Igreja, o Espiritismo é “uma hypothese, para interpretação dos phenomenos psychicos ou maravilhosos. Aceita os phenomenos e determina-lhes a sua “teoria” pre-determinada” (*A Imprensa*, 16 jan. 1926). Dessa forma, existem três gêneros pertencentes à doutrina espírita: o Espiritismo ortodoxo, o Espiritismo explorador e o Espiritismo crítico.

O Espiritismo ortodoxo baseia-se nos ensinamentos de Allan Kardec e estaria composto de matéria, perísprito e espírito. O espírito, após sair do corpo e ir para outro mundo que não seja esse, desloca-se seguido do perísprito, que é um invólucro que se

une ao espírito. É através do perísprito que acontece as famosas aparições das almas como tece o Espiritismo. “As pretensas aparições são devidas ao perísprito, que ninguém viu, mas que, pelo juramento do espiritismo, ha de forçosamente existir” (*A IMPRENSA*, 16 jan. 1926). O Espiritismo explorador era aquele presente nas farmácias de homeopatas, os quais agiriam por interesses financeiros, em que “[...] alguns fazem rendosos negocios á custa dos papalvos” (*A IMPRENSA*, 16 jan. 1926). O Espiritismo crítico baseia-se na existência de uma comunicação entre espíritos, porém, não na reencarnação destes. Neste gênero espírita, Allan Kardec não seria o seu líder.

O Espiritismo também possuía quatro dogmas, que são: “a preexistência dos espíritos, a transmigração das almas, a pluralidade dos mundos habitados e a negação das penas eternas do inferno.” (*A IMPRENSA*, 16 jan. 1926). O primeiro dogma seria movido à base da mentira, considerado uma verdadeira “balella”, como citou o jornal *A Imprensa* pelo fato de não constar provas suficientes da existência dos espíritos ou fantasmas no Espiritismo. “A humanidade séria e sincera, porém, não se apavora mais com esses phantasmas com que sonhou alguém. Hoje, o mundo pede provas, e essas provas da preexistencia dos espíritos são nullas” (*A IMPRENSA*, 16 jan. 1926). Os espíritas não teriam provas da comunicação com as almas porque a alma não tem como se comunicar sem o corpo, como enfatiza Santo Thomaz de Aquino, que, na sua concepção, relata que “[...] o espírito alcança sua perfeição na união com o corpo, porque este lhe empresta a matéria prima sobre qual age a espiritual e nativa atividade da alma humana” (*A IMPRENSA*, 16 jan. 1926).

Outras indagações aos espíritas eram por que só os espíritos apareciam em suas sessões e não em qualquer outro lugar, ou por que só eles que conseguiam ver as almas dos mortos: como acreditar que realmente havia espíritos ali, se só quem via e ouvia eram eles?

Se é certo que os mortos apparecem e se deixam ver nas sessões espiríticas, qual a razão porque não a apparecem elles aos de sua família? [...] Ora, se teem elles a possibilidade de falar nas sessões espiríticas, não lograríamos comprehendê-las porque não poderiam se manifestar á família reunida, durante os serões íntimos, uma vez que é justamente á noute que o espirito faz suas reuniões. Entretanto é sábio de todos que os espíritos não nos apparecem ás nossas reuniões de família. Por que? Qual a razão por que só o espiritismo é que goza de tão sublime privilegio? (*A IMPRENSA*, 16 jan. 1926).

A questão que estava sendo feita pelo jornal era: por que apenas os espíritas ouviam e viam as almas dos mortos? “Sim, como póde provar a authenticidade dos

espíritos? É obvio que não se abtém tal prova, sinão pela afirmação dos próprios espíritos” (*A IMPRENSA*, 16 jan. 1926). O jornal questiona também por que os espíritas não acreditam na palavra de Deus, sendo que eles mesmos acreditam na existência dos espíritos, como a Igreja Católica também acreditava, porém, os espíritas não tinham provas que comprovassem a presença de espíritos em suas sessões.

Um fato bastante inusitado sobre a invocação dos espíritos aconteceu nos Estados Unidos, em Cleveland, num centro espírita. No local, estavam presentes um agente da polícia e algumas pessoas que foram com a esperança de se comunicarem com seus entes falecidos. Com as palavras, Renner, um médium espírita, anunciava que as pessoas presentes no local teriam a oportunidade de falarem, verem sinais e ouvirem os espíritos. No ambiente, as luzes foram apagadas e foram colocados autofalantes por onde falariam os espíritos. De acordo com o jornal *A IMPRENSA*, o que as pessoas não esperavam era que os “espíritos” fossem uma teatralização dos médiuns.

Feitas as trevas vieram diversos espiritos para falar: um pae começa a falar com seu defunto filho, em seguida falou um cantor de opera fallecido ha tempo depois um advinho hindu. Durante um intervallo o agente de polícia chegou-se sem fazer ruído, aos alto falantes e passou nas boccas fuligem de fogão. Os espíritos continuaram a falar, quando o policial de repente abriu a luz electrica. Com grande surpresa e hilariedade viram todos, que o rosto e as mãos do médium estavam pretas de fuligem. Este fugiu da sala debaixo das vaias dos assistentes. Logo, porém a polícia foi buscal-o em sua casa e agora está respondendo em um processo de fraude (*A IMPRENSA*, 1925).

Outro caso parecido também aconteceu nos EUA, na cidade de Chesterfield, no estado de Indiana. Lá, no fim do verão, sucediam reuniões espíritas conhecidas por “acampamento”. Tinha esse nome porque muitos espíritas levantavam barracas e ficam por dias acampados na proximidade de Chesterfield, realizando sessões e consultas. Foi quando uma jovem jornalista, cujo nome era Virginia Swain, apresentou-se para os espíritas como professora e contou que estava querendo entrar em contato com dois entes falecidos, seu irmão e sua avó. Tudo não passava de uma farsa, pois nem seu irmão (que na verdade não tinha) nem a sua avó haviam morrido. Virginia conseguiu enganar os espíritas com essa história e, junto com eles, uma de suas assistentes que, por intermédio deles, fez aparecer um “espírito” que seria do suposto irmão de Virginia. O que mais chamou a atenção foi que o espírito usava uma casaca e ainda exigiu de sua “irmã” uma nova gravata, já que a dele estava muito velha.

[...] elle apresentou-se de casaca, disse que no outro mundo sempre é domingo, por isto anda de casaca, porém que a sua gravata já se está estragando. É quando se despediu ainda disse: Não te esqueças da gravata, cara irmã. Outro médium fez aparecer o espírito da avó que ainda está viva (A *IMPrensa*, 9 dez. 1925).

Não eram somente os espíritos de pessoas que eram invocados, mas, também, os de animais como cachorros, por exemplo. Virginia logo denunciou os espíritas para a polícia, chegando a sofrer, inclusive, ameaça de morte. “Veio a polícia e guiada pela jovem prendeu os quatorze indivíduos a fim de processá-los. Foi um alvoroço enorme entre os espiritistas que á força queriam livrar os presos e matar a traidora” (A *IMPrensa*, 9 dez. 1925). O Espiritismo de Kardec era visto pela Igreja Católica como um “engana vista”, pois “Allan Kardec disse que finalmente o espírito é só matéria radiosa e quintessenciada” (A *Imprensa*, 16 jan. 1926).

A *lymfoterapia* foi bastante criticada por parte de alguns médicos paraibanos e pela Igreja Católica como vimos, anteriormente, em publicações do jornal católico A *Imprensa* e também no jornal A *União*. Em Bananeiras, o padre José Pereira Diniz requereu mais informações sobre o método da *lymfoterapia*, escrevendo uma carta ao *farmacêutico* questionando se as vacinas de cuspe teriam sido criadas com base em princípios espíritas. Questões começavam a aflorar sobre a base da criação das vacinas de cuspe. Quais ideias, práticas, religião teria incentivado o seu criador? No próximo tópico, a análise de uma carta escrita por José Fábio Lyra revela o que o incentivou na criação da *lymfoterapia*. Ao ser questionado pelo padre da cidade de Bananeiras, José Pereira Diniz, o *farmacêutico* informou se veio do espiritismo a base para a criação da *lymfoterapia*. José Fábio Lyra também expôs algumas definições sobre o Espiritismo e mediunidade com bases em seus escritos.

2.3 Carta escrita a José Fábio Lyra pelo padre da cidade de Bananeiras José Pereira Diniz e algumas considerações sobre o Espiritismo.

A fama das vacinas de cuspe também passou a chamar a atenção daqueles que viam com olhos duvidosos a *lymfoterapia*, como já foi dito anteriormente. Não tardou muito para que José Fábio Lyra se tornasse alvo de críticas contínuas. Críticas essas que surgiam como forma de difamar a figura do *farmacêutico* que, por muitas vezes, questões como a religião fizeram com que a discórdia falasse mais alto do que a própria fé pelos superiores que a pregavam. Foi numa carta escrita pelo pároco da cidade de Bananeiras, o Sr. José Pereira Diniz, que vislumbramos bem essa questão. A carta foi

destinada ao criador da *lymfoterapia*. Seu tom revelava certo interesse do vigário em saber quais procedimentos de natureza religiosa ou não poderiam ter incentivado José Fábio Lyra durante a invenção das injeções de saliva. Questionou principalmente a sua religiosidade espírita.

O padre José Pereira Diniz, segundo Manoel Luiz Silva (1997), exerceu suas atividades religiosas em Bananeiras na Paróquia de Nossa Senhora do Livramento. Conhecido popularmente como “Padre Diniz”, diz-se que “desenvolveu um papel importante na cidade durante o seu tempo no sacerdócio, exercendo seu ofício com ética e compromisso para com os católicos bananeirenses” (SILVA, 1997, s/p). Segundo Ramalho Leite (2016):

[...] o monsenhor José Pereira Diniz marcou época como vigário da Matriz de Nossa Senhora do Livramento, na antiga freguesia de Bananeiras. Seu apostolado foi tão demorado que fez nascer um rico folclore em torno do seu nome.

Natural de Alagoa Nova, município do interior da Paraíba, padre José Pereira Diniz²⁴, mais conhecido por Padre Diniz, passou uma longa temporada na Paróquia de Bananeiras, somando um total de quarenta anos. Apesar das boas referências a respeito do padre Diniz, não tardou muito para que passasse a exigir um posicionamento por parte de José Fábio Lyra sobre as vacinas de cuspe. O alvoroço, a curiosidade sobre a gênese das injeções de saliva estava inquietando não apenas o Padre Diniz, como todo o clero e seus órgãos católicos distribuídos também através da imprensa pelos jornais. Um exemplo disso estava na cidade de João Pessoa, na sede do jornal católico *A Imprensa*.

José Pereira Diniz, ao escrever a carta para o *farmacêutico*, objetivava informações sobre sua religiosidade, impondo que José Fábio Lyra atestasse a sua fé. Embora não esteja timbrado em tinta escura no papel, percebo, ao analisar seus escritos, o contexto e a intensidade que foram postas as suas indagações ao questionar o uso do nome de Deus. Parece-nos que o Pe. Diniz queria ter certeza da crença do *farmacêutico*. Com a resposta da carta, pôde guiar seus fiéis a respeito da origem de tal método, que estava deixando todos inquietos. Padres e fiéis católicos passaram a procurar o pároco

²⁴ José Pereira Diniz nasceu em Alagoa Nova, a 27 de novembro de 1905. Eram seus Pais: Manoel Pereira da Costa e Josepha Diniz Pereira da Costa. Entrou no seminário da Paraíba em março de 1918, onde fez todo o seu curso eclesiástico, ascendendo ao presbiterato em 08 de dezembro de 1928, na Igreja da Catedral de Nossa Senhora das Neves, na capital da Paraíba. Foi Pároco de Bananeiras (1929-1969), Gerente do Jornal *A Imprensa* (1969), Fiscal do Colégio Coração de Jesus na cidade de Bananeiras. Faleceu no dia 15 de dezembro de 1980 (SANTOS, 2010, p. 88).

para questionar sobre a origem das vacinas de saliva e que estavam alçando vários adeptos que ouviam falar dos resultados milagrosos. Os fiéis queriam ter certeza se as vacinas funcionavam, se era milagre. Por isso, procuravam o padre com tais indagações. Vale ressaltar que eram muito incomuns “remédios” fabricados com a saliva humana.

A carta datava do dia 22 de outubro do ano de 1936:

Certamente, não passará despercebida a V.S a responsabilidade moral que pesa sobre os meus ombros, na qualidade de guia dos destinos espirituais da parochia que dirijo com a graça de Deus e confiança de meus superiores. A cresce a esse meu dever os pedidos de informação que tenho para de satisfazer para os órgãos catholicos de publicidade de João Pessoa, Natal e Recife afóra consultas de famílias que aguardam o meu informe para firmarem um juízo certo, relativamente a lymphotherapia.

O padre Diniz supõe que o interesse da Igreja estava na veracidade da *lymfoterapia*. Porém, o interrogatório veio logo a seguir, quando o vigário passou a questionar se a *lymfoterapia* foi empregada com fortes influências no Espiritismo. Queria investigar se o Espiritismo se fez presente na fabricação das vacinas. Tal discussão parecia ser mais importante do que a possível eficácia das vacinas. O padre Diniz iniciou a discussão Espiritismo *versus* *lymfoterapia* relatando que soube através do Diretor da *Saúde Pública* de Bananeiras que o *farmacêutico* teria comentado que a *lymfoterapia* se originou através de uma missão divina. Incumbência que não se firmava em Deus, mas que “[...] provinha de uma missão recebida de um espírito superior que não era o Deus da religião de “Vocês” (conforme expressão pessoal)” (CARTA, 1936).

Essa frase, afirmou padre Diniz, teria sido proferida por José Fábio Lyra ao diretor de *Saúde Pública* quando questionado sobre os procedimentos de cura do seu método, fazendo com que, após essa suposta declaração, a Igreja Católica se pronunciasse sobre tal afirmativa, já que a mesma fazia forte oposição ao Espiritismo, principalmente através da imprensa, na qual sempre noticiava severas críticas aos espíritas.

O padre José Pereira Diniz, surpreso com o que o *farmacêutico* teria supostamente dito, confessou que antes acreditava que José Fábio Lyra havia se inspirado na ciência científica como um recurso usado na criação da *lymfoterapia*, pois o padre Diniz confessou na carta que “[...] até hontem, eu estava acreditando que os novos methods de cura de V.S. provinham de uma série de investigações scientificas cuidadosas, através de muitos anos de paciente labor” (CARTA, 1936). Sabendo das palavras que supostamente foram proferidas pelo *farmacêutico*, na escrita do

documento, o Padre Diniz aparentou possuir dúvidas se José Fábio Lyra havia usado realmente as teorias de médicos provindas da medicina científica, como havia falado em uma entrevista para o jornal *A Noite*²⁵, na criação das vacinas, ou se foi apenas ideias orientadas pelos espíritos que o incentivaram em seus procedimentos. Assim, o padre de Bananeiras teceu na carta enviada questionamento ao *farmacêutico*:

[...] Foi do espiritismo que lhe promoverá a idéa da lymphoterapia? Os estudos que V.S realizára durante muitos anos, conforme a entrevista dada á “Noite” do Rio, constituira, de fato, um esforço da intelligencia nas obras dos grandes sabios da medicina? Ou a significação desse estudo de que falou V.S oculta um simples intercambio medimimico de acordo com os postulados do espiritismo? É certo que V.S declarará em público que estava cumprindo a missão divina de um espirito superior que não era o Deus de “Vocês”? Peço que me autorize a fazer das respostas o uso que me aprouver.

Percebe-se aqui a intensidade das perguntas que eram destinadas ao *farmacêutico* com a persistência voltada à questão da religiosidade, no caso, o Espiritismo. Foi no mesmo papel escrito pelo Padre Diniz que veio a resposta de José Fábio Lyra às perguntas da qual fora lhe remetidas. Mencionando a *lymfoterapia*, o *farmacêutico* informou que a base para a sua criação se avigorou a partir de estudos científicos que foram publicados em dois livros²⁶ de sua autoria. O *farmacêutico* não mediu esforços para comprovar que a *lymfoterapia* era um método seguro e que lhe requereu anos de estudos antes que pudesse ser trajada como um tratamento para a cura. Até então, houve toda uma preocupação por parte de José Fábio Lyra em mostrar que a *lymfoterapia* proveio de estudos científicos, mantendo todo um cuidado ao expor aos médicos como fez no seu memorial e em seus livros, para mostrar que se tratava de algo sério, verídico. Repetia incisivamente que não inventou do nada as vacinas e saiu aplicando nas pessoas. Existiu todo um conhecimento científico, um preparo anterior à criação e a aplicação das injeções.

O meu methodo de cura lymphoterapico ou sialotherapia é o resultado de estudos scientificos explanados em dois livros publicados e um memorial inédito [...] Nelles verá que toda minha preocupação foi demonstrar por dados positivos a verdade do que asseverava [...] (LYRA, 1936).

²⁵ No ano de 1936, José Fábio Lyra concedeu uma entrevista ao jornal carioca *A Noite*, explicando a origem e os procedimentos de cura da *lymfoterapia* e as doenças que foram sanadas com o seu tratamento.

²⁶ *A lymphoterapia (razões, fatos e curas); Da lymphotherapie do Phisyo-Psychismo.*

Da utilidade da *lymfoterapia*, o *farmacêutico* explicou como a mesma era composta: “[...] esse methodo consiste na transposição de produtos secretados de certas glândulas das pessoas saudáveis para os doentes” (LYRA, 1936). Ou seja, as glândulas salivares de pessoas sãs eram usadas em pessoas doentes para a aniquilação da enfermidade. José Fábio Lyra ainda comentou que não havia nada de ilegal ou estranho em seu método para que a classe médica pudesse se opor: “não há nisso nenhuma intervenção dos poderes accustos como se poderia supor” (LYRA, 1936). Respondendo se o Espiritismo realmente o influenciou, o *farmacêutico* refutou que não. O Espiritismo não foi usado como um princípio de cura na criação da *lymfoterapia*, mas, sim, usado como cura espiritual, de José Fábio Lyra, enquanto espírita. Exemplificando também que no momento que estava com o diretor de *Saúde Pública* e as demais pessoas presentes, explicou a eles os procedimentos feitos para as vacinas e que em nenhum momento havia dito que o Espiritismo havia influenciado na criação das vacinas. Ao contrário, chegou a explicar como adquiria a vacina, mostrando alguns dos instrumentos e objetos que usava em seus procedimentos, como foi o caso dos filtros.

O diretor de Saúde quando me interpelou sobre os elementos de que me utilisava para curar, estava em frente os meus filtros em actividade. Demonstrei o modo de obter a vacina. V. Rev^{ma} sabe que tenho ideias espiritas, mas, que em tempo algum as empreguei para a cura do corpo, e sim para as do meu espirito (LYRA, 1936).

José Fábio Lyra, na carta que respondeu ao Padre Diniz, discorreu que houve um mal entendido durante sua conversa com o diretor de *Saúde Pública* e demais presentes, pois, segundo o *farmacêutico*, o diretor não teria compreendido sua fala quando citou que a *lymfoterapia* emergiu também de uma missão divina, porém, essa missão não seria propriamente no sentido religioso, mas, sim, uma missão divina na vida humana, relatando, assim, que foi mal interpretado, pois em nenhum momento teve a intenção de provocar ou de impor qualquer coisa de natureza religiosa à *lymfoterapia*. Ao final de sua fala, José Fábio Lyra pediu que não o interpretassem mal e que não levassem a questão divina, como mencionou, para o lado da religiosidade ou da espiritualidade. Todavia, não foi o que realmente aconteceu.

No momento em que discursava alludindo a transformação que nos ultimos dias ia se dando nos meus costumes de homem modesto, disse para o director que attribuía a finalidade de uma missão divina como são todas as outras da vida humana inclusive a do mesmo Director e pessôas presentes, cuidadoso como sou lembrei que não tomassem aquellas palavras no sentido místico ou religioso (LYRA, 1936).

Sabendo da suposta má interpretação a qual foi acometido, o *farmacêutico* usou a expressão “balela” para aludir às palavras que estavam sendo direcionadas a ele, que foram ditas pelo diretor de *Saúde Pública*. “Certamente o autor dessa balela não me compreendeu. Peço afirmar isso nos jornais em bem da sciencia sem que venha disso o receio de confessar minhas crenças” (LYRA, 1936). Com essas palavras expressas pelo *farmacêutico*, o mesmo mostra estar disposto a ir para imprensa e dar seu depoimento sobre a *lymfoterapia*, como fez na entrevista ao jornal *A Noite*.

José Fábio Lyra, além de usar o ambiente de sua farmácia para a fabricação das vacinas, realizava as seções neste mesmo local, juntamente com o auxílio de sua filha Alba, que era enfermeira e, na época, tinha um cargo no Hospital Centenário na cidade do Recife, e seu amigo Sólon de Lucena²⁷. Vale ressaltar que José Fábio Lyra, sempre que pôde, afirmou que sua maior frustração foi não ter conseguido curar com a *lymfoterapia* o seu amigo Sólon de Lucena: “sua maior frustração foi não ter oferecido a cura ao seu compadre e amigo Sólon de Lucena” (LEITE, 2016, s/p).

Conforme José Fábio Lyra (1924), ao retratar o Espiritismo e a mediunidade em seus escritos, existia uma ligação entre um *princípio inteligente* e o sistema nervoso, que podia ocorrer através de uma transformação no meio linfático, para entender como funciona a atividade espiritual dentro do corpo humano. Assim o *princípio inteligente*:

Este systema não pode crear a intelligencia e nem segregar o pensamento libertado, nem unir-se directamente a elle, como querem os espiritalitas, sem que soffra primeiro uma transformação no meio lymphatico; e, por isso, nenhum espirito desprendido totalmente dos liames da matéria, poude, depois de verificada a morte do plasma, voltar a se manifestar pelo systema nervoso que havia deixado (LYRA, 1924, p. 148).

O *princípio inteligente* está em evolução e serve, também, como um mediador do espírito. É como se fosse uma vida, um ser inteligente, presente entre nós e que está em crescimento, evolução.

Cahotico em um, instincto em outro, inteligente e evolutivo no homem, o instincto guarda, na unidade primitiva os característicos da

²⁷Sólon de Lucena foi político paraibano, líder intelectual e mestre de escola no Liceu Paraibano e professor do Instituto Bananeirense. “[...] Em 1917, Sólon de Lucena elege-se Deputado Federal. Após sua eleição, já no exercício de sua função, se candidata a Presidência do Estado da Paraíba, onde no ano de 1920 é eleito através do voto de todos os paraibanos, assumindo os destinos da Paraíba em 22 de outubro do referido ano” (SILVA, 1997, p. 97).

origem, acrescido da evolução conquistada pelo princípio inteligente, e que, de modo independente, se lhe vem juntar, aumentando sempre, como uma luz que, offuscada pela cerração que vem e volta, sómente brilha enquanto os corpos se transformam, mas que não tem berço nem tumulto (LYRA, 1924, p. 138).

Para entendermos um pouco como ocorre o *princípio inteligente*, José Fábio Lyra afirmou ser necessário estar atento às transformações do sistema nervoso e a mediunidade. Princípio responsável por explicar a força da vida, a vitalidade, a sensibilidade presentes em nós, seres humanos, na matéria e que, também, acontecem por meio de metamorfoses. Segundo o *farmacêutico*, a vitalidade demonstra a energia da vida e da força. As sensações são transformadas em percepções, sentimentos, devido à ação do pensamento, a sensibilidade, como cita José Fábio Lyra: “[...] é apenas uma concorrente da energética da fucção nervosa”. Por isso, seguiu afirmando que:

[...] nenhum corpo póde apresentar os característicos vitaes, sem que, previamente, passe por uma elaboração transformadora, e nem os elementos de assimilação organica, nem a noção que temos de mundo externo, passam dos nossos nervos ao pensamento sem que mergulhem no lethis transformador da lympha, onde se convertem em vitalidade, energética e idealização (LYRA, 1924, p. 126).

Assim, José Fábio Lyra entende que a energia que vem da “lympa” constitui um papel importante que é o poder da “cura natural”, pois “[...] a lympha representa no incógnito princípio da cura natural, attribuido ao cego e caprichoso designio da natureza” (LYRA, 1924, p. 126). E sobre a origem das moléstias no corpo, o *farmacêutico* respondeu que “[...] resultam, ou de um desequilíbrio de tonalidade do meio interior, ou de uma perturbação do meio astral” (LYRA, 1924, p. 129). As doenças acontecem, segundo José Fábio Lyra, a partir de uma irritação no “humor lymphatico”, que envolve o ser humano comprometendo-o com a enfermidade. José Fábio Lyra mostrou também que o corpo astral, ou perísprito, servia como um “[...] ponto de ligação entre a alma e o corpo” (LYRA, 1924, p. 148). Foi, assim, alegado existir uma espécie de existência racional e/ou científica do corpo astral pelo Espiritismo. Recorreu a cientistas europeus para justificar os seus estudos, a exemplo de Ralph Cudworth²⁸ e

²⁸ Ralph Cudworth foi um filósofo inglês. “Cudworth, imaginou uma substância intermediária entre o corpo e a alma, a que ele chamava mediador plástico e cujo papel consistia em unir o Espírito à matéria, participando da natureza de ambos” (DELANNE, 2011).

Williams Crookes²⁹, que tinham explicado a existência de um corpo astral, de fenômenos de transformação plasmática, da inteligência, da sensibilidade. E que tudo isso:

[...] nos levam a sustentar que, sem as propriedades transformadoras da lympha, as vibrações externas chegariam intactas aos nossos centros imaginativos cerebraes, o que, além de tornar inexplicável - como está sendo feito - a theoria mecanicista da visão da audição e da sensibilidade externa geral, implicaria numa violação das leis de irritação do mundo externo, para nossos centros especiaes de sensibilidade ilimitada (LYRA, 1924, p.148-149).

Essas leis de irritação do mundo externo, como cita o José Fábio Lyra, são governadas e compostas de quatro funções que são mediadas fazendo parte do ser “instintivo, sensitivo e inteligente”, que são exercidas pelo homem durante o período na terra, ou chamadas, também, de “os quatros estados do homem vivo”. O primeiro seria o “corpo physico”, vem de uma noção que diz que há uma relação do corpo físico com o mundo externo e o mundo das sensações, por onde avaliamos as coisas às quais presenciamos e somos afetados. O “corpo physico” está caracterizado da seguinte maneira:

É constituído pelos tecidos isolados da lympha, plasma e serosidade, e faz nos sêres vivos o papel de uma estação recebedora e transmissora de impressões, e está crivado de fios condutores, servidos por duas poderosas lentes de projeção, por dois telephones bem montados e por numerosos sulcos e canaes, onde uma corrente de elemento liquido o torneia sem cessar, embebendo e fazendo reverter ao ponto de partida os elementos a servir e os já servidos (LYRA, 1924, p.149).

O segundo envolve o “endocorpo”, que também é considerado como o meio interior, e essa expressão “meio interior”, como cita José Fábio Lyra (1924, p. 147), é usada para designar “o conjunto de propriedades do systema lymphatico e das serosidades”. Seria por esse conjunto do sistema interior que entrava em modificação com o mundo exterior através da mistura dos “[...] alimentos, líquidos, os venenos e as vibrações do mundo externo se transformam na torrente sanguínea e no sensorium” (LYRA, 1924, p. 147), que estão presentes no sistema e por onde acontecem as ações com as atividades espirituais, que passam a desenvolver pelo endocorpo, que é o ponto

²⁹ Williams Crookes foi um cientista espírita e químico inglês. “Na década de 1870, Williams Crookes estudou fenômenos então conhecidos como “espiritualistas”. Para ele as alterações de pesos de corpos seriam resultados de uma “força psíquica” inerente à organização humana, que se manifesta com maior intensidade nos médiuns.” (FERREIRA, 2004, p.257).

de ligação, e também “[...] indica os limites definidos do mundo do pensamento e das ações”. Portanto, o endocorpo:

É a sede de todas as transformações, quer sejam de natureza endogenica ou exogenica. Em contacto com elle, a matéria animada se transforma em energia e se desdobra em força muscular de innervação, de movimento e expansibilidade (LYRA, 1924, p.1 50).

O terceiro é o “corpo astral ou perísprito”. O corpo astral possibilita a comunicação com o espírito, pois “elle é o registrador das impressões, das sensações, das percepções, das representações e das idéas – fórmulas do espírito” (LYRA, 1924, p. 150-151). Quanto à definição do corpo astral ou perísprito:

[...] orgam da transformação das fórmulas pychicas em sensações modelador plástico da ideia directriz corporificador de todas as formas tangíveis, desde a estructuras dos corpos á forma modelada das cellulas. É servido dos electrons, unidades que supponamos análogos aos inos electricos (LYRA, 1924, p. 150).

O quarto e último tem a ver como o “corpo mental, almas ou espírito”, princípio da sensibilidade, força espiritual de assimilação dos conhecimentos, depósito do conhecimento e da razão. Este estaria mais ligado ao corpo físico, revelando suas sensações e suas percepções. Assim, para explicar o fenômeno do Espiritismo e como o mesmo acontece, e, também, o corpo mental, que está para além do espaço e das suas dimensões: “está contido nos limites ultra-divisíveis do corpo pychico e guarda, como o sensorium, os limites subjectivos das coisas percebidas” (LYRA, 1924, p. 151).

A partir das explicações dos quatro conceitos, José Fábio Lyra estabelece que existe um composto quaternário na distribuição dessas quatro funções citadas, que permite que o homem seja esse composto, e isso não seria explicado através de análises psicológicas e filosóficas, pois há “[...] de modo convincente, o encadeamento da vida inconsciente com a sensitiva [...]” (LYRA, 1924, p. 151). José Fábio Lyra afirmou que, para esclarecer as relações existentes entre o espírito e a matéria, procurou entender os princípios e as teorias sobre o assunto. Entre os teóricos mais indicados sobre o assunto, o *farmacêutico* buscou explicações no ocultista Vincent Encausse, mais conhecido como Papus.

Para nos dar idéa da trilogia de que elle fazia depender o homem, Papus imaginou comparal-o a uma carruagem arreada, conduzida por um cocheiro. A carruagem representava o corpo, o cavallo é o corpo astral ou perísprito. O cocheiro representava a alma, que é a diretora incontestável de todos os movimentos (LYRA, 1924, p. 151).

Mas, para José Fábio Lyra, Papus, em sua teoria, não abrangia “[...] a ligação das funções nervosas com as do perísprito”. Portanto, era preciso ter essa ligação entre o sistema linfático e o sistema nervoso:

[...] se esqueceu que, sem o correamo que atrela o cavallo ao carro – systema lymphatico – e sem as rédeas que ligam o cocheiro ao cavallo – systema nervoso circumscripto pelo plasma lymphatico – nem a força do animal podia se transformar no movimento do carro, nem a idéa diretora do cocheiro se transformar na idéa diretriz do cavallo (LYRA, 1924, p. 152).

Ainda segundo José Fábio Lyra, o endocorpo possui propriedades que transportam as sensibilidades de uma pessoa para outra. É pelos elétrons que conseguem transmitir pelo endocorpo as comunicações e sensibilidades. É a força que se transforma da energia. Acontece por meio dos átomos, a relação entre o espiritual e o material. “[...] dois átomos que se destacam na molécula humana em actividade, e a receptibilidade do ouvinte dois átomos da mesma natureza que se agitam se attrahem ou se repellem por affinidades variáveis” (LYRA, 1924, p. 152-153). É transmitida pelos elétrons que, em contato com o médium, ao conectar com o espírito, recebe, por átomos, mensagens e lembranças de tempos remotos. Isso aconteceria da seguinte maneira:

A palavra do orador, que é a representação da idéa espiritual, ao ser transmittida, leva pelos electrons, a imagem do pensamento a incutirse no ouvinte e o átomo mental deste, se acceita, guardo no corpo psychico, os electrons –formas, que são os fructos elementares da recordação, e o livro onde evocamos a lembrança do passado das fórmias (LYRA, 1924, p.153).

Essa comunicação do médium com o espírito através dos elétrons e dos átomos também se torna possível porque o homem constitui uma molécula que, segundo o *farmacêutico*, é a “molécula tetratomica” e:

cujos átomos, com affinidades relativas e deseguaes, concorrem para a manifestação dos actos vitaes e espirituas; por isto que a criação do pensamento se faz por um jogo molecular, em que o esforço da vontade exercida pelo átomo mental excita a cadeia electronica do átomo psychico e penetra através dele, no endocorpo, cujo átomo, constituído pelo systema lymphatico, modifica as sensações que são recebidas ou transmittidas em virtude das ondulações geradas pela oscilante da lymphia, já em relação com as condições do meio exterior (LYRA, 1924, p. 153).

Assim, a ação dos átomos que são formados no sistema linfático é responsável por alterar, no endocorpo, as transmissões que são passadas pelo átomo mental e pelo

átomo psíquico e, esses átomos mental e psíquico, que, depois de modificados no sistema linfático, possibilitariam entender a consciência humana.

Assim modificados os átomos mental e psychico irradiam-se do systema nervoso ao aparelho de locomoção; e, juntando-se á força innervatoria desprendida das cellulas que se gastaram por efeito da excitação, nos dão, pela advertência das causas internas ou externas, a noção de nossa própria consciência (LYRA, 1924, p. 153-154).

Tudo isso servia, também, para explicar a mediunidade, com o que está além da vida na terra, com os espíritos e o próprio Espiritismo. José Fábio Lyra explica que acontece um desequilíbrio e quebras de tonalidades no átomo do endocorpo no meio externo, onde provocavam o que ele chamava de “diastheses infectuosas e as discrasias hereditárias”, causando, assim, uma “desordem de intelligencia” no átomo “psychico e mental”, fazendo com que houvesse uma perturbação no corpo e no espírito. Isso seria uma “chave” para explicar as críticas que giravam em torno das sessões mediúnicas e como a mediunidade interferia no corpo humano.

Por isso mesmo é que todas as mediumnidades, quando reponham em indivíduos affectados de molestias e menthaes, são classificadas como afecções neurologicas, quando este estado morboso provém de uma alteração no corpo phychico ou do aparelho lymphatico; e se explica pelo afrouxamento de afinidade entre o átomo mental e o psychico, ou pela diferença de rythmo tonal entre os dois átomos- corpo e Endocorpo (LYRA, 1924, p. 154).

A definição de médium vem logo em seguida, quando este termo é sugerido como sendo:

[...] um typo anormal, cuja cadeia semi-molecular- átomos, espírito e corpo astral- tem entre si pequena afinidade, e é reconhecido pela docilidade com que aceita as idéas alheias, e pela diversidade [...] a serviço dos átomos espirituaes do actuador, que nesta classe de pessoas, agem por hypnotismo franco ou larvado, conforme intervêm as influências do mundo visível ou invisível (LYRA, 1924, p. 154-155).

O médium tem uma facilidade de se comunicar com os espíritos por meio de “átomos espirituais”. São capazes de entender e dialogar nesse paralelo entre o mundo material e o espiritual. Os espíritos podem abalar o sistema nervoso do médium, porém, nem sempre isso acontece, mas, quando acontece, acaba fazendo com que os médiuns recebam e aceite o que eles querem transmitir.

Quando isso acontece assim, não tem o átomo mental consciência do abalo inconsciente do systema nervoso do médium, e nem tão pouco o átomo mental do espirito. O phenomeno é puramente innervatorio; e, mesmo na crise convulsiva o systema cardio-vascular e o erethismo nervoso indicam que a perturbação resulta do choque entre os elétrons do comunicante e os de recebedor, e nada tem de doloroso, visto como voltados á consciência, não recordam da angustia que demonstraram, quando actuados (LYRA, 1924, p.155-156).

Esse contato do médium com o espírito decorre de um choque entre os elétrons. O resultado disso são as convulsões que não provocam nenhuma dor física ao médium, após voltar à sua consciência e o seu estado normal.

As convulsões, pensamos nós, resultam do choque dos electrons e não apresentam diferença do phenomeno que explica o apparecimento do raio e a manifestação da electricidade pela aproximação de dois campos magnéticos de resistência desigual. Os electrons dominantes saturam o campo psychico do médium na razão directa da resistência offerecida, e a influencia do átomo mental do actuado; de sorte que as idéas do actuador e pêssoas presentes em uma secção experimental (LYRA, 1924, p. 156).

A força preponderante dos médiuns nas comunicações mediúnicas é apontada como influência principal do sistema nervoso do médium, porém, ele é, na verdade, um “[...] mero transmissor da intelligencia, da palavra, ou da escripta, acionado por intermédio das ondulações electrônicas naquele systema, secundadas pela força de innervação sobre o suporte muscular” (LYRA, 1924, p. 157). Além de contar, também, na mediunidade com os “phenomenos psychicos” para o auxílio com os espíritos, pois esses fenômenos “[...] são exteriorizações da força interna muscular dos mediums a serviço dos desencarnados” (LYRA, 1924, p. 157). Por último, José Fábio Lyra enfatizou que é através dos átomos mentais e psíquicos do médium que podemos definir a mediunidade, pois essa é considerada uma “[...] anomalia transitória dos átomos mentais e psychicos do médium, em correlação disparadas com os do endocorpo, e do corpo, em consequência da afinidade existente entre os mesmos” (LYRA, 1924, p. 157).

Portanto, José Fábio Lyra justificou suas ideias espíritas e o Espiritismo com base em seus escritos. A posição do Padre José Diniz revelou o veemente posicionamento por parte da Igreja Católica contra os espíritas, fazendo-se presente nas publicações do jornal *A Imprensa*. Assim, posto esse debate, faz-se necessário apresentar ao leitor a análise de outras redes de sociabilidade tecidas por José Fábio Lyra: as pessoais atreladas à família, à política e à cura.

Capítulo III

"Injeções de saliva": trajetórias medico-político-afetivas de José Fábio Lyra

“Diz-se que a saliva além de immunda é uma secreção séptica; que é vehiculo transmissor de germens contamináveis; recomenda-se o asseio da bocca para não infeccionar o intestino, e, apesar de tantas precauções, ingere-se diariamente umas seiscentas grammas dessa substancia virulenta e ainda se lhe reconhece propriedades chimicas, phsycologicas e até psychicas?!”
(LYRA, 1930, p. 6)

3.1 “Haja bala”: as correspondências manchadas de sangue

José Fábio Lyra foi um dos primeiros prefeitos da cidade de Umbuzeiro, que está localizada no interior do estado da Paraíba. Os anos que fazem referência ao período de mandato de governo de José Fábio Lyra são os de 1904 a 1908. No livro de João de Lira Tavares, *A Parahyba*, publicado em 1909, o autor relata aspectos da vida social e econômica do município de Umbuzeiro durante os primeiros anos do Século XX. Desde o fim de oitocentos, foi elevada à condição de Vila, mas recebeu, posteriormente, o termo de comarca da cidade de Campina Grande pelo *Decreto n.º 567*, no ano de 1890. Segundo João Tavares (1909), sua atividade econômica era, em maioria, agrária, com destaque para a produção de café e algodão. A produção comercial realizava-se em torno da Vila, com um número de aproximadamente 11 mil habitantes.

Os anos de mandato do governo de José Fábio Lyra estão relacionados à boa administração em relação ao desenvolvimento da segurança pública. A “[...] cadeia é regularmente edificada. Datam esses melhoramentos dos anos de 1906 e 1907, epocha da administração do Sr. José Fabio da Costa Lyra” (TAVARES, 1909, p. 743). A

publicação do jornal *Estado da Parahyba*, datada de 1908, também faz menção a José Fábio Lyra, enquanto gestor de Umbuzeiro:

Umbuzeiro - Município pertence a comarca de Itabayanna; compreende os districtos da cidade, Natuba, Jardim, Pirauá, Aroeira e Mata Virgem, parochia de Nossa Senhora do Rosário. População de 23.000 habitantes com 396 eleitores (1905). Presidente do conselho: João Antonio de Souza e Silva. Vice presidente: Henrique Barbosa. Prefeito: José Fábio da Costa Lyra. Sub prefeito: vago (ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE, 1908).

São informações relevantes: José Fábio Lyra administrava sem "subprefeito" uma cidade que possuía uma população relativamente grande para a época, revelando, assim, a responsabilidade política concedida pela Família Pessoa. Uma crônica pública de Ramalho Leite (2016) faz menção ao período que José Fábio Lyra esteve à frente da política de Umbuzeiro. Nesse texto, são anunciadas as razões que levaram o dito *farmacêutico* a deixar a cidade pertencente à oligarquia dos Pessoa: uma querela que resultou em sua ameaça de morte.

O major José Fabio Lira era prefeito de Umbuzeiro quando foi involuntariamente envolvido em um conflito de ordem pessoal. Escapou de um atentado à bala e escolheu Bananeiras para sua nova morada. Levava uma carta do seu compadre "Toinho" Pessoa (coronel Antônio Pessoa, irmão de Epiácio) para o primo Solon de Lucena, ao tempo uma liderança emergente no brejo (LEITE, 2016).

A querela que resultou em sua saída com fuga da cidade de Umbuzeiro revela seu envolvimento com questões de ordem privada. Um oficial do exército, natural da cidade de Umbuzeiro, envolveu-se amorosamente com uma moça da "alta sociedade", causando um grande escândalo por seu defloramento consentido. No início do vigésimo século, ferir a honra de uma "moça de família" era considerado um delito bastante grave. Anunciando-se indignados com o caso, o juiz e o prefeito da cidade, esse último cargo ocupado por José Fábio Lyra, decretaram a transferência do oficial do exército para outro estado. Em tom de revolta, o soldado acusou o juiz e José Fábio Lyra de agirem contra a sua integridade moral, denunciando-o para o exército, que autorizou sua transferência na intenção de abafar o escândalo na cidade. Para tanto, o soldado ameaçou-os de morte. Como José Fábio Lyra estava ocupando o cargo de chefe do executivo da cidade de Umbuzeiro nesse período, viu-se no dever de denunciar tal soldado, provocando revolta.

O crime provocado pelo soldado era conhecido à época como defloramento e sedução, caracterizados quando o homem iludia, enganava e seduzia uma mulher com promessas de casamento, para conseguir ter relações sexuais com ela. Assim aconteceu: a jovem foi iludida pelo oficial do exército, tendo seu corpo deflorado por sedução. Em muitos casos, quando o homem deflorava o corpo de uma mulher, para justificar tal ato, dizia que a vítima já não era mais virgem, ou que não era uma mulher honesta, dependendo do modelo de vida da mulher, se frequentava festas, se tinha amizade com outros homens, ou se era independente financeiramente, tudo isso era motivo para desconfiarem da conduta feminina, pois

[...] nos crimes de sedução e de defloramento, os acusados estrategicamente difamavam a suposta vítima, ou seja, eles contavam com uma rede solidária que os ajudava a produzir uma imagem negativa da raptada, com base no argumento da “inexistência da virgindade” (SANTANA, 2013, p.118-119).

Para definição do crime de sedução, segundo Silêde Cavalcanti (2000, p.62 apud SANTANA, 2013, p. 36), temos: “o crime de sedução, tipificado no artigo 217 como ato de *‘seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de catorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando de sua inexperiência ou justificável confiança’*”. Foi o que aconteceu em Umbuzeiro, visto que a jovem foi iludida pelo oficial do exército, tendo seu corpo deflorado por sedução.

O *Código Penal* do ano de 1890 enfatiza que as mulheres de até vinte anos de idade eram vítimas dos crimes de defloramento por sedução. Segundo Rosemere Santana (2013, p. 87), aos crimes de defloramento por meio de sedução, engano ou fraude, consideravam-se vítimas as mulheres de até 20 anos. O objetivo mais importante que movia os juristas brasileiros, no *Código Penal* de 1890, era punir os crimes sexuais, principalmente o defloramento, “protegendo um princípio moral e não, somente, uma marca fisiológica” (SANTANA, 2013, p.87). O fato é que, devido à ameaça de morte, José Fábio Lyra teve que fugir da cidade de Umbuzeiro sob o apoio da Família Pessoa, abandonando o cargo de prefeito da cidade.

Em uma carta escrita por José Fábio Lyra ao seu compadre e correligionário Antônio Pessoa, que, na época, era Presidente do estado da Paraíba, foi detalhado o ocorrido, ou melhor, o atentado sofrido por ele, que quase tirou sua vida. A carta datava de 27 de junho de 1907 e continha informações minuciosas sobre o dia do atentado: o tiro que o oficial Thomé Ulysses disparou em sua direção, que por pouco

não o feriu, acabou por acertar o corpo de Leferino e a queimar de raspão o rosto de João Francisco, que estavam em sua casa, local do atentado.

Pelas 7/2 horas da noute de hoje estamos eu em minha casa distrahidos em jogar sueca com Antonio Cabral, João Francisco e o pobre Leferino, tendo Miné e algumas pessoas a nosso lado, entra o Thomé Ulysses com 4 praças e aos gritos de “haja bala” desfechou-me em direção a cabeça um tiro de rifle, passando o projectil queimando o rosto de João Francisco que estava sentado no balcão a meu lado esquerdo(CARTA, 1907).

José Fábio Lyra comenta ainda que escapou por pouco da morte. Mesmo com as investidas contra ele, Thomé não cessava os disparos e um desses disparos atingiu seu amigo Leferino.

No estampido do tiro, eu caí, como que fulminado e o assassino julgando-me atingir, como depois soube, continuou a desfechar ligeiros tiros no infeliz Leferino,[...] Em acto continuo penetrou na sala de visita procurando-me para terminar o assassinado (CARTA, 1907).

Em outra carta, enviada no dia 13 de julho do mesmo ano, endereçada a Antônio Pessoa, em tom de revolta, José Fábio Lyra falou de mentiras ditas num depoimento por Thomé Ulysses. Possivelmente, na noite do tiroteio na casa de José Fábio Lyra, o oficial, após a tentativa de assassinato, sofreu represália dos moradores de Umbuzeiro, indignados com a ação praticada pelo oficial. Na carta, o prefeito de Umbuzeiro relatou que os moradores de lá haviam sofrido ameaças de Thomé Ulysses, caso testemunhassem contra ele: “[...] direi que o Thomé tem ordem de vir nos perseguir, ou pelo menos intimidar as pessoas que não de depor contra ele. Se consta que elle promettera vingar-se dos que fossem contra nesta questão” (CARTA, 1907). E seguiu afirmando:

[...] não admirei saber da entrevista que o miseravel Thomé procurou ter comigo. Esperava-a; assim como penso que maiores empenhos neste sentido lhe chegarão em favor d’aquela infame cymico. Não lhe dê cuidado as mentiras improcedentes do mesmo Thomé e que são proclamadas pelos seus vis colegas: Eu, ainda não saptisfeito com o depoimento dado pelas testemunhas do inquérito, cujos depoimentos esmagam as mentiras descabidas, formulei aqui um requerimento assignado por João Francisco ao T. Raymundo, no qual pedia que o mesmo respondesse para seu uso, se na noute de 27 houve aggressão antes ou depois do atentado, partida do povo do Umbuseiro, contra Ulysses, se o mesmo Ulysses tomou-lhe um rifle, ou se ainda tomou mais algum na dita noute [...].

Na noite do tiroteio, José Fábio Lyra discorreu que o oficial Thomé Ulysses entrou na sua casa e:

[...] alli penetrou até a sala de jantar donde voltou. Nisto, aproximava-se d'elle o Miné que já regressava de casa já armado, e o miserável assassino ao vel-o correu desabridamente com os soldados deixando um d'elles a arma sobre a calçada (CARTA, 1907).

José Fábio Lyra contou que precisou fugir do local para proteger sua vida, que foi salva graças ao seu amigo Miné, que, ao vê-lo armado na casa Thomé Ulysses, rapidamente esvaziou-se do local, largando a arma do crime na calçada. Flora, sua esposa, também estava na casa com seus filhos, mas conseguiram sobreviver ao se esconder em um dos cômodos da casa. Após o crime, Thomé foi ao quartel, entregando-se à prisão. “O Miné não pode mais alcançá-lo. Elle entregava-se a prisão no quartel. Eu fugi sorrateiramente e minha desolada Flora escondeu-se num quarto da casa com meus queridos filhinhos”. José Fábio Lyra ainda escreveu na carta que soube que o oficial Thomé Ulysses já tinha planejado o crime antes contra ele e Leferino e que voltaria para fazer um “serviço”.

O crime que ele consumou em Leferino e tentou completar em minha pessoa já estava premeditado desde o mes passado, pois este official ao retira-se d'aqui, dissera [...] que faria tudo para voltar a Umbuseiro somente para faser-me um serviço e em Leferino (CARTA, 1907).

O município de Umbuzeiro estava sob a vigilância dos soldados do Tenente Toscano de Britto. José Fábio Lyra informou que alguns desses soldados estavam praticando atos de vandalismo, agressões e crimes contra os moradores do município.

No dia 20 do corrente ou a noute, doses soldados do contingente delle, entraram no estabelecimento de Joaquim Gomes da S^a nesta Villa, espancaram o pobre homem e em sahindo d'alli penetraram em casa de Maria Izabel, quebraram moveis e disem que levaram pequena quantia em dinheiro [...] No dia 24, um grupo de soldados a negócios beberam em casa do nosso juiz municipal. Grandes quantidades de vinho e pagaram uma pequena parte (CARTA, 1907).

Ao final da carta, José Fábio Lyra desabafa para Antônio Pessoa, dizendo que iria deixar Umbuzeiro, pois a situação da cidade era de perigo iminente. José Fábio Lyra mencionou que temia por sua vida: “[...] tenho que obedecer a força da circumstancia e retirar-me para outro qualquer Estado do nosso país. Grande conveniência de alguns tópicos desta carta pois, receio a cada passo a vingança de nosso inimigo” (CARTA, 1907).

Na carta do dia 3 de junho de 1907, dias antes do atentado, José Fábio Lyra escreveu mais uma vez para Antônio Pessoa. Na carta, mencionava Thomé Ulysses, que, segundo ele, voltava para Umbuzeiro com outros soldados a mando do tenente Toscano para capturar Antônio Silvino, que estava ameaçando moradores e comerciantes da região de Umbuzeiro.

O Tenente Thomé Ulysses, que há dias de havia se retirado d'aqui levando a Nina de Ladú em companhia, e os soldados, um troço de raparigas, voltou no domingo passado, para vir aquartellos aqui como lhe mandei diser. Trouxe um cartão do Toscano no qual me-o recomendava e dava as providencias que lhe havia pedido em carta e que era para mandar destacar um contingente de força federal [...] onde os negociantes e moradores alarmados pelas ameaças dos cangaceiros, procuravam fugir espavaridos (CARTA, 1907).

José Fábio Lyra disse na carta que quando Thomé Ulysses estava em Umbuzeiro, abrigou-lhe no quartel do município, e ainda o convidou para jantar em sua casa, mas Thomé havia recusado o convite. Thomé estava se envolvendo com uma mulher chamada Nina, a quem José Fábio Lyra se referiu como uma prostituta, não aprovando tal relacionamento.

Hospedei-o na Intendencia, franquei-lhe o nosso Quartel Municipal, agua e luz, e mais tarde fui convidal-o p^a o jantar. Não aceitou simulando pretextos, e logo no dia seguinte profanava o nosso Paço municipal como o ingresso público da prostituta Nina (CARTA, 1907).

Contudo, ainda na mesma carta, José Fábio Lyra comentou que nessa mesma noite que Thomé Ulysses dormiu na “Intendencia”, o Major Caetano também ficou hospedado lá após chegar de uma viagem, quando Miné foi fazer uma visita ao Major e, ao chegar ao local, ouviu uma conversa do Thomé Ulysses, que dizia:

Que tinha vindo ao Umbuseiro á proposito; e que não costumava andar armado de faca, mas que agora trouxera uma invenenada; ao que Miné respondeu-lhe que ignorava o proposito que disia ter convosco; mas que também teriamos proposito, e como o Thomé lhe houvesse mostrado a faca, elle mostrou-lhe também o punhal que trasia. O Major Caetano pacificou-os (CARTA, 1907).

Thomé Ulysses estava com uma faca envenenada, possivelmente para atingir José Fábio Lyra e ainda havia dito que só estava esperando uma “carta branca” de seus superiores para agir e, supostamente, cometer algum mal contra o povo de Umbuzeiro: “disse ao Major Caetano que estava de proposito com o povo d`aqui, e que ninguém lhe

disse notícia de cangaceiros”. Sobre esse fato, José Fábio Lyra escreveu: “[...] contaram-me que elle dissera alli solenemente, que esperava apenas carta branca [...] esta lhe devia chegar na próxima quarta-feira, e que havia commeçar de Umbuzeiro. [...]” (CARTA, 1907). Percebe-se, aqui, o caráter duvidoso do oficial que não parecia ser confiável. Passava boa parte do seu tempo bebendo e planejando ataques a Umbuzeiro. No final da carta, José Fábio Lyra enfatizou que Thomé Ulysses era uma pessoa bastante perigosa, chegando a compará-lo ao caráter de Antônio Silvino, cangaceiro que tanto assolava e amedrontava as populações das regiões paraibanas na época, inclusive Umbuzeiro.

[...] quando não nos curvamos ao banditismo de Antonio Silvino, quando imperava no Estado, é porque não nos dexemos humilhar ao banditismo de um Tenente reles identificado com álcool e guiado por uma meretriz informe! Espero a cada momento terríveis desgraças” [...] O Thomé, meu caro compadre, é mais pernicioso á sociedade que este analphabeto Antonio Silvino, a quem a sociedade, com justiça hoje condena: este, nascido [...] bandido por herança do meio e nascimento, enquanto aquelle educado nas nossas escolas, confiando-se-lhe a nossa defesa, rouba a confiança da pátria, a honra das famílias e a nossa tranquilidade. Deus nos livre de bandidos fardados (CARTA, 1907).

O prefeito de Umbuzeiro pediu para que Antônio Pessoa tomasse medidas responsáveis pela retirada do oficial de Umbuzeiro. Informou ainda que Miné e Leferino estavam em alerta. Caso algo de ruim acontecesse, tinham autorização para alvejar Thomé Ulysses. Neste momento, houve um início de desentendimentos entre José Fábio Lyra e o oficial, que resultou em ameaças que, inclusive, não foram apenas destinadas a José Fábio Lyra, mas a Leferino, a Miné e a João Francisco. Ademais, Thomé Ulysses sabia das correspondências para Antônio Pessoa, tudo isso gerava raiva no oficial que arquitetava mais uma tentativa de homicídio. Conforme carta escrita por José Fábio Lyra,

Miné e Leferino estão promptos a assassinal-o no momento da reação e eu mando metter balas se ele ousar a faser o que tem dito [...] Diante de tão grave perigo, peço-lhe que nos livre o mais breve possível. Eu penso que se elle receber ordem para retira-se estando aqui, se estiver bebido, como se encontra, ao amanhecer do dia será inevitável a aggressão e resultante desgraça. Elle disse que sabe que lhe escrevi [...] E de facto; agora vejo o quanto sou leviano em julgar os homens pela aparência (CARTA, 1907).

Os pedidos de socorro a Antônio Pessoa não foram suficientes para a permanência de José Fábio Lyra em Umbuzeiro. Mesmo assim, sob forte intimidação e

ameaça de morte por parte de Thomé Ulysses, José Fábio Lyra deixou a cidade de Umbuzeiro com o apoio da oligarquia Pessoa, principalmente com o arrimo de seu amigo e compadre Antônio Pessoa. Este drama político de José Fábio Lyra com o oficial é importante ser questionado porque muitas coisas que não estão presentes nas cartas talvez não foram completamente ditas, pois não tivemos acesso a todo o desenrolar da trama. Acreditar que José Fábio Lyra saiu fugido de Umbuzeiro apenas por ameaças de um simples soldado que estava assombrando a sua família é passível de dúvidas. Muitas coisas possivelmente foram silenciadas, não ditas. Sabemos que José Fábio Lyra, depois da saída de Umbuzeiro, partiu para Bananeiras, adquirindo a *Fazenda Pedra D'água*, antiga propriedade de Antônio Lucena, amigo e conhecido da família Lyra. Chegando a Bananeiras, José Fábio Lyra iniciou a sua vida como *farmacêutico* da cidade, com a produção e comercialização da *lymfoterapia*. Contudo, anterior a isso tudo, ainda em Umbuzeiro, outros mares ameaçavam a tranquilidade do município, como foi o caso da atuação dos cangaceiros; entre eles, Antônio Silvino.

3.2 Correspondências: José Fábio Lyra e Antônio Pessoa a respeito do cangaceiro Antônio Silvino e algumas questões sobre Umbuzeiro

As cartas trocadas entre José Fábio Lyra e Antônio Pessoa evidenciam a situação pela qual a Paraíba passava com a ameaça iminente dos cangaceiros; entre eles, um bem conhecido da região: Antônio Silvino. Eram muitas as informações trocadas por cartas que relatavam os acontecimentos em torno da figura de Antônio Silvino em Umbuzeiro.

Em uma carta do dia 27 de fevereiro de 1907, o Governo de Pernambuco enviou tropas de soldados a Umbuzeiro para a realização de uma perseguição a Antônio Silvino, juntamente com soldados de Umbuzeiro. Havia, por parte dos policiais locais, queixas de não terem recebido dinheiro, um abono, mais especificamente, e apenas os soldados vindos de Pernambuco seguiram em perseguição ao cangaceiro. Vejamos a carta:

[...] foi organizada a força que deveria seguir d'aqui que em perseguição de Antonio Silvino, e José Caetano expedia o praças que voltaram na mesma ocasião, estropiadas de outra diligencia, mandei que os soldados J. Rouquinhos e Camillo, únicos que se acham no serviço nesta Villa, acompanhassem a delegacia e como os soldados não tivessem dinheiro para faser uma viagem, cujo regresso não podiam saber, reclamaram de um abono de 4,000 cada um (CARTA, 1907).

Percebemos, através dos escritos contidos na correspondência, que os policiais locais eram poucos, desprovidos de materiais de defesa e ataque, bem como estavam “estropiados” devido a outras demandas lhes atribuídas. Há, ainda, a identificação da exigência de pagamento para a participação no enfrentamento ao cangaceiro. Reclamavam da postura do governo paraibano que se negava a pagar o abono dos soldados que arriscavam suas vidas, restando a José Fábio Lyra pagar do seu próprio bolso o abono aos soldados.

[...] negar-se de abonar os soldados, allegando que podiam morrer e elle perdia o dinheiro! E teriam seguido somente os soldados de Pernambuco para policiar na Parahyba e pela Parahyba, se eu não tirasse do meu bolso o mesquinho abono (CARTA, 1907).

José Fábio Lyra também comentou que estavam faltando policias para a realização até mesmo de pequenas operações, como foi o caso do Tenente Ferreira que não encontrou soldados para acompanhá-lo quando precisou:

No sabbado passado, precisando o T. Ferreira, commandante de uma força federal aqui estacionada, uma praça p^a guial-o até o Rio Parahyba, e os Guardas Municipaes Manoel Antonio e outro, se acharem ausentes (CARTA, 1907).

Como não havia soldados no momento para auxiliar o tenente, recorreram-se às tropas dos soldados de Pernambuco que estavam na Paraíba prestando serviços para o governo. Dessa forma,

[...] foi preciso ainda recorrer à força de Pernambuco, que em meu nome, prestou a autoridade federal que se acha policiando na Parahyba, o mesquinho auxilio que este governo se comprometteu prestar ao citado governo federal (CARTA, 1907).

José Fábio Lyra ainda fez uma crítica ao governo paraibano, quando insinua que: “entretanto, eu acredito que o Mons. Walfredo e seus agentes da União, não sabem, se no interior do seu Estado se abate tanto o conceito de sua terra, passa vergonha de quem é parahybano”. O Monsenhor Walfredo Leal era o então presidente administrativo do estado no ano de 1907. No dia 24 de fevereiro, na correspondência enviada ao compadre Antônio Pessoa, descreveu mais uma operação para a captura de Antônio Silvino.

Sahiu hontem a tarde, entrando depois os tenentes Toscano e Thomé com 40 praças. Estes resolveram voltar a Campina, antes de percorrer o itineração [...] em caminho foram também avisados que Antonio Silvino conhecia o caminho que deveriam percorrer (CARTA, 1907).

A carta conta que o tenente José Caetano chegou a interrogar um homem “negro” que teria sofrido ameaças de Antônio Silvino para que não revelasse seu paradeiro aos soldados. O homem ainda havia comentado que Antônio Silvino teria dito que não temia a ação da força federal contra ele. No final da ação contra o cangaceiro, os soldados não conseguiram capturá-lo, cabendo apenas aos soldados voltar com o tenente Augustino para Campina, frustrados com a derrota.

Toscano interrogou um negro que esta preso pelo crime de “Serra Verde” ouviu a confissão agora de que foi o mesmo lá passou a noute mas nem viu Antonio Silvino e companhia, nem tampouco as mortes [...] Quando F. Ferreira passou em “Pedro Velho” sahiu-lhe ao encontro um pardo velho e disse-lhe que Antonio Silvino lhe havia intimidado antes para avisar quando por ali passou que ele sabia de todo o itinerário [...] e que lhe havia contado os praças nas bocas dos rifles [...] e que a força federalista nada poderia contra elle. O T. Augustino retira-se p^a Campina em companhia dos outros desses uma completa derrota traçada pelo comandante (CARTA, 1907).

Uma carta escrita no dia 28 de Abril de 1907 falava sobre a prisão de um homem de nome Manuel Diogo, que levaria a possíveis vestígios de onde estaria escondido Antônio Silvino. Neste dia, José Fábio Lyra contou a Antônio Pessoa que Miné havia prendido este homem e que o mesmo teria entregado uma quantia em dinheiro a Antônio Silvino, assim, também, sabendo do seu paradeiro.

Disse o referido [...] que Antônio Silvino mandou-o a casa do amo buscar 400\$ [...] mais que indo elle buscar [...] trouxe apenas 200\$[...] e uma carta; que na quarta feira do começo d’este mez, entregou o ao bandido e que na mesma ocasião este queimara a carta, allegando que já que não sabia ler e nem nenhum dos companheiros, não queria fazer conhecido o seu segredo a outrem [...] (CARTA, 1907).

O fato é que nada foi descoberto sobre o paradeiro de Antônio Silvino. O que foi descrito foi a existência de uma carta chegando a ser queimada, sem mais evidências. Em outra correspondência, datada de 12 de Maio do mesmo ano, falava sobre um local no qual Antônio Silvino havia permanecido por um certo tempo, no município de Bom Jardim, onde o cangaceiro recebia uma espécie de proteção de um morador de lá, que lhe trazia comida e abrigo.

Que Antonio Silvino passou 3 meses no lugar [...] do município de Bom Jardim internado em uma pequena matta perto da casa de um tal Liré, e que esse sujeito além de ir levar-lhe refeição mantinha uma guarda para livrar o bandido da acção da policia (CARTA, 1907).

Um outro senhor de nome Faustino fazia da sua casa um local no qual guardava o dinheiro de Antônio Silvino e de outros cangaceiros.

Serra da Cachoeira do município de Jaguaratinga, existe um fazendeiro de nome Faustino, em cuja casa é depositado o dinheiro de Antônio Silvino, ou pelo menos o dinheiro, que vem para o bandido de outros lugares, terminando por dizer que Antônio Silvino, tem passados meses na Serra da Cachoeira [...] ouvimos dizer que o bandido appareceu em S. Bento. Pareceu mantida a notícia, entretanto esperamos (CARTA, 1907).

No dia 24 de Fevereiro, José Fábio Lyra citou que o jornal *O comercio da Parahyba* havia publicado uma carta sua. Nela, afirmava que “[...] enxertamos na alludida carta aquella parte que pede providencias ao governo de Pernambuco ou ao commandante do districto, como última tentativa segura”. Dois dias antes, o jornal *A União* publicou comentando o conteúdo da tal carta:

[...] a publicação da carta do tenente-coronel José Fabio da Costa Lyra, da qual se deduzia apreciação pouco favorável á maneira de agir da administração parahybana de perseguições desenvolvidas nos dois Estados contra o famigerado Antonio Silvino. Já estávamos informados, por pêssoas fidedignas, chegadas do Recife, dá má impressão que produsira n´aquela capital a carta do sr.tenente-coronel José Fabio, a qual dera logar as mais graves censuras ao governo de Monsenhor Walfredo, accusado de haver abandonado á sanha dos bandidos o município de Umbuseiro, a ponto de ir o próprio Prefeito suppliar a intervenção do governo de outro Estado para correr em sua garantia e de seus munícipes; etc (*A UNIÃO*, 1907).

José Fábio Lyra escreveu uma carta que, segundo o jornal *A União*, fez críticas sobre uma possível situação – política e financeira - muito complicada em Umbuzeiro, especialmente devido aos ataques de bandidos e cangaceiros e à falta de segurança, além de criticar a administração do Monsenhor Walfredo. Em defesa de José Fábio Lyra, Antônio Pessoa enviou uma solicitação aos redatores do periódico:

Senrs. Redactores da União. Venho pedir-vos uma reparação á censura que acabais de fazer, pelas columnas do vosso conceituado jornal ao Sr. Tenente Coronel José Fábio da Costa Lyra, honrado Prefeito do município de Umbuseiro, n´esse Estado. Deu logar a vossa injustiça a carta que esse prestimoso cidadão me dirigio, a proposito das ultimas, ou das penúltimas perversidades de Antonio Silvino no Municipio de Umbuseiro, e dada POR MIM a publicidade nas columnas da *Província e do Jornal de Recife*, a titulo de notícias dos cangaceiros. Se ha, Senrs. Redactores, alguém que mereça os vossos protestos pela publicação da carta, sou eu e somente eu, e nunca o Sr. Tenente Coronel José Fabio, que não a mandou publicar e se dirigio á pessoa de sua intimidade (*A UNIÃO*, 1907).

Segundo Antônio Pessoa, a referida carta escrita por José Fábio Lyra não tinha a intenção de criticar ou desrespeitar o Presidente do Estado, muito menos havia criticado o seu governo, como o jornal *A União* informou. A intenção da carta escrita pelo prefeito de Umbuzeiro era informar e ao mesmo tempo pedir assistência à polícia de Pernambuco, ao desembargador Segismundo e ao General Callado para a segurança do município. Um fato relevante já se faz presente na trajetória de José Fábio Lyra: a constante defesa daqueles que lhes queriam bem. Foi assim quando vivia em Umbuzeiro, foi assim quando viveu em Bananeiras. Outro fato a ser destacado é que, por onde passou, esteve em conflitos que envolviam pessoas poderosas.

A defesa por parte de Antônio Pessoa segue:

[...] não vejo na alludida carta um só conceito, uma phrase, um sentido claro ou occulto desrespeitosa ao honrado Presidente d'sse Estado ou á sua administração. Dous foram os pontos principaes por vós destacados, da carta do Tenente Coronel José Fabio para sobre elles escreverdes a vossa censura, o apello que por meu intermédio ele fez aos honrados Desembargador Sigismundo e General Callado, e a falta de força policial no Umbuseiro, facto que contestais. Nada mais natural, penso eu, do que o Sr. Tenente Coronel José Fabio, deante da attitude, ameaçadora de Antonio Silvino, e attendendo á urgência do caso, recorrer de preferencia ao governo de Pernambuco, que tem autorisação do governo da Parahyba para entrar em qualquer ponto do Estado; tanto mais quanto as providencias pedidas podiam chegar ao Umbuseiro dentro de poucas horas (*A UNIÃO, 1907*).

Na carta, Antônio Pessoa voltou a fazer a defesa de José Fábio Lyra. Primeiro, por assegurar que não foi feito em momento algum críticas ao Presidente do Estado; segundo, porque o prefeito só se pronunciava para defender sua cidade e seu povo das “mazelas” dos cangaceiros. Afirmou que o jornal *A União* cometeu alguns equívocos ao se referir às cartas de José Fábio Lyra, defendendo que este só realizava pronunciamentos com a intenção de proteger Umbuzeiro.

Em resumo: o Digno Prefeito do Umbuseiro, fazendo apello ao governador de Pernambuco, para contribuir com os seus esforços no sentido de restituir a liberdade perdida há 10 annos pelos habitantes dos Estados, não quiz cebebra-se (?); não faltou á verdade, nem cometteu a clamorosa injustiça de duvidar da bôa vontade do honrado Monsenhor Walfredo Leal e alludio até a lei que creou as guardas municipaes, defendendo assim o governo de S. Exc. Deveis attender que se trata de uma carta particular e não de um artigo de jornal, e somente n'este caso o Sr. José Fabio daria um pouco de razão á vossa estranheza, se por ventura deixasse de estender o seu apello ao governo da Parahyba (*A UNIÃO, 1907*).

Segundo Antônio Pessoa, nem ele nem José Fábio Lyra usaram de calúnias contra o Monsenhor Walfredo, pelo contrário, expuseram sua consideração e admiração ao Presidente do Estado.

Pela parte que me toca, como único responsável pela publicação da carta em que descobristes algo de crítica ao governo de Monsenhor Walfredo Leal, cumpro o dever de assegurar-vos que nada de acabrunha mais o meu espírito do que a ideia de uma incorreção, ou de uma injustiça contra quem quer que seja; maximé tratando-se do illustre Monsenhor Walfredo Leal a quem me prendem os laços da mais respeitosa consideração e estima pessoal (*A UNIÃO*, 1907).

A suposta carta escrita por José Fábio Lyra para Antônio Pessoa não foi localizada, nem as cartas que Antônio Pessoa respondia para José Fábio Lyra. Mas pelo caráter das outras correspondências trocadas, podemos concluir que, em Umbuzeiro, havia uma grande necessidade de policiamento e que foi preciso guardas policiais de Pernambuco para fortalecer a segurança no município. Percebemos, aqui, que havia uma falta grande de policiamento e outros problemas que prejudicavam o aparentemente frágil município de Umbuzeiro.

Nos discursos presentes nas cartas sobre o Antônio Silvino, percebemos que havia com o cangaceiro pessoas que o protegiam das perseguições da polícia, conseguindo escapar por várias vezes do acossamento dos soldados de Umbuzeiro e de Pernambuco. As redes de sociabilidades que protegiam José Fábio Lyra, não da mesma forma, também pareciam proteger o cangaceiro, pois, na maioria das vezes, como constava nas missivas, havia quase sempre alguém que ajudava Antônio Silvino a escapar da polícia e, em alguns casos, chegou a ter até moradia fixa. As redes de poder que davam proteção a Antônio Silvino não significam dizer que o cangaceiro detinha um certo poder, até pelo fato de Antônio Silvino ser bastante temido pela população; isso era uma consequência do temor que ele transmitia e das circunstâncias que causavam nas pessoas, ao mesmo tempo em que conduzia um certo poder por conta disso.

Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles [...] indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão (FOUCAULT, 1979, p. 183-184).

As redes de sociabilidade entre José Fábio Lyra e Antônio Pessoa eram úteis para o *farmacêutico* na medida em que precisava dos “favores” do seu compadre

durante seus momentos de tensão. Percebemos durante a leitura das cartas que José Fábio Lyra, quando queria sair de uma determinada situação que não lhe era vantajosa, recorria a Antônio Pessoa, como foi o caso do pedido de retirada dele de Umbuzeiro, do pedido de socorro quando estava em jogo sua vida e de várias outras situações. Eram relações de poder que, na maioria das vezes, favoreciam muito o *farmacêutico*.

3.3 Missivas de família: receitas, enfermidades e curas

José Fábio Lyra e sua filha Iracema sempre trocavam correspondências. As cartas traziam assuntos diversos, desde notícias sobre o dia a dia da família Lyra, a receitas de remédios, na maioria das vezes remédios caseiros. Além das cartas de cunho político trocadas entre o dito *farmacêutico* e um dos líderes da família Pessoa, deparamos-nos com uma considerável quantidade de missivas enviadas entre os parentes da família Lyra. De acordo com Ângela de Castro Gomes (2004, p. 11), as cartas são consideradas um meio privado de interlocução, fazendo com que elas se tornem uma das tentações de o pesquisador querer surpreender o missivista em sua “intimidade”, de buscar um “segredo”, uma chave de desvendamento da verdade hegemônica. Nesse sentido, para Silvia Gandelman (2006), as cartas se configuram enquanto um tipo particular de escrita, uma “escrita auto-referencial” ou “escrita de si”, prática que se disseminou na cultura ocidental a partir do século XVIII, como parte do individualismo moderno – quando também o cidadão comum, não mais somente a nobreza e o clero, passa a constituir uma memória socialmente reconhecida.

Trata-se de uma fonte histórica sedutora, porém, cheia de obstáculos no que diz respeito às leituras interpretativas que delas são realizadas. Ainda de acordo com Ângela de Castro Gomes (2004, p. 14-15), toda escrita de “produção do eu” é marcada por um “efeito de verdade” ligado a uma narrativa introspectiva, cuja autoridade e legitimidade se assentam na subjetividade e em uma noção de verdade como sinceridade, o que exige uma crítica das fontes que se volte para questões relativas ao “erro” e à “mentira” expressas no texto. A autora descarta “qualquer possibilidade de se saber ‘o que realmente aconteceu’”, pois não é essa a perspectiva do registro missivista: ele não registra o que se passou, mas sim “o que o autor disse que viu, sentiu, experimentou” em relação a um acontecimento. Assim, as análises realizadas dessas cartas são leituras sobre o que foi sentido ao escrever, não o que “verdadeiramente aconteceu”.

Iracema morava em Umbuzeiro e recebia as missivas de seu pai que vinham da cidade de Bananeiras. Numa das correspondências, Iracema informou que sua saúde padecia. Em resposta, José Fábio Lyra demonstrou preocupação indicando-lhe possíveis soluções para combater a enfermidade. Na carta, veio contida uma "receita médica": José Fábio Lyra passava para sua filha uma medicação para a cura de uma hemorragia que jorrava para fora de seu corpo o líquido da vida. Receitou-lhe um elixir, outros remédios e umas duchas caseiras. Vejamos a correspondência:

Se a hemorragia voltar, use as injeções de ergotina diárias tomando as gotas ao mesmo tempo, e se não tiver quem dê use então o elixir de maué. Não faça exercício para não voltar. Use também lavagem vaginais de 1 litro. Agua morna misturada com 1 colher de sopa e 1 de pedra hume dissolvida a quente (CARTA, 1930).

Percebemos que Iracema sofria de hemorragia vaginal, constante menstruação. Fica notório na carta que José Fábio Lyra, mesmo em família, atuava como "médico", receitando fórmulas químicas ou mesmo naturais, para curar enfermidades. Dentre as medicações, foram elencadas "injeção e ingestão de ergotina", "lavagens vaginais" contendo água e uma colher de sopa de pedra hume. Além disso, a indicação de repouso, acreditando ser necessário para que o sangramento não voltasse a ocorrer.

Em outra correspondência do dia 12 de Novembro de 1930, José Fábio Lyra voltou a receitar medicação para Iracema, a mesma ainda sofrendo de profundas mazelas, agora estomacais. O *farmacêutico* aconselhou sua filha a evitar comidas gordurosas como feijoada e carnes temperadas, como forma de assegurar o alívio de suas dores de estômago. Levantou, ainda, a possibilidade de as dores de estômago serem provocadas pelo clima do dormitório:

Vamos a tua consulta. Se teus soffrimentos de estomago não se originam do estado peculiar da mulher, devem provir do clima ou pelo menos do dormitório; isto é dos lenções grossos do ar viciado do quarto; da luz durante a noite, existência de flores perante ao dormitório etc. Ou então da alimentação gordurosa; feijoadas, carnes muito temperadas etc. Se não é nada dos que enumerei devas quisearte do clima muito cálido. Abstente-te de feijão de carne de boi transformada em lombos e passa a usar farofa e carne secca de gado. Toma água de bacia ao despertar. Havendo prisão de ventre corrige-a com ligeiro laxativos: 1 a 2 pílulas de Ross (CARTA, 1930).

Apesar da orientação sobre a alimentação, o *farmacêutico* tratou de indicar medicamentos: "ligeiros laxativos: 1 a 2 pílulas de Ross". Os laxantes seriam responsáveis por resolver o problema da prisão de ventre. Dessa forma, fica claro que José Fábio Lyra possuía um intenso conhecimento sobre os medicamentos que indicava,

não apenas pelo fato de possuir uma farmácia, mas pelos estudos que vinha desenvolvendo e publicando em seus livros acerca da *lymfoterapia*. Ele ainda ressaltou na carta, pela segunda vez, que Iracema deveria fazer banhos de assento para o abrandamento das dores do estômago, e que deveriam ser feitos pela manhã ao acordar:

Usa banhos frios de assento de 10 minutos de duração pela manhã antes do aluso de quais remédios, manda vir o digestivo Pinel, cuja receita fiz juntar pontuei a uma carta das meninas e usa o conforme as instruções: mas é preferencial buscaras a origem da moléstia nos apontamentos para a pesquisa que acima enumerei (CARTA, 1930).

No trecho acima da carta, José Fábio Lyra assume o lugar de "profissional da saúde". Além de continuar a receitar - mesmo que sempre mesclando medicamentos químicos com os naturais -, detalhou as instruções de uso, além de afirmar que sua filha precisava buscar a origem da enfermidade realizando a pesquisa enumerada em carta. Ou seja, perceber os sintomas seguindo os passos dados por José Fábio Lyra significava, à época, descobrir a doença que assolava seu corpo. O fato mostra, desde já, a familiaridade com o diagnóstico de doenças e a prática cotidiana com que os fazia.

As cartas trocadas entre José Fábio Lyra e Iracema possuem as marcas da orientação e dos cuidados com a saúde, mas, também, têm seu tom mais subjetivo, sentimental, em que as cartas “adquiriram papel cada vez mais relevante para expressão de sentimentos, emoções, experiências” (MALATIAN, 2009, p. 196). As cartas passam a se caracterizarem como “[...] cartas de amizade, amor, família, pedidos, recomendações, conselhos” (MALATIAN, 2009, p. 196). A partir do século XIX, as cartas passaram a fazer parte da vida cotidiana pela facilidade de acesso e a mais rápida forma de comunicação para os que viviam distantes. De acordo com Teresa Malatian (2009, p. 197), o ato de escrever cartas a familiares, amigos ou colegas de profissão reuniu os indivíduos ansiosos por receber notícias dizíveis (doenças, tratamentos de saúde, trabalho, detalhes do cotidiano) e apenas fazer supor os indizíveis (gravidez, problemas conjugais, dúvidas, incertezas religiosas, dinheiro, nome, sexo).

As cartas aqui analisadas são aquelas que se caracterizam como modelo de correspondência. Elas apresentam a importância do sujeito no ato de escrever, relatando suas experiências vividas de uma forma complexa e variada conforme a história de cada indivíduo a partir de cada sociedade, de uma cultura.

Para realizar análise das cartas enquanto fonte e trabalho do historiador, é necessário fazer um mapeamento das cartas³⁰, das redes de sociabilidades, da questão temporal, sentimental, que se encontram os indivíduos que se correspondem. Assim, José Fábio Lyra, enquanto um curandeiro/*farmacêutico*, passou a prescrever remédios para sua filha por meio de correspondências, colocando-se no lugar de um "médico", um sujeito que se proclamava apto para medicar, ao mesmo tempo que nutria um sentimento paterno e afetuoso pela filha. O cuidado com o bem estar de Iracema revela o vínculo afetivo bastante presente nas missivas. Tratavam-se, nesse caso, de cartas de família, aquelas que possuíam envolvimento amoroso, sentimentos, conselhos, pedidos. As cartas de família acabam sendo muito frutíferas para o estudo biográfico do cotidiano. A partir delas é possível perceber os hábitos que regiam conteúdos e práticas.

José Fábio Lyra continuava a receitar as formas de como Iracema poderia agir para pôr fim aos males que lhe atormentavam. Em outra correspondência, ele pediu para que Iracema dormisse fora de casa, pois ele acreditava que o ambiente, o ar do quarto em mistura com o carbono exalado de outras pessoas no mesmo ambiente, poderia estar causando suas fortes dores de cabeça. Vejamos o documento:

[...] está agora patenteado que alguma couza existe ahí que te traz dor de cabeça. Ahí e não aqui. Ora, se não é permaneceu a luz do quarto de dormir, vamos vêr se é ou o confinado neste mesmo quarto. Pode suceder que o carbono exalado por 4 pessoas durante a noite, enquanto permaneceu no quarto se n'elle venha explicar a phenomonia. Por isso, faça uma experiência. Passe umas noutes dormindo fora de caza, ou procure aquella rua que está em frente a sua casa e olhe para a praça do mercado, ou a outra da casa onde nascentes. Não sendo possível, procura um quarto que tenha uma janela que dê para a rua, ou melhor para o lado da nascente ou Sul (CARTA, 1930).

Nas informações dessa carta, Iracema parecia estar com pneumonia, por isso foi lhe aconselhado dormir em outro local, para evitar o ar em compartilhamento com as outras pessoas da sua casa, ou que ela dormisse em um quarto arejado de preferência, um quarto com janelas. Pela quantidade de cartas trocadas entre Iracema e José Fábio Lyra (só tivemos acesso às cartas escritas por ele e enviadas a ela), percebemos que existia uma forte preocupação do curandeiro/*farmacêutico* com a saúde de sua filha que lhe enviava constantes queixas de doenças. Na mesma carta, José Fábio Lyra explicou o

³⁰ Segundo Teresa Malatian (2009, p. 203) dentre as questões que se pode colocar a esse tipo de documentação está a de mapear, nas correspondências trocadas, as redes de sociabilidade nas quais os indivíduos se inserem e os vínculos existentes entre os correspondentes. O mapeamento é o primeiro passo para compreensão da inserção social do remetente em posições familiares, profissionais, de amizades, etc.

porquê desse procedimento: se for uma grande moléstia não vai adiantar tomar remédios vendidos em farmácia. Inferimos que nesse caso específico, José Fábio Lyra fazia referência à *lymfoterapia*, enfatizando que só ela seria capaz de curá-la:

A razão disto é o seguinte: o ar em movimento renova-se e o ar do quarto se renovando sempre, não terá o carbono misturado para envenenar o sangue dos que estão á dormir. Abrindo uma janela lateral no oitão da casa que tens arrendada que dê para um quarto de dormir ficará resolvido o problema. Se, depois desta, continuar as dores de cabeça, *manda-me dizer p^a que eu tome outras medidas*. O que não pode é continuar assim. Uma grande moléstia poderá se estar formando, e *não é o remédio de farmácia que irá servir* (CARTA, 1930. Grifos nossos).

"Manda-me dizer para que eu tome outras medidas". Essa afirmativa, como apontamos acima, reforça a ideia de que José Fábio Lyra fazia referência às injeções de cuspe, especialmente pelo imperativo que segue: "não é o remédio de farmácia que irá servir". Ao alegar que uma "grande moléstia" estava a se formar, pode indicar a necessidade da atuação de um medicamento mais potente, ou milagroso, como alegou ser as vacinas da *lymfoterapia*. Portanto, José Fábio Lyra já estava com a intenção de prescrever a sua medicação para a filha, acreditando ele que só com o tratamento das vacinas de cuspe poderia salvar Iracema de seus padecimentos.

No dia 1º de Novembro de 1935, José Fábio Lyra voltou a escrever para a sua filha Iracema. No conteúdo da carta, Flora, esposa do José Fábio Lyra e mãe de Iracema, tinha sofrido um aborto seguido de uma forte hemorragia. Não era o primeiro aborto de sua esposa:

[...] o aborto que Flora tinha sofrido anos atrás, havia se repetido. Diser-te que no dia 30 (ante hotem) tua mãe abortou. Teve febre de 31 ½, uma brutal hemorragia e um feto em princípio de formação. Não é espantoso a repetição de um facto acontecido há 10 anos!(CARTA, 1935).

José Fábio Lyra ainda perguntou a Iracema se ela queria receitas contra dores de cólicas e renais. Pediu para Iracema procurar o médico Antonio Heraclio, caso ela se sentisse mal. Ressaltamos que essa carta se configura como uma das mais importantes, dentre as que analisamos, pois José Fabio Lyra assume um lugar de fala e reconhece certas limitações das práticas naturais:

Quereis que te applique remédios contra umas cólicas, que, ou são renaes ou hepáticas, é o que posso dizer sem o exame. Quando fores atacada, ou mesmo antes, *procura o Antonio Heraclio e elle verá o que é. Deixa a curanderia. Curandeiro basta eu com 35 anos de prática e de entender de medicina*. Se pode ser a migração de cálculos

pode também ser rheumáticos ou simples dores no estômago (CARTA, 1930. Grifos nossos).

Algumas inferências podem ser feitas a partir dessa missiva: primeiro a de reconhecer que devido à distância física entre José Fábio Lyra e sua filha, cabia-lhe apenas a tarefa de receitar fórmulas paliativas na tentativa de realizar a cura de suas mazelas; segundo, que por não poder fazer mais que isso, tratou de orientar a filha a "abandonar a curandeiria" e ir em busca de um profissional médico. Assim, entendemos que a indicação poderia não se tratar de confiança no médico, mas da única possibilidade de tratamento em decorrência deste não poder ser realizada por José Fábio Lyra, graças à distância que os separava. Antônio Heraclio era o médico que possivelmente atendia na região que Iracema vivia. Ao mandar a filha "deixar a curandeiria" pode também ser entendida como a impossibilidade dessa solucionar o caso, mesmo José Fábio Lyra já possuindo trinta e cinco anos dedicados à cura popular. Porém, o que mais chama a atenção nessa carta é o fato de José Fábio Lyra assumir o lugar de curandeiro com décadas de atuação e estudos no campo da Medicina. É o primeiro e único documento, mesmo que de caráter privado, pois trata-se de uma carta familiar, em que José Fábio Lyra assume esse posto.

No momento em que o José Fábio Lyra se reconhece como curandeiro e deixa isso em seus escritos, com essa declaração abre-se um leque de possíveis interpretações a partir da sua fala, pois ele assume que é um prático popular, que é um curandeiro, que praticamente passou parte da sua vida toda medicando e que reconhece o seu lugar na terapêutica popular. Lugares de fala de José Fábio Lyra explicam todo o seu percurso com as vacinas de cuspe, como o porquê da fúria médica, das repressões, da inferioridade que lhe era colocado. Talvez José Fábio Lyra já tivesse assumido o posto de curandeiro desde o início da sua atuação com as vacinas de cuspe, pois isso explicaria todos os momentos difíceis que passou por causa da *lymfoterapia*, ao se expor como curandeiro. Num momento de resistência e repressão aos curandeiros, José Fábio Lyra teve a "ousadia" de se opor ao que estava sendo instituído na época ao atribuir-se enquanto curandeiro.

Mas será que a origem de toda essa "ousadia" do *farmacêutico* era também com a intenção de priorizar a venda das vacinas? Como muitas pessoas procuravam o tratamento, provavelmente José Fábio Lyra não queria parar os atendimentos. Como não tinha curso em medicina, a única forma teria sido se autodeclarar curandeiro, enquadrando-se na terapêutica popular, que estava em forte expansão no período? Visto

que com a venda das vacinas, conforme alguns periódicos consultados, o *farmacêutico* tinha ganhado muito dinheiro com a sua produção, até mesmo pela situação que viviam os práticos populares ao nomear-se enquanto curandeiro, não seria um tanto perigoso? Enfim, até o momento não temos informações mais precisas acerca do fato de José Fábio Lyra ter se assumido curandeiro, esta confirmação está presente apenas na carta que o mesmo escreveu para a filha, num pequeno parágrafo, sem muitas explicações aparentes.

O fato é que José Fábio Lyra era um curandeiro, como ele mesmo declarou na carta, isso foi importante porque, por suposição, ele tinha a consciência que era um prático popular, pois mesmo estando catalogado como um praticante da terapêutica popular, ele poderia simplesmente não se reconhecer como um, mas se reconheceu. José Fábio Lyra deixa, na carta, certa confiança quando diz que tem prática e que compreende medicina. O *farmacêutico* deixa a entender que sabe mais de medicina do que o próprio médico e a curandeira que atendia Iracema, mostrando uma postura de praticante da medicina. Mesmo sem formação, José Fábio Lyra demonstrava saber muito de remédios e de doenças. Fica evidente nas cartas que escreveu para Iracema que ele possuía um conhecimento medicinal.

Postas as inferências, sigamos nas cartas! Na correspondência enviada em 19 de Dezembro de 1931, foi dito que Iracema estava com "metrite", um tipo de inflamação no útero provocado desde seu último resguardo. Logo, José Fábio Lyra a escreveu comentando sobre as causas possíveis do surgimento da "metrite" e os procedimentos que Iracema deveria seguir para a rápida recuperação. Soma-se a isso, a verificação de que os medicamentos receitados pelo médico eram adequados para o tratamento:

Vi a receia. Os medicamentos são apropriados para o tratamento das metrites. Effectivamente é isto mesmo. A moléstia teria começado depois do parto, no resguardo; foi o facto de você ter levantado no 4º dia e aos 8 andar dando conta em relógio e saltando. A metrite é uma moléstia difícil de curar (CARTA, 1931).

Perceba, caro leitor, que antes mesmo do consumo do remédio, José Fábio Lyra tratou de informar se o médico estava correto com a indicação medicamentosa. Há uma suspeição do procedimento médico profissional por parte do curandeiro. Isso fica mais claro ainda quando adicionou a indicação médica à realização de banhos de assento vaginais diários: “Ainda mando os remédios [...] passa a tomar uma lavagem vaginal diária de 2 litros d’água fervida, addcionada de 1 colher de sopa de leite de bananeira ou mesmo duas. Tome também um banho de assento frio de 10 minutos antes do almoço”

(CARTA, 1931). Iracema contraiu a doença depois de sua gestação, a mesma não tomou os cuidados necessários para a sua recuperação e não respeitou o período em que deveria ficar em repouso, como escreveu o *farmacêutico*. Aqui, mais umas vez, José Fábio Lyra toma a posse de seus saberes “médicos” e indica para a filha o que ela tem que fazer para se recuperar da doença.

Em outra carta datada de 12 de dezembro de 1935, José Fábio Lyra perguntou como estava a saúde de Iracema, se ela já havia melhorado. Deu-lhes os parabéns pelo seu aniversário.

Escrevo-te as pressas por me o não permittir o adiantado da hora de correio ser mais extenso. A surpresa de que te falei foi esta: remtter um vestido para o dia do teu aniversario. Surpreza ainda a de ter escolhido o padrão da fazenda e me ter envolvido no próprio modelo. Pois havias pensar que eu me ocupasse com couzas taes? Não tinha respondido a tua ultima carta para, ainda mais agora tua curiosidade de saber em que poderia consistir essa surpresa. Felicito-te antecipadamente pelos dias de teus anos.

José Fábio Lyra volta a mencionar as vacinas de cuspe, objetivando mais uma vez aplicá-las na filha. “Tem realmente melhorado? Se a moléstia voltou avisa-me para tomar providencias em tempo, vacinando-te com meu remédio. Meus sucessos são múltiplos em cura” (CARTA, 1935). Percebemos a insistência de José Fábio Lyra em tratar Iracema pela *lymfoterapia*, provavelmente acreditando na cura da filha, que há tempos já não apresentava melhoras, a partir do tratamento das vacinas de cuspe. Prova disso é que ele comenta na carta que mais de cem pessoas já receberam a medicação e encontravam-se curadas. “Mais de 100 pessoas, incluindo gente de João Pessoa e Recife me vem procurar e todos estão ficando bons” (CARTA, 1935). Ou seja, o *farmacêutico* usava um discurso de louvor quando vangloriava-se para Iracema dizendo que muitas pessoas já estavam curadas devido às vacinas de cuspe, por isso ela também deveria aceitar ser vacinada e que Iracema parecia hesitar em ainda não ter passado pelo tratamento da *lymfoterapia*.

No dia 31 de janeiro de 1936, José Fábio Lyra escreveu para o seu genro, esposo de Iracema, conhecido como José. José Fábio Lyra questionou como estava a saúde de Iracema, pois esta se encontrava ainda muito doente. Os remédios indicados nas consultas médicas não estavam resolvendo seus problemas de saúde. Nos anos de 1930, foram muito comuns as noticias recebidas na casa de José Fábio Lyra em Bananeiras sobre as enfermidades de Iracema. Sua filha possuía a saúde frágil. Numa rápida

observação, percebemos que nesses anos Iracema foi acometida por dores nos mais diversos lugares do corpo, inflamações nos órgãos reprodutores, gripes, hemorragias, abortos espontâneos, quebra de resguardo, entre outras. Nesses casos, ela recorria a seu pai, o então *farmacêutico* José Fábio Lyra:

José recebi há dias uma carta de Iracema pedindo-me a indicação de um remédio para dores dos rins e fígado. Acrescentava que está em uso de uns medicamentos receitados pelo Dr. Antonio Heraclio, e que os resultados têm sido pequenos. Não ele quiz satisfazer a mingua de específicos para o caso que se me afigura não existiu dentro do arsenal therapeutico. O Dr. Heraclio ou outro qualquer medico pratico e inteligente como elle é, conhecem a moléstia que atacou a Iracema, mas não dispoem do remédio para a cura (CARTA, 1936).

Se o medicamento receitado pelo esculápio tinha anteriormente a aprovação de José Fábio Lyra, agora, com a sua ineficácia, o remédio passou a ser questionado, sugerindo apenas restar o uso das vacinas de cuspe para curar Iracema. O uso de remédios, sejam eles naturais ou químicos, prescritos por médicos e/ou curandeiros, se não forem utilizados de maneira à risca, pode prejudicar a saúde do paciente, afirmou Oscar Oliveira de Castro (1945). Foi o que possivelmente pôde ter acontecido com Iracema, que logo foi receitada com outras medicações por José Fábio Lyra. Sobre o uso de medicamentos receitados por médicos e práticos no século XIX e início do vigésimo século, Figueiredo (2002, p. 107-108) afirmou que todo remédio utilizado fora da prescrição adequada poderia transformar-se no seu oposto, sinal que pode ser considerado como símbolo da intervenção de problemas no corpo do outro que, por sua vez, não foi capaz de reequilibrar, combatendo a doença sozinho.

José Fábio Lyra colocou a culpa da ineficácia dos remédios tomados por Iracema na medicina desenvolvida pelo profissional médico, que "deixou de ser experiente" e passou a ser "incipiente e não progressista". Afirmou, ainda, que essa inexperiência não era necessariamente culpa apenas do médico, mas do atraso em que vivia a medicina: "não é culpa delles: é atraso da medicina, que nos nossos dias poucos tem evoluído no tratamento a parte therapeutica. Quando estive ultimamente em Campina, disse-me Lia que Iracema estava muito doente anemica e emmagrecida" (CARTA, 1936). Aqui, José Fábio Lyra denota um tom de revolta contra a medicina que, segundo ele, é precária, não abarca um arsenal de medicamentos suficientes que proporcionasse a cura de Iracema. É notório, através dessa fala do *farmacêutico*, que tinha severas críticas a serem feitas para a medicina. Imaginamos que, com toda a repulsa da *Sociedade de Medicina* contra a *lymfoterapia*, era de se pensar que José

Fábio Lyra aproveitasse essa “falha” do médico para reprimir a medicina também como ela vinha fazendo, agindo contra os práticos populares.

José Fábio Lyra pediu ainda uma autorização a José para que Iracema tomasse as injeções de saliva. Afirmou que José não deveria ficar preocupado ou inseguro com o tratamento da *lymfoterapia*, pois os resultados seriam satisfatórios e que a durabilidade do tratamento era pouca, apenas uma aplicação já seria o suficiente para a cura de Iracema. Era preciso apenas que Iracema fosse até Bananeiras. Após três dias, ela já poderia regressar para casa.

Consulto-lhe se concorda em manda-la até aqui no próximo fevereiro. Quero faser lhe uma vacinação curativa pelo systema de cura lymphoterapia. É um tratamento simples, inofensivo e racional. Não serão precisas mais que uma injeção para uma cura completa; portanto, ela poderá regressar dentro de 3 dias (CARTA, 1936).

José Fábio Lyra defendeu as vacinas de cuspe para o genro, alegando que houve um aumento do número de pacientes atendidos e tratados por ele, chegando a um número bastante significativo de pessoas curadas pela *lymfoterapia*, mais de cento de vinte pessoas tinham se submetido às vacinas de cuspe, pessoas da Paraíba e de outros estados. José Fábio Lyra, na carta, tenta convencer o genro e Iracema a viajarem para Bananeiras para receberem a medicação, afirmando que curaria ambos das mazelas com as vacinas de cuspe em pouco tempo.

O meu tratamento pela lympha tornou cada dia, maiores proporções dentro e fóra do Estado. Se o ano atrasado, o número de pessoas tratadas foi de 33 no que findou á 104, e o mez expirante sobe a 21 contra 3 em janeiro do ano passado quando estiver convencido da ineficácia dos remédios que tem usado durante tantos anos e quiser tentar a sua cura pelo meu systema, dar-me-á com isso muito praser, porque terei curado. Se quiser experimentar abandone essas velharias e venha com Iracema. Voltarão logo. Dê, por mim muitos beijos nos pequenos e seja portador da benção que envio a querida Iracema (CARTA, 1936).

“Ineficácia dos remédios”, “abandone essas velharias”: são frases do *farmacêutico* em tom de revolta contra o receituário médico ineficaz. Percebemos que há toda insistência do *farmacêutico* em medicar a filha, seguida de uma resistência do seu genro, José, com receio, talvez, do tratamento. O fato é que não tivemos informações se Iracema chegou a ir à cidade de Bananeiras para fazer uso das injeções de cuspe. As últimas missivas que tivemos acesso falavam da compra da fazenda em que vivia a família Lyra na cidade de Bananeiras. Tratava-se de informações sobre a compra e os rumos do local em que viviam. Sabemos através de algumas publicações de

alguns médicos nas páginas do jornal *A União*, que a fama e a venda das vacinas teriam rendido somas que possibilitaram José Fábio Lyra comprar a Fazenda Pedra D'água.

Na carta escrita para Iracema em 5 de Setembro de 1937, informou que comprou a fazenda pelo valor de 100:000 e 25:000,00 pelo gado que nela continha. Afirmou ainda que estava feliz pelo "bom negócio" que havia feito e aproveitou para convidar a família de sua filha para visitar a fazenda, como consta na correspondência:

Tenho lido tuas cartas e estou sciente do que dissestes. Comprei a Pedra D'água por 100:000 e dei ainda 25:000,00 pelo gado e não paguei todo á falta de dinheiro. Desde junho passado estou concertando os cercados, que são 3 e muito grandes. Agora mesmo estou construindo outro e tenho que cercar o resto da propriedade que tem quase 3 léguas de comprimento. Aqui é um excelente ponto de e está vago. Um negociante ambulante pode faser 4 feiras por semana. Consulte a Jose para que veja se aceita vir p^a qui e responda (CARTA, 1937).

Na carta de 6 de Fevereiro de 1938, José Fábio Lyra pareceu não estar mais tão feliz com a compra Fazenda Pedra D'água. Assim, comentou: "Iracema. Recebi tua carta e li atentamente. Pensei que tinha feito um optimo negócio com a compra de Pedra D'água e sahi-me mal; pelo menos tenho tido contrariedades". Essas contrariedades, ele não chegou a revelar, mas fez o convite para que seu genro fosse morar e trabalhar na fazenda, gerindo assim os negócios dela, enquanto ele se dedicava à farmácia e às práticas de cura. Afirmou que " Jose faria 4 feiras por semana, poderia trabalhar criar e ter ainda um barracão" (CARTA, 1938). O *farmacêutico* queria que Iracema fosse morar com ele, possivelmente com o pretexto de vaciná-la; até oferece emprego e moradia para o seu genro José, caso eles aceitassem seu convite; menciona ainda que não precisava de muito para sobreviver, certamente já tinha ganho o suficiente com a *lymfoterapia*, ou não.

Peguei em tudo quanto tinha e empreguei para voceis. Pra mim, não. Para ir vivendo não preciso de propriedades nem de gado ou agricultura. Quando puderes vir avisa-me, mas deve vir a trem até Bananeiras (CARTA, 1938).

As relações entre o saber e o poder e as redes de sociabilidades entre José Fábio Lyra e Iracema são pertinentes quando analisadas as falas e discursos do *farmacêutico* para a filha. José Fábio Lyra usa seus saberes "médicos" tanto para convencer seu genro José que a *lymfoterapia* é eficaz, quanto para convencer Iracema a tomar as injeções para o fim das doenças que assolavam o seu corpo. Os discursos de José Fábio Lyra em benefício da *lymfoterapia* traduzem a relação de poder que esses mesmos discursos

provocam, pois “[...] discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 90). Os saberes sobre a cura do corpo, que alega o *farmacêutico*, acabou por repercutir em seus discursos de cura das enfermidades, que tanto fez por meio de palavras e referências. Como cita em algumas cartas, o número de pessoas atendidas por ele e curadas vinham aumentando a insistência em medicar Iracema, pois usa essas mesmas referências sugerindo que só por meio da *lymfoterapia* a filha conseguiria a cura que tanto procurava. Nas cartas, percebemos que curar a filha era algo muito importante para a história de José Fábio Lyra. De alguma forma, o *farmacêutico* queria comprovar para Iracema que o tratamento pela *lymfoterapia* funcionava.

O saber pregado por José Fábio Lyra estava ligado ao conhecimento que ele afirma ter adquirido por estudos científicos, que geraram um saber repercutido por ele em discursos que alegavam a cura pelas vacinas de cuspe, pois “[...] o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos” (FOUCAULT, 1979, p. 90).

As cartas trocadas entre José Fábio Lyra e sua filha Iracema mostram, além de um grande sentimento de pai para filha, o cuidado que José Fábio Lyra tinha em receitar remédios para Iracema e com a sua saúde. Percebemos que ele sempre analisava as receitas de médicos e questionava se eram bons os remédios prescritos, se a filha deveria seguir a receita ou não. José Fábio Lyra tentou - embora não saibamos se medicou - Iracema com as vacinas de cuspe. Fica notório ainda nas cartas a confiança para com o seu método, divulgando dados dos números de pessoas curadas: mais de 100 pessoas atendidas com resultados bastante positivos. No próximo tópico, trataremos de apresentar outras características da vida de José Fábio Lyra vinculadas à cura de alguns de seus pacientes.

3.4 As vacinas de cuspe nas páginas da imprensa, em trovas e alguns relatos de cura

Com o título “ *Injecções de Saliva! Um pharmaceutico pernambucano adopta a estranha therapeutica para a cura de varias molestias- Pessôas de relevo politico e social que se submeteram ao tratamento- Duas secretárias acompanham José Fabio na sua peregrinalão pelo sertão* ”, o jornal *Diario da Noite* estampava, em sua capa, a fotografia de José Fábio Lyra com suas duas filhas, Dulce e Violeta, que o auxiliavam no tratamento lymfoterápico. “ As notícias acerca do tratamento por meio de injecções

da salivam correm o mundo e o nome do pharmaceutico José Fabio é bem conhecido no sertão” (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936).

No título, o jornal faz referência a José Fábio Lyra como sendo pernambucano, mas as fontes sobre sua vida revelaram que ele era paraibano. Existe, aqui, uma confusão a respeito da sua naturalidade, acreditamos ser por motivos geográficos, porque Umbuzeriro fica na fronteira com Pernambuco, por isso o motivo da associação feita pelo *Diário da Noite*.

Imagem II:
José Fábio Lyra e suas secretárias



Fonte: *Diário da Noite* (1936).

Segundo o Jornal *Diário da Noite*, José Fábio Lyra era bastante conhecido em diversas partes do mundo, tendo, inclusive, trovadores escrevendo sobre a sua trajetória com a *lymfoterapia*. Um deles foi o trovador Nestor Alves de Queiroz, que contou que

José Fábio Lyra estava curando quase todo tipo de enfermidade, de parálitico a pessoas com cataratas. As vacinas de cuspe pareciam ser um grande sucesso, mas a *Saúde Pública* logo reprovou as injeções curatórias, por não terem comprovação científica.

Os médicos se levantaram contra a sua experiência
Foram á Saúde Pública, bateram com imprudência
Porque sempre é de commum quando surge uma sciencia.
A Saude Publica vendo que elle já tem curado
Louco, paralytico e mudo, tuberculoso, aleijado
Rheumatico e leproso por médico desenganado.
Asmathico, gastro-interite, bronchite, erysipella
Moléstia do coração affectado do pulmão,
Gripe, febre intestinal, catarata e congestão.

Em Bananeiras, as pessoas faziam filas para serem atendidas. Carros vinham dos mais diversos lugares do Brasil. Não importava a classe social, de simples funcionários a médicos procuravam a vacinação de José Fábio Lyra. É esse o conteúdo da próxima trova, também publicada no ano de 1936 no *Diário da Noite*:

No outro dia não sei de onde veio tanta gente
Carro de Campina, de Natuba e São Vicente
De Itabayanna e Ingá, de Surubim e Vertente.
No Rio Grande do Norte, desde Vigario a doutor.
Coronel, commerciante, major, desembargador,
Tenente funcionario, falam por este senhor.

Em decorrência da visita de José Fábio Lyra a Umbuzeiro, ocorrida no ano de 1936, o jornal *Diário da Noite* noticiou a realização de numerosas romarias àquela cidade, sinalizando a importância que as vacinas possivelmente proporcionavam aos curados. Fato que também ganhou trova: "com a chegada de Fabio, hoje em dia em Umbuzeiro está um pequeno Recife, um segundo Joazeiro. Vem gente de toda a parte, tenha ou não tenha dinheiro" (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936). O trecho acima descrito em trovas compara a cidade de Umbuzeiro a Recife, por ser uma metrópole populosa, e a Juazeiro do Norte, por ser um lugar considerado sagrado, no qual as pessoas buscavam cura para suas doenças a partir dos "milagres feitos" pelo Padre Cícero. Que rumavam para qualquer parte em que José Fábio Lyra estivesse, pessoas de toda sorte, possuidores de poder aquisitivo ou não, para pedir ajuda para garantir a sua cura.

Essas trovas se caracterizam ainda como uma espécie de reconhecimento popular pelos préstimos do curandeiro da cidade de Bananeiras. Para tudo, fizeram trovas. Essa última encontrada foi sobre o "modo de injectar": "Vou dar ligeira noticia como dar a injeção, primeiro passa na perna um liquido como sabão, depois applica a agulha pegando na pulsação" (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936). A trova apresenta um dado

novo: a injeção era intramuscular. Em nenhuma das obras, ou mesmo nos relatos de cura encontrados, foi dito como eram aplicadas as injeções. A trova, provavelmente escrita por pessoas que presenciaram ou experienciaram a aplicação da injeção, revela a informação de que o líquido era injetado no corpo através de seringa e agulha.

O jornal *Diário da Noite* informou ainda que já somavam cerca três mil pacientes do *farmacêutico* entre as consultas realizadas em Umbuzeiro e em Bananeiras: “[...] procurei saber o motivo por que os habitantes desta zona tomaram tantas, injeções. Basta fazer sentir que somente entre Bananeiras e Umbuzeiro, José Fábio já faz 3 mil injeções” (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936). Além destes dois municípios, registrou-se aplicações em Natuba, cidade localizada nas redondezas de Umbuzeiro. Nesta, um senhor acometido de uma doença no estomago recebeu o tratamento e foi curado:

Fui informado que o povoado de Natuba, o sr. João Guedes que se achava doente do estomago a ponto de não poder quasi se alimentar, depois do tratamento pela saliva, já se alimenta sem nenhum regimen, tendo até realizado uma caçada. Teve grande melhora e elle próprio affirma que foi beneficiado pelas injeções [...] (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936).

Em Umbuzeiro, destaca-se um engraxate de nome José Miguel, conhecido também como “Zé Miguel, o curado de Umbuzeiro”. Era mais um relato de cura:

**Imagem III:
A cura de Zé Miguel**



Fonte: *DIÁRIO DA NOITE* (1936)

José Miguel concedeu um depoimento ao representante dos *Diários Associados*, relatando como obteve a cura rapidamente após as injeções. Vejamos o depoimento do engraxate:

Eu estava com um “puxado” que quasi me mata. Já não tinha coragem para trabalhar e dias houve em que fiquei em casa, doente; agora comecei a sentir reacção consequente do liquido injectado e me acho bastante melhorado, e, por esses dias, estarei curado. Nunca me senti em condições tão boas como hoje, desde que comecei a soffrer de asthma. (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936).

Quando as notícias das possíveis curas milagrosas espalhavam-se pelos diversos cantos do Brasil, pessoas que possuíam alguma doença procuravam pelo *farmacêutico*: “levadas pelo conhecimento desse facto, numerosas pessoas vão, leguas e leguas, á busca da injeções” (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936, p. 2). A seguir, temos alguns nomes citados pelo jornal daqueles que receberam a cura pela *lymfoterapia*, vejamos:

Parahyba; coronel Firmino de Souza, de Itabayanna; dr. Synesio Guimarães, professor do Liceu Parahyba, João Pessoa; Caetano Monteiro, de Recife; Antonio telha, de Campina Grande; Manoel Soares, do Recife; Dentistas João Cordeiro, do Recife; Euclides Cunha e Manoel Dantas, de Natal; Oswaldo Gonçalves, de Bananeiras, e Sylvio de Souza, de Natal; os funcionários de banco, Lourival de Carvalho de João Pessoa Peixoto, de João Pessoa; João Baptista, de João Pessoa [...] (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936).

No Rio Grande do Norte, houve uma enorme romaria, chegando a superlotação do *Hotel Central do Estado*. Enfermos vinham à procura do atendimento com José Fábio Lyra, que já estava famoso por conta do sucesso das injeções salivares. “O Hotel Central daqui sempre se encontra superlotado. Carros chegam de toda a parte conduzindo enfermos que se mostram ansiosos de se submeterem á nova therapeutica” (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936).

Um desses romeiros comentou que os “milagres” feitos pelas vacinas de José Fábio Lyra já ultrapassavam os limites do Sertão: “no Sertão, José Fabio já fez muitos milagres” (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936). Contudo, o número de pessoas que se deslocaram para o Rio Grande Norte buscando a consulta com José Fábio Lyra tinha também outro motivo: a não proibição da abertura da Clínica de atendimento de José Fábio Lyra, não autorizada pela *Saúde Publica*.

Nos últimos dias que antecederam á proibição da clinica de José Fabio, pela Saude Publica da Parahyba, o numero de romeiros era tamanho que não havia agasalho mais para ninguém. Doentes em estado grave perambulavam pelas ruas, ou dormiam nos automóveis em que viajavam (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936).

Os motivos pelos quais não foi permitida a abertura de uma clínica do *farmacêutico* pareciam ser mais graves, pois era motivo de morte. Um senhor, que trabalhava como tabelião, morador de Umbuzeiro, chegou a falecer depois de alguns dias se tratando com as injeções. Foi uma reportagem do jornal *Diário de Pernambuco*, citado pelo Jornal *Diário da Noite*, que publicou informações sobre o corrido.

A reportagem do “Diário de Pernambuco” apurou em Umbuzeiro que um dos clientes do pharmaceutico, um velho tabellião daqui, faleceu após vários dias de tratamento. Logo que se deu o óbito, o promotor da comarca telegraphou ao Departamento de Saúde, comunicando que o fallecimento fôra causado pela injeção de José Fabio. Não demorou muito que fosse instaurado inquérito a respeito, sendo desde então o pharmaceutico proibido de trabalhar (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936).

A viúva do tabelião foi procurada na intenção de confirmar se realmente a morte de seu marido foi ocasionada pelas injeções de José Fábio Lyra. Na ocasião, ela expressou que:

Dizem que elle morreu de injeção, mas não foi. Médicos o examinaram e me disseram que foi motivada a morte do meu marido por um colapso cardíaco. Mesmo elle sofria muito do coração desde muitos annos. Quando elle soube das obras de José Fabio em Bananeiras, quiz ir até lá. Entretanto, como pharmaceutico veio para aqui, elle pediu que lhe injectasse a saliva. José Fabio disse que o seu estado era demais grave para tomar a injeção. Por fim, fez a applicação. O velho passou muitos dias, e depois veio a fallecer do colapso (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936).

A viúva reafirmou que a causa da morte do marido não foi por causa das injeções de saliva, pois um médico local havia diagnosticado como causa da morte um colapso cardíaco e, posteriormente, depois de um inquérito feito pela *Ordem Política e Social*, ficou confirmado que o tabelião teria falecido por complicação da doença que possuía e não por causa do tratamento das injeções.

A semana passada veio a Umbuzeiro o delegado da Ordem Política e Social do Estado da Parahyba, e pessoalmente interrogou algumas testemunhas, levando o inquérito a respeito, já concluído. Ficou apurado, pelos diversos depoimentos, ter sido a morte natural pela moléstia e não acidental, como houve quem presumisse motivada pela applicação das injeções de saliva. (*DIÁRIO DA NOITE*, 1936).

O fato é que, mesmo que o paciente tenha falecido em decorrência das aplicações, a imprensa tratou de assegurar aos leitores através do depoimento da esposa do falecido, que o óbito tinha sido provocado pela enfermidade que já possuía, e não pela aplicação da vacina de cuspe. O fato parece ter sido apropriado pelos médicos para justificar a negação da autorização de funcionamento da clínica de José Fábio Lyra, que, sem formação superior, não poderia sequer ser considerado *farmacêutico*. Tinha início o período de maior perseguição ao curandeiro. Por querer continuar a realizar suas práticas de cura, fugiu para o Rio Grande do Norte, onde medicou até o ano de sua morte, em 1939.

Considerações finais

É crescente a quantidade de trabalhos que enfatizam a História da Saúde e das Doenças nos últimos anos. Isso foi possível graças ao advento da Nova História Cultural, que viabilizou novas oportunidades de estudos em torno desse campo. Assim, esta dissertação tratou de analisar a atuação de um curandeiro/*farmacêutico*, José Fábio Lyra, que criou um mecanismo de cura feito da saliva de crianças sadias, conhecida como a *lymfoterapia*, ou vacina de cuspe, na Paraíba, no período de 1904 a 1945. Na Paraíba, neste momento, temos a institucionalização da medicina e uma forte presença da terapêutica popular, seguida de uma repressão e perseguição aos práticos populares, entre eles, José Fábio Lyra.

A estrutura dessa dissertação desenvolveu-se com base numa revisão historiográfica acerca dos assuntos e discussões presentes nos periódicos existentes no *Instituto Histórico e Geográfico Paraibano-IHGP*, na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*, no *Centro Cultural São Francisco* e no *Acerco Privado da Família Lyra*. Fontes historiográficas sobre a história da saúde e das doenças presentes nos escritos de Oscar Oliveira de Castro, Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos, Silvera Vieira de Araújo, Azemar dos Santos Soares Júnior. Os estudos para entender a História Cultural foram essenciais, como as leituras de Sandra Pesavento e Peter Burke. Os jornais *A União*, *A Imprensa*, na grande maioria de suas publicações, trataram de reprimir José Fábio Lyra e a sua prática da *lymfoterapia*. Já os jornais *Voz da Borborema* e *A Noite* trouxeram entrevistas exclusivas, chegando a aclamar a imagem do *farmacêutico*. As ideias que circulavam nos jornais da época transpuseram todo um pensar acerca de um cotidiano corrente da terapêutica popular, dos curandeiros, de um enaltecer da medicina e das histórias de cura pelas vacinas de cuspe. Meu interesse nessas discussões dos jornais foi analisar como a fala dos jornais difamavam José Fábio Lyra, ao mesmo tempo em que tentava preservar a sua imagem.

Nas narrativas sobre o universo de cura da terapêutica popular, encontramos práticos como curandeiros, parteiras, benzedores, que se encontravam em grande quantidade pela Paraíba prestando seus serviços. Doenças que assolavam a vida de dezenas de pessoas, principalmente a tuberculose. As condições de higiene na Paraíba do século XX eram bastante precárias, o que também acarretou um ambiente

epidemiológico, bem como a falta de assistência pelo estado aos mais necessitados. Um estado que estava sob os cuidados de uma medicina ainda principiante, com aparentemente poucos médicos para exercer seu ofício, assim abrindo espaço para os práticos populares agirem sobre as mazelas que prejudicaram a saúde de pessoas dessa região. Cuidados com o corpo, campanhas de combates às epidemias, contra a tuberculose, ganharam os noticiários.

Encontramos fontes sobre José Fábio Lyra que narravam histórias da sua infância, fase adulta até a criação das vacinas. As vacinas de cuspe vinham de sua farmácia, em Bananeiras, onde crianças sadias disponibilizavam a saliva para o *farmacêutico*. Relatos informaram o provável poder de cura das vacinas de cuspe, dando fim a doenças como diabetes, tuberculose e doenças mais graves e mais temidas como o câncer. Histórias de cura publicados em livros, crônicas, realçavam a força de que as notícias sobre as possíveis curas pelas vacinas de cuspe podiam ser verídicas. Curas “milagrosas”, pois segundo alguns documentos, os pacientes que se submeteram as injeções de saliva tiveram a saúde restabelecida e a doença eximida.

Com a institucionalização da medicina, veio a proibição, por parte da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, da atuação dos praticantes da terapêutica popular e, conseqüentemente, da ação da *lymfoterapia*. Era início de uma difusão do saber médico, tido como legítimo, verdadeiro. Discursos que tratavam de enfatizar e enaltecer a figura do médico como salvador e único condutor da cura, bem como a medicina científica, estaria à frente de todo um ideário de conhecimento e progresso. O objetivo era acabar com o ofício de curandeiro e demais práticos que prestavam atendimento sem suprir de um diploma médico.

No decorrer desta dissertação, mostrei um personagem da saúde paraibana: o curandeiro/*farmacêutico* José Fábio Lyra. Sua biografia foi analisada e discutida no intuito de entender e problematizar os saberes “médicos” postulados pelo *farmacêutico*, bem como toda a sua trajetória e que culminaram na criação da *lymfoterapia*. José Fábio Lyra é um personagem bastante interessante. Fui tentando entender o que a prática de José Fábio Lyra significava para aquele momento em que temos um embate entre a ciência e as práticas populares, como, também, pela fé, como foi agregado pelo *farmacêutico*, que buscou um caminho pelo Espiritismo, que é uma religião que tem, teoricamente, uma discussão sobre a ciência. Entender esses embates como as representações sobre o que é a ciência, o que é a fé e o que são essas práticas médicas nesse momento.

Mas por que a saliva? José Fábio Lyra explicou que a *Sialotherapia*, foi o nome dado de início ao seu método, era definido como a “ação curativa da saliva humana”. José Fábio Lyra parte para a explicação da saliva e sua importância “physio psychica”. Segundo o *farmacêutico*, a saliva é uma secreção mista, que, ao se misturar com as demais secreções glandulares, possui germes essenciais para a cura, e esses germes presentes na saliva conduzem a estabilidade e a saúde.

As relações de poder e as redes de sociabilidades, entre o *farmacêutico* e as famílias ditas como poderosas da época, como os Pessoa e os Augustos, além de alguns médicos, padres e jornalistas, não foram capazes de protegê-lo de todas as perseguições, principalmente da perseguição médica. Não foram suficiente para conter as opressões sofrida pelo *farmacêutico*, onde o mesmo passou a migrar de região em região em busca de amparo e reconhecimento, mas essas mesmas redes de poder protegeram José Fábio Lyra na maioria dos seus momentos de fuga. Foi descoberto também que, apesar da proibição, José Fábio Lyra conseguiu vender suas vacinas até o ano de 1936, quatro anos após sua morte, ou seja, passou um bom tempo aplicando as injeções de salivas nos corpos adoecidos.

A documentação do *Acervo privado da Família Lyra* mostrou a intimidade de José Fábio Lyra com a sua família, principalmente com a sua filha Iracema, que sempre recebia cartas afetuosas de seu pai, e que em diversas ocasiões aproveitava para receitar remédios a fim de conter os males que lhe assombavam. Nestas cartas, José Fábio Lyra assumiu uma posição de médico, posto que sempre almejou. Foram nas cartas também que o *farmacêutico* reconheceu seu lugar enquanto curandeiro. Foi um fato inédito, pois em nenhuma das fontes antes encontrada tinha vestígios dessa revelação que o colocara em definitivo enquanto atuante da terapêutica popular.

Descobrimos que José Fábio Lyra possuía um capital político, o mesmo ocupou o cargo de prefeito de Umbuzeiro. As correspondências trocadas entre ele e Antônio Pessoa durante o seu mandato de prefeito, revelaram os laços de amizade que José Fábio Lyra foi nutrindo também com outras pessoas durante toda a sua vida, onde, também, teriam dado início as proteções políticas, que foi fundamental para entender como José Fábio Lyra teria conseguido, por tanto tempo, continuar com as vendas das vacinas. Há um drama político e familiar vivido por José Fábio Lyra, que envolvem não somente o que está escrito nos jornais, mas coisas que ainda não foram ditas, silenciadas.

Os artigos publicados pelo jornal católico *A Imprensa* revelaram uma postura crítica e de combate às práticas espíritas. *A Imprensa* difundiu as palavras da Igreja Católica que não poupou esforços para difamar a imagem dos espíritas para aquela sociedade. José Fábio Lyra confessou ser praticante da vertente espírita na carta que escreveu para o Padre Diniz. Percebemos a postura do padre que praticamente exigia, pelo tom da escrita, que o *farmacêutico* parasse com a fabricação das vacinas. Provavelmente, o padre acreditava que o Espiritismo teria motivado José Fábio Lyra com a *lymfoterapia*. Como as práticas espíritas não eram consideradas de “Deus” pela Igreja, as vacinas de cuspe deveriam ser eximidas porque, possivelmente, não vinham de inspirações divinas e, também, pela disputa que existia no campo religioso entre a Igreja Católica e o Espiritismo. Possivelmente, a religião espírita teria um dos motivos, por parte do jornal *A Imprensa*, de ter agido contra a atuação do *farmacêutico* por ser um jornal católico.

A partir das publicações do jornal *A União*, descobrimos toda a briga de José Fábio Lyra com alguns médicos da *Sociedade de Cirurgia e Medicina da Paraíba*. Foi um momento no qual José Fábio Lyra saiu do seu convívio, dos espaços de atendimentos entre eles, da sua farmácia, e passou a defender o seu método na imprensa. Apesar de toda a reprovação por parte de alguns médicos, o *farmacêutico* foi estereotipado como charlatão e colocado às margens do cenário médico paraibano. Tudo isso serviu para mostrar que José Fábio Lyra tentou até o último momento legalizar a *lymfoterapia*. Acredito que a posição contrária do jornal *A União* a José Fábio Lyra foi devido às publicações da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*, que era contra a atuação do *farmacêutico*.

Considero relevante este trabalho, pois contribui para a historiografia da saúde e das doenças na Paraíba e em todo o cenário nacional. É um texto que faz uma interface com os saberes populares e a saúde. Recupera, também, um pouco da historiografia da Paraíba com a temática da saúde e das doenças. Existem práticas postuladas para a saúde por José Fábio Lyra pela *lymfoterapia*, que foram importantes para a medicina paraibana e para a terapêutica popular. Essa temática possibilita novas fontes de estudos acerca das doenças, epidemias, terapêuticas populares, da história da saúde e das doenças. Acreditamos que as práticas terapêuticas, os saberes médicos, têm sentido para a História Cultural na medida em que compreendemos um pouco esse universo das práticas educativas de cura. A história de José Fábio Lyra, de político a proprietário de farmácia e inventor das vacinas de cuspe, mostra como toda sua trajetória de vida o

levou a almejar um posto, mas que nunca ocupou, efetivamente, o de médico diplomado.

Referências

1. Fontes:

A BRILHANTE conferencia de hontem, na Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba. **A União**, João Pessoa, 4 jan. 1933.

A CAMPANHA contra o impaludismo e a tuberculose. **A União**, João Pessoa, 20 set. 1936.

ARCHIVOS RIO-GRANDENSE DE MEDICINA, ano IV. n. 6, 7 e 8. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/riograndemed/article/viewFile/27143/15668>>. Acesso em: 22 jun. 2018

ASSEMBLÉA Legislativa do Estado. **A União**, João Pessoa, n.240. 28 out.1936.

BANDEIRA, Hildon. Combate ao espiritismo. **A Imprensa**. Parahyba. 5 jul. 1939.

CURANDEIROS Espiritas. **A Imprensa**. Parahyba, 28 out.1925.

BANDEIRA, Hildon. Combate ao espiritismo. **A Imprensa**. Parahyba. 2 jul. 1939.

DA NECESSIDADE da ordem dos médicos. **A União**, João Pessoa, 5 nov. 1936.

MOURA, Lourival. Directoria geral de saúde pública. **A União**, João Pessoa, 11 de nov. 1936.

DIRECTORIA geral de saúde pública. **A União**, João Pessoa, 27 out. 1936.

DINIZ, JOSÉ. [Carta] 22 out. 1936, Bananeiras [para] Lyra, José Fábio. Bananeiras. 2f. Solicita informações sobre a lymfoterapia.

ELIXIR Cabeça de Negro. **Gazeta do Norte**, Fortaleza, n.91. 26 abr. 1890.

ELIXIR Cabeça de Negro. **A Republica**: Orgão do Club Republicano, Pará, Belem, n. 43. 10 abril. 1890.

ESPIRITAS desmascarados. **A Imprensa**, Parahyba, n. 33. 9 dez. 1925.

ESPIRITISMO. **A Imprensa**, Parahyba, 22 jan. 1927.

INJECCÕES de saliva! um pharmaceutico pernambucano adopta a estranha therapeutica para a cura de varias molestias- pessoas de relevo politico e social que se submetteram ao tratamento- duas secretárias acompanham José Fabio na sua peregrinalão pelo sertão. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro, 22 dez. 1936.

INSTITUITO Bananeirense. **Era Nova**, Parahyba, n.23. 26 mar.1922.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 22 out. 1936, Bananeiras [para] DINIZ, José. Bananeiras. 2f. Em resposta aos questionamentos sobre a lymfoterapia.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 31 jan. 1936, Bananeiras [para] AGUIAR, José. Umbuzeiro. 2f. Solicita informações sobre o estado de saúde de Iracema.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 12 nov. 1930, Bananeiras [para] AGUIAR, Iracema Lira. 4f. Solicita informações sobre o estado de saúde de Iracema.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 12 dez. 1935, Bananeiras [para] AGUIAR, Iracema Lira. 1f. Solicita informações sobre o estado de saúde de Iracema.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 1 nov. 1935, Bananeiras [para] AGUIAR, Iracema Lira. 1f. Consulta e receita de remédios para caseiros para Iracema.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 19 nov. 1931, Bananeiras [para] AGUIAR, Iracema Lira. 1f. Consulta e receita de remédios caseiros para Iracema.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 5 out. 1937, Bananeiras [para] AGUIAR, Iracema Lira. 1f. Compra da fazenda Pedra D'água.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 6 fev. 1938, Bananeiras [para] AGUIAR, Iracema Lira. 1f. Compra da fazenda Pedra D'água.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 27 jun. 1907, Bananeiras [para] PESSOA, Antônio. 3f. Atentando contra José Fábio Lyra.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 13 jul. 1907, Bananeiras [para] PESSOA, Antônio. 7f. Atentando contra José Fábio Lyra.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 3 jun. 1907, Bananeiras [para] PESSOA, Antônio. 9f. Ameaças a Umbuzeiro e ao José Fábio Lyra por Thomé Ulysses.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 27 fev. 1907, Bananeiras [para] PESSOA, Antônio. 7f. Agradecimento ao governo Pernambuco por enviarem soldados para Umbuzeiro para reforçar a segurança.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 24 fev. 1907, Bananeiras [para] PESSOA, Antônio. 4f. Informações sobre Antônio Silvino

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 28 abril. 1907, Bananeiras [para] PESSOA, Antônio. 2f. Informações sobre Antônio Silvino.

LYRA, José Fábio da Costa. [Carta] 12 maio. 1907, Bananeiras [para] PESSOA, Antônio. 4f. Informações sobre Antônio Silvino.

FELIPPE Aché e Sergio Voronoff. **Era Nova**, Parahyba, n.23. 26 mar.1922.

MAGROS e fracos. **A União**, João Pessoa, 3 jan. 1937.

MEDICINA popular. **Era Nova**, Parahyba, n. 23. 26 mar. 1922.

MORREU O HOMEM DO CUSPO. **Voz da Borborema**. Campina Grande, 22 mar. 1939.

NO DISPENSARIO de tuberculose. **A União**, João Pessoa. 29 maio 1936.

O CODIGO penal e o espiritismo. **A Imprensa**, Parahyba, 8 ago. 1917.

O ESPIRITISMO, uma hypothese. **A Imprensa**, Parahyba , n.40. 16 jan. 1926.

O HOMEM do rejuvenescimento. **A Imprensa**, Parahyba, 1 jan. 1939.

O VORONOFF brasileiro. **A Noite**, Rio de Janeiro, n. 8. 11 ago. 1936.

PHAMARCIA Bananeirense. **Pharol**. Bananeiras, 19 abril.1910.

PHAMARCIA Lyra de José Fábio da Costa Lyra. **Era Nova**. Bananeiras, 1916.

PELO departamento de saúde publica. **A União**, João Pessoa, 20 dez.1936.

SOCIEDADE de Medicina e Cirurgia da Parahyba. **A União**, João Pessoa, 23 de out. 1936.

SOCIEDADE de Medicina e Cirurgia da Parahyba. **A União**, João Pessoa, 1 nov. 1936.

TUBERCULOSE! **A União**, João Pessoa, 1 jan. 1935.

UMBUZEIRO. **Estado da Parahyba do Norte**. 1908.

UMBUZEIRO. **A União**. 1907.

2. Bibliografia:

ALBURQUEQUE, Durval Muniz. **Escrever como fogo que consome: reflexões em torno do papel da escrita nos estudos de gênero**. 2014. Disponível em: <http://simposiufac.blogspot.com.br/2013/07/durval-muniz-de-albuquerque-junior_22.html>. Acesso em: 5 maio. 2018.

ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva. **Uma fábrica de loucos: Psiquiatria X Espiritismo no Brasil (1900-1950)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e de higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

ARCE. Andrés Amado Zuno. Manual de sialoterapia, (curación a través de la saliva). 2014. Disponível em: <<http://www.universalnews.net/es/otra-realidad/conspiraciones-sombra/?n=4162-manual-de-sialoterapia-curacion-a-traves-de-la-saliva-por-el-doctor-andres-amado-zuno>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BERTUCCI. Liane Maria. Remédios, chalatanices...E curandeirices. Práticas de cura no período da gripe espanhola em São Paulo. In: CHALHOUB, Sidney, et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p.198-226.

BURITTI, Iranilson de Oliveira. SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. **Só é sujo e doente quem quer (?)** – Representações médicas na Paraíba do início do século XX. Revista de História Regional, v.20. 2015. Disponível em:

<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/7482/4717>>. Acesso em: 18 maio. 2018.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASTRO, Oscar Oliveira de. **Medicina na Paraíba.** João Pessoa: A União, 1945.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHEQUER, Professor Ricardo. **A zooterapia no âmbito da medicina civilizada: I. O Organoterapia humana e animal *stricto sensu*.** Disponível em: <<http://www.medicinabiomolecular.com.br/biblioteca/pdfs/Biomolecular/lisados-de-orgaos-no-tratamento-de-doencas.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

CORTEZ, Ieda Pessoa. **Os voos da memória.** Natal: Infinita Imagem, 2009.

DELANE, Gabriel. O Espiritismo perante a ciência. 2011. Disponível em: <<http://www.oconsolador.com.br/ano5/228/classicosdoespiritismo.html>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Medicinas e curandeirismo no Brasil.** João Pessoa: UFPB, 2011.

Diretoria geral de estatística do século XX. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_082_a_116.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2018.

EPONINOS CIENTISTAS. **Autoclave de Chamberland, filter de chamberland, tube esterilizador de Chamberland.** 2010. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/translate?hl=ptR&sl=es&u=https://blog.uchceu.es/eponimos-cientificos/wp-content/uploads/sites/24/2011/10/epo-CHAMBERLAND.pdf&prev=search>>. Acesso em: 2 maio. 2018.

FERREIRA, Juliana Mesquita Hidalgo. **O radiômetro e as investigações de William Crookes sobre os fenômenos espirituais.** Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.ghc.usp.br/server/AFHIC3/Trabalhos/34-Juliana-Mesquita-Hidalgo-Ferreira.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina Impopular. Ciência Médica e Medicina Popular nas páginas dos periódicos científicos. In: CHALHOUB, Sidney, et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil:** capítulos de história social. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p.102-121.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GANDELMAN, Sílvia Regina Dain. **Manual do Clearance.** Liberando os direitos nos acervos culturais. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. in: _____ (Org.) **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 11

HISTORIAS DA MEDICINA. **História da medicina portuguesa**. Disponível em: <<http://historinhasdamedicina.blogspot.com/2015/02/bocage-moliere-e-os-medicos-estando.html>>. Acesso em: 1 ago.2018.

KARDEC, Allan . **O livro dos Espíritos**: Princípios da doutrina espírita. Federação Espírita Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.

LEITÃO, Deusdedit. **Inventário do tempo memórias**. João Pessoa: Empório dos Livros, 2000.

LEITE, Ramalho. **Umbuzeiro: terra de grandes**. 2016. Disponível em: <<http://www.ramalholeite.com.br/ramalholeite/publicacoes.asp?id=948>>. Acesso em: 19 maio. 2018.

LEITE, Ramalho. **O Voronoff brasileiro surgiu em Bananeiras**. 2016. Disponível em: <<http://www.blogdopedromarinho.com/?p=colunista&id=18>>. Acesso em: 20 maio. 2018.

LIMA, Valdir. Cultos afro-brasileiros na Paraíba: memória em construção. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa, n. 2, 2010, p. 56-63.

LUCAS, José Morais; MEDEIROS, José Eymard M.. **Dicionário biográfico dos médicos da Paraíba**. João Pessoa: Grafique, 2014.

LUZ, Madel Therezinha. **A arte de curar versus a ciência das doenças**: história social da homeopatia no Brasil. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2013. Disponível em <<http://www.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/colecao-classicos-da-saude-coletiva/aarte-de-curar-versos-a-ciencia-das-doencas-pdf>>. Acesso em: 5 maio. 2018.

LYRA, José Fábio da Costa. **Da Lymphotherapia ao Physio-Psychismo**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1924.

LYRA, José Fábio da Costa. **A Lymphoterapia (razões, factos e curas)**. Parahyba: Correio Moreno, 1930.

MACEDO, Joaryvar. **A família logradouro**. Disponível em: <http://www.academiacearensedeletras.org.br/revista/revistas/1989_90/ACL_1989_199_0_05_A_Familia_do_Logradouro_Joaryvar_Macedo.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2018.

MALCHER, Leonardo Fabiano Sousa. **Aos cuidados de príapo**: impotência sexual masculina, medicalização e tecnologia do corpo na medicina do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. **O micróbio protagonista**: notas sobre a divulgação da bacteriologia na Gazeta Médica da Bahia, século XIX. Revista História,

Saúde-Maguinhos, Rio de Janeiro, v. 23, n.3, p.733- 756, jul./set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459702016000300733&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. MARTINS, Ana Luiza, et al. **O Historiador e suas fontes**. Editora contexto, 2009.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)**. João Pessoa: Ideia, 2015, p. 147-214.

MELO, Rosana do Nascimento Gomes. **As Assombrosas curas de lymfoterapia: José Fábio Lyra e as vacinas feitas com a “seiva da vida”**. Monografia (Licenciatura em História) UEPB, 2016.

MONTEIRO, E. M. et al. **Institucionalização do ensino de enfermagem na Paraíba: uma viagem ao passado**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 53, n. 3, p. 458-466, jul./set. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v53n3/v53n3a15.pdf> acesso em 29/07/2018>. Acesso em: 19 jun. 2018.

NOBREGA, Humberto. **As raízes da ciência da saúde na Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1979.

NOGUEIRA, André Luis Lima. **Entre cirurgiões, tambores e ervas: calundzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

Ó, Alarcon Agra do. **Relatos de Males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial** In: _____. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Ideia, 2005, p. 11-45.

PALOMBA, Guido Arturo. **O semeador de Grandezas**. 2011. Disponível em: <http://associacaopaulistamedicina.org.br/assets/uploads/suplemento_cultural/0d1e092cb2cb97f57d248f574d9cc492.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2018.

PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA NETO, André de Fárias. **Ser médico no Brasil: o presente no passado**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

PIMENTA, Tânia Salgado. **Terapêuticas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX**. In: CHALHOUB, Sidney, et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003, p.308-324.

REZENDE, Joffre Marcondes. **Modismos na história da medicina**. In: _____. **À sombra do plátano: crônicas de história da medicina**. São Paulo: Editora Unifesp, 2009. p. 137-150.

SÁ, Lenilde Duarte de. et al. **Práticas terapêuticas e praticantes de cura na cidade da Parahyba – 1889 a 1920**. História da Enfermagem-Revista Eletrônica, Brasília, v.2, n.2, ago/dez. 2011. Disponível em: <<http://www.here.abennacional.org.br/here/vol2num2artigo10.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2018.

SANTANA, Rosemere Olímpio de. **Tradições da modernidade: Raptos consentidos (1920-1940)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2013.

SANTOS, Ednaldo Araújo dos. **O ano sacerdotal o clero da arquidiocese da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2010.

SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. **Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911-1929)**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

SILVA, Manoel Luiz. **Bananeiras; Sua História, Seus Valores**. Bananeiras, 1997

SILVA; F.de M. FIGUEIRÔA (org). **Um olhar sobre o passado. História das ciências na América Latina**. São Paulo: Editora de Unicamp, 1999.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. Rio de Janeiro: AMCGuedes, 2015.

SOCIEDADE DAS CIÊNCIAS ANTIGAS. **Vida e Obra de Paracelso: “O pai da medicina integral”**. Disponível em: <<http://www.sca.org.br/uploads/news/id119/Paracelso.pdf>>. Acesso em: 5 maio. 2018

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TEIXEIRA, Marcus Zulian. **Similia similibus curentur: o princípio de cura homeopático fundamentado na farmacologia moderna**. São Paulo, 2013.

TAVARES, João de Lira. **A Parahyba**. Imprensa Oficial, Parahyba, v.3, 1909.

WITTER, Nikelen Acosta. O curador de feitiço e a violência da cura: categoria de doenças e de prática de cura no Brasil oitocentista. In: FRANCO, Sebastião Pimentel. NASCIMENTO, Dilene Raimundo. SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. (orgs.) **Uma história brasileira das doenças**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015, p.309-329.